

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**A BIBLIOTECA PÚBLICA NO DISCURSO CIENTÍFICO:
POSITIVIDADES AO LONGO DA DÉCADA (2001-2010)**

ADALBERTO DIEHL RODRIGUEZ

PORTO ALEGRE

2012

ADALBERTO DIEHL RODRIGUEZ

**A BIBLIOTECA PÚBLICA NO DISCURSO CIENTÍFICO:
POSITIVIDADES AO LONGO DA DÉCADA (2001-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Elisa Caregnato

PORTO ALEGRE

2012

CIP – Catalogação na Publicação

Rodriguez, Adalberto Diehl.

A Biblioteca Pública no Discurso Científico: positivities ao longo da década (2001-2010) / Adalberto Diehl Rodriguez. – 2012. 119 f.

Orientadora: Sônia Elisa Caregnato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Biblioteca Pública. 2. Discurso. 3. Michel Foucault. 4. Análise de Referências Bibliográficas. 5. Comunicação Científica. I. Caregnato, Sônia Elisa, orient. II. Título.

Adalberto Diehl Rodriguez

**A BIBLIOTECA PÚBLICA NO DISCURSO CIENTÍFICO:
POSITIVIDADES AO LONGO DA DÉCADA (2001-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovada em 16 de março de 2012.

Prof.^a Dr.^a Sônia Elisa Caregnato (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Dalla Zen (FABICO/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Ida Regina Chitto Stumpf (PPGCOM/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber (PPGCOM/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Helen Beatriz Frota Rozados (Suplente)

Dedico à minha mãe, Irena, *in memoriam*. Durante os anos seguintes à minha graduação, mamãe sempre me instigava a continuar pela via acadêmica com a frase “depois tu continuas com o mestrado e o doutorado”. Alegro-me por ela ter visto o princípio de seu pedido atendido. Concluí a dissertação após a sua partida deste plano.

AGRADECIMENTOS

A dissertação constitui um dos atos derradeiros do Mestrado. Formalmente, é um pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Sua parcialidade traz junto a si a recordação de que outros tantos passos foram dados ao longo do Programa, através das disciplinas frequentadas, de atividades complementares, do exame de proficiência em língua estrangeira e da qualificação do projeto de dissertação. Esses momentos recuam, ainda, ao próprio ingresso do discente ao Programa, através das provas de seleção, do anteprojeto e da entrevista, e se estendem para a Banca de Defesa da Dissertação e do que vem a seguir, até a aprovação final e a concessão do título almejado.

Os agradecimentos, portanto, não se restringem àqueles que participaram de uma forma ou outra durante a realização da dissertação, mas se multiplicam às pessoas presentes em cada uma das etapas da jornada, dentro e fora da Academia, e mais além. Neste *plus ultra*, inclui-se não somente as etapas citadas do Programa, tal qual não se limita a Espanha às terras de Granada, Aragão, Navarra, Leão e Castela, representadas em seus escudos ladeados por colunas em que esta mesma frase – *mais além*, em latim – as rodeia, compondo o brasão de armas da pátria de Cervantes. Não são apenas espaços ou momentos, coisas do Mundo, enfim. Ouso sedimentar a realidade em mais de um plano, não necessariamente subordinados, contínuos, paralelos ou de alguma forma relacionáveis em uma representação ao gosto dos círculos de Dante; mas seja como forem suas transversalidades (até mesmo as paralelas se encontram no infinito), agradeço aos seres presentes em cada um deles.

Os pilares da realidade envolvem planos muito mais fragmentados do que as terras de Espanha, afinal; num deles, creio, habita a Providência, cujos resquícios de compreensão chegam a esse mundo de um modo diverso e pouco inteligível à razão humana. A Ela agradeço pela vida e pelo projeto da humanidade, sem os quais não haveria a diversidade de consciência e a derivação de tantas individualidades, dentre as quais se encontra a minha pessoa. Sou grato, assim, a Deus pelo exercício de minhas faculdades intelectuais, algo ínfimo no universo, mas de inquantificável valia para um ser sensiente.

A gratidão segue ainda aos meus pais e à minha companheira Noeli, que em momentos diversos da vida ofereceram-me apoio moral e material para o exercício prático de meus estudos. Minha presença em eventos distantes e a abdicação de um tempo precioso de companhia em prol de leituras, cálculos e trabalhos à frente do computador foram necessárias e compreendidas por todos, pelo que também agradeço.

Como não lembrar os bons professores que em cada disciplina impunham a necessidade de pensar, de refletir, de transcender o senso comum? Nesse processo, agradeço mais pelas perguntas a que me levaram do que pelas respostas obtidas; quem não aprende a questionar não tem com o que se preocupar, nem se torna mestre de coisa alguma. Dos bons professores que tive, destaco especialmente minha orientadora Sônia Caregnato, a quem coube acompanhar o desenvolvimento do meu projeto. A ela externo meu agradecimento, bem como a outros tantos professores e membros do Programa que conferiram apoio, aceitação e credibilidade aos meus trabalhos apresentados em eventos no Brasil e no exterior. Aos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa, docentes de notório saber e prestígio, detentores de uma agenda acadêmica plena e concorrida, obrigado, digo-lhes, pela avaliação e pelos conselhos.

Aos colegas discentes, quão bom foi trocarmos ideias, compartilharmos momentos de estudo e criarmos laços de amizade. Em sala de aula, em eventos, nos *happy hours*, entre palavras amenas, gracejos, flertes intelectuais e observações acadêmicas, a aridez do território científico foi desbravada, temas foram levantados, objetos construídos, *corpus* cogitados. A cada artigo escrito e a cada seminário apresentado, nos conhecíamos melhor, confrontando nossas potencialidades e limites. Foi muito bom descobri-las em uma gostosa camaradagem, especialmente com a quase doutora Patrícia Mallmann e meus colegas mestrandos Adriano Dias, Rochele Zago e Zuleika Branco.

Meu agradecimento, enfim, a todos os que aqui foram citados, por tudo o que se condiciona ao Programa e fora dele; todos detêm uma ou mais frações do meu coração e por isso são especiais para mim. Que a Providência seja louvada por essa feliz obra e que o discurso que nela subsiste – e do qual cada um de nós constitui um enunciado – possa prevalecer neste plano e mais além.

Alguien ensayó una reforma: la interpolación de unas pocas suertes adversas en el censo de números favorables.

(Jorge Luis Borges, *La Lotería en Babilonia*)

RESUMO

O presente estudo aborda o discurso científico sobre Biblioteca Pública no Brasil, entre os anos de 2001 e 2010, através de uma análise de como o conjunto de enunciados da prática discursiva sobre Biblioteca Pública na comunicação científica revela suas positivities. Desenvolve tal análise a partir do referencial dado por Foucault, privilegiando a fase arqueológica de seu pensamento. Elege como objetivos específicos do estudo a identidade do espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica, a indicação do seu sistema de formação, a caracterização das rupturas e do descontínuo em sua representação e a apresentação dos fenômenos de ordem e encadeamento em seu espaço. Relaciona cada um dos objetivos a indicadores bibliométricos para a mensuração das características presentes no *corpus* da pesquisa, a saber, as 745 referências bibliográficas dos artigos publicados em periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação ao longo da última década. Recupera os artigos de periódicos a partir de uma busca na *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI); organiza as referências bibliográficas dos artigos em uma planilha eletrônica *Excel*; identifica os temas das referências através de consulta às bases *Emerald*, *WorldCat* e catálogos institucionais dos documentos referenciados como literatura cinzenta; analisa os indicadores bibliométricos segundo os objetivos. Usa indicadores de atividade (número de periódicos, de artigos científicos, de referências da temática) para a identificação do espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica. Assinala mediante os indicadores de primeira geração (coautorias, colaborações institucionais, acoplamentos bibliográficos) o sistema de formação do discurso. Caracteriza a ruptura e o descontínuo na representação do discurso através da comparação entre a temática dos artigos e as das suas referências. Apresenta os fenômenos de ordem e encadeamento no espaço do discurso por meio dos indicadores de consumo (índice de Price, índice de isolamento, distribuição de referências por idioma e tipo de documento). Constrói informações adicionais a partir do cruzamento de alguns desses indicadores mencionados entre si. Constata como resultados que 25 periódicos entre 2001 e 2010 publicaram artigos relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação; há 407 edições disponíveis com 3593 artigos publicados no período; a temática está presente em 1,1% dos artigos publicados nos periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação da década; existem 38 artigos correspondentes à porcentagem da temática; os artigos foram escritos através de autorias individuais (52,6%) e coautorias (47,4%); todos os periódicos estudados são veículos extrapares; a filiação institucional dos autores-fonte e a responsabilidade editorial são predominantemente acadêmicas (85% e 76%, respectivamente); o acoplamento bibliográfico envolveu 3,6% do total de referências bibliográficas utilizadas; a composição do discurso sobre Biblioteca Pública pertence em 51% aos domínios extrínsecos à Biblioteconomia; as referências bibliográficas apresentam leve tendência à literatura posterior há cinco anos (índice de Price em 42%); há o predomínio de referências publicadas no país (índice de isolamento em 63,5%); prevalece o Português como idioma das referências (66,4%); os livros e os artigos constituem 62,8% das referências bibliográficas. Os resultados indicam que a função autoral pelos profissionais que formulam a *praxis* é mínima; há um forte movimento de interiorização de positivities exteriores ao domínio da Biblioteconomia na composição do discurso; abre-se um espaço para a formulação discursiva de outros grupos de poder, que não os tradicionalmente oriundos daquele domínio. Tais constatações abrem perspectivas para estudos futuros aptos a aprofundar a discussão.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Discurso. Comunicação científica. Análise de referências bibliográficas. Michel Foucault.

ABSTRACT

The present study broach the scientific discourse on public libraries in Brazil, between 2001 and 2010, through an analysis of the set of statements by which the discursive practice about Public Library in scientific communication reveal their positivities. Develops an analysis from the reference given by Foucault, focusing on the archaeological phase of his thought. Elects like specific objectives of study the identity of the discursive space of the Public Library in scientific communication, the indication of their formation system, the characterization of ruptures and the discontinuous in their representation and presentation of the phenomena of order and sequence in your space. Lists each goal with bibliometric indicators to measure the characteristics present in the corpus of research, namely the 745 references of articles published in journals in the fields of Library and Information Science in the last decade. The recuperation of these references followed four steps: recovering journal articles from a search of the Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); organization the references of articles in an Excel spreadsheet; identification of issues through consultation of the references to bases Emerald, WorldCat and institutional catalogs the documents referred to as gray literature; analysis of bibliometric indicators. The analysis of bibliometric indicators needed to meet each objective proposed in this study were: to identify the discursive space of the Public Library in scientific communication, the use of indicators of activity (number of journals, scientific articles published, references the theme). The formation system of speech was marked by the first generation indicators (co-authors, institutional collaborations, bibliographic couplings). The ruptures and the discontinuous representation of the speech were characterized by comparing the theme of the articles and the theme of their references. The presentation order of phenomena in space and sequence of the speech was performed by means of consumption indicators (Price index, isolation index, distribution of references by language and document type). Additional information was constructed from the intersection of some of the indicators mentioned together. The research results found that 25 journals between 2001 and 2010 published articles related to Library and Information Science; 3593 articles are published in 407 editions; the theme is present in 1.1% of articles published in journals of library and Information Science of the decade; there are 38 articles corresponding to the percentage of the theme; the articles were written by individual authors (52.6%) and coauthors (47.4%); all the journals studied are extrapairs vehicles; the institutional affiliation of authors and source are predominantly academic editorial responsibility (85% and 76%, respectively); the bibliographic coupling involved 3.6% of all references used; the composition of the discourse on the Public Library at 51% belongs to the extrinsic domains Library; the references show a slight tendency towards literature five years later (Price index in 42%); there is a predominance of references published in the country (index of isolation in 63.5%); prevails the Portuguese as the language of the references (66 4%); books and articles constitute 62.8% of the references. The results indicate that the autoral function by the professionals who contribute with *praxis* is minimal, there is a strong movement of internalization of positivities outside the field of Librarianship in the composition of the discourse and opens a discursive space for the development of other power groups, which not traditionally come from that domain. These findings open perspectives for future studies able to deepen the discussion.

Keywords: Public Library. Discourse. Scientific communication. Analysis of bibliographical references. Michel Foucault.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorrências epistêmicas do discurso sobre Biblioteca Pública.....	95
Figura 2: Categorias de enunciados extrínsecos majoritários no discurso.....	99
Figura 3: Atualidade dos enunciados pertencentes aos espaços nacional e estrangeiro.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Periódicos arrolados pela BRAPCI e os artigos publicados na temática.....	83
Tabela 2: Os artigos sobre a temática na década, seus autores e os periódicos em que foram publicados.....	84
Tabela 3: Periódicos estudados e os respectivos tipos de disseminação científica e origem institucional.....	87
Tabela 4: Filiação institucional acadêmica dos autores-fonte e a soma ponderada de sua produção.....	89
Tabela 5: Filiação institucional não acadêmica dos autores-fonte e a soma ponderada de sua produção.....	90
Tabela 6: Casos de endogenia pautada pela coincidência entre filiação institucional autoral e editorial.....	92
Tabela 7: Ocorrências de acoplamento bibliográfico.....	93
Tabela 8: Dispersão de domínios e temas das referências bibliográficas analisadas.....	96
Tabela 9: Índice de Price para o discurso da década.....	101
Tabela 10: Domínios característicos no discurso da década.....	102
Tabela 11: Porcentagem de isolamento e distribuição das referências por idioma.....	104
Tabela 12: Consolidação dos enunciados pertencentes aos espaços nacional e estrangeiro.....	105
Tabela 13: Distribuição das referências bibliográficas segundo os seus tipos documentais.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB: Associação Catarinense de Bibliotecários

BFE: Biblioteca da Faculdade de Educação (Biblioteca Professor Joel Martins, da Universidade Estadual de Campinas)

BRAPCI: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCN: Catálogo Coletivo Nacional

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMUT: Programa de Comutação Bibliográfica

DB: Departamento de Biblioteconomia (da Universidade Federal do Maranhão)

DCI: Departamento de Ciência da Informação (de várias universidades ao longo do texto)

EBBC: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciometria

ECI: Escola de Ciência da Informação (da Universidade Federal de Minas Gerais)

ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

FABICO: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

FEBAB: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

FFCLRP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (pertencente à Universidade de São Paulo)

IBBD: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia)

IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICI: Instituto de Ciência da Informação (da Universidade Federal da Bahia)

IDP: Instituto Brasiliense de Direito Público

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação

INL: Instituto Nacional do Livro

ISI: *Information Sciences Institute*

NBR: Norma Brasileira Registrada

NSK: *Neu Slowenische Kunst*

ONGs : Organizações não Governamentais

PNLL: Plano Nacional do Livro e Leitura

PPGCI: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (sigla utilizada pela Universidade Federal da Paraíba e pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

PUCCAMP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SBU: Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UEL: Universidade Estadual de Londrina

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UFMA: Universidade Federal do Maranhão

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	19
2 A ARQUEOLOGIA DO SABER E A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO DISCURSO.....	20
3 A MÉTRICA DO DISCURSO: O BRAÇO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	41
4 O ESPAÇO DISCURSIVO, DA SUPERFÍCIE AO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA.....	59
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	77
6 RESULTADOS POR OBJETIVOS.....	82
6.1 A IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO DISCURSIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	82
6.2 A INDICAÇÃO DO SISTEMA DE FORMAÇÃO DO DISCURSO.....	88
6.3 CARACTERÍSTICAS DA RUPTURA E DO DESCONTÍNUO NA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO.....	94
6.4 A APRESENTAÇÃO DOS FENÔMENOS DE ORDEM E DE ENCADEAMENTO NO ESPAÇO DO DISCURSO.....	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

A sedimentação de um discurso pode ser verificada pelos níveis de análise que a denunciam; cada um de tais níveis, afirma Foucault (2008), possui suas rupturas específicas e permite um corte exclusivo. Este trabalho propõe um discurso parcelar sobre a Biblioteca Pública e, em tal proposta, o oferecimento de uma descrição especializada em seu conhecimento enunciado.

Considerar a Biblioteca Pública como um discurso é distinto de considerá-la na ordem das instituições enquanto “fenômenos vivos, tal como existem, como estão corporificadas em termos históricos, econômicos, políticos e culturais” (SANTAELLA, 2004, p. 149). Analisar o discurso requer uma incursão ao domínio da produção de enunciados referentes à Biblioteca Pública como conhecimento registrado.

O espaço onde ocorre o exame minucioso é, portanto, o do *não lugar* da linguagem, uma *atopia* passível de ser situada quando compreendida como uma região do conhecimento. Filósofos como Foucault, Bachelard e Canguilhem demonstraram que o racionalismo regional é necessário: cada região de cientificidade possui os seus próprios critérios, normas, procedimentos e tabus. A instauração dessas características é evidenciada pelo discurso, mais precisamente, pelo discurso autorizado:

[...] em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2010, p. 8-9).

A produção do discurso na racionalidade afirmada por Foucault é possível tanto em seus fins quanto em sua observação como objeto de pesquisa porque se materializa, torna-se documento; nessa materialidade não há inércia, mas antes um processo de monumentalização das positivities, das regras de uma prática discursiva e de como elas definem as escolhas teóricas. É como coisa pronunciada ou escrita que o discurso se torna realidade material, se institucionaliza.

Evidentemente que o surgimento de um discurso autorizado decorre de diversos fatores; Foucault (2008) reconheceu a possibilidade de uma relação entre o pré-discurso (quadros de saberes, crenças e práticas) e as formações discursivas (a definição de uma regularidade de ordem, correlações e transformações presentes entre os objetos, conceitos e

escolhas temáticas num certo número de enunciados). A gênese social de certos conhecimentos, proposta por historiadores da ciência marxistas também poderia ser utilizada para explicar a possibilidade de surgimento dos escritos próprios de um domínio do conhecimento. Contudo, o pré-discurso ou a gênese social do conhecimento levariam este trabalho a transitar pelo caminho da instituição corporificada, não do discurso.

O discurso parcelar sobre a Biblioteca Pública será realizado, então, a partir de uma análise em seus escritos. Atente o leitor de que não se trata de uma análise *de* seus escritos, mas *em* seus escritos. A alternância da preposição destacada altera o contexto sintático-semântico e os níveis de análise. No caso inadmitido, haveria um exame dos escritos tornados *corpus* de pesquisa; a sua investidura nessa condição seria uma análise primária. Conduzir-se-ia a pesquisa dos documentos em mãos. Todavia, a acepção pretendida dispõe o conjunto documental em camadas sedimentares: o *corpus* desloca-se para o que há em seu interior, para o que de mais imediato possibilita o seu surgimento: os discursos prévios, ou seja, as referências bibliográficas. Isso é determinante para o deslocamento do nível de análise, que se torna secundária.

Por conta da delimitação teórica evidenciada, esta dissertação se limita ao discurso. Mais precisamente, ao discurso prévio imediato, às referências bibliográficas dos escritos sobre Biblioteca Pública. Nesse momento, há a necessidade de uma nova seleção: quais escritos? Quais conjuntos documentais revelam o discurso? A escolha recaiu sobre os artigos de periódicos, por serem os veículos que tornam possível a apropriação e o desenvolvimento discursivo de uma região do conhecimento. No caso deste estudo, são duas as regiões do conhecimento, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação; os periódicos correspondem, então, àqueles títulos pertencentes aos seus domínios.

Além da delimitação da substância e do suporte, o lugar e a data, categorias de existência material prescritas por Foucault como condições constitutivas para todo e qualquer enunciado, também foram consideradas na formulação do presente objeto de pesquisa. Tais categorias são fatores determinantes dos limites do estudo. Assim, foi considerada a publicação de artigos no Brasil, na primeira década do século XXI – os anos de 2001 a 2010 – como fronteiras espacial e temporal para a pesquisa. O marco dessa escolha reside no lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura no ano de 2005, exatamente na metade da década, um acontecimento notável devido ao reconhecimento da Biblioteca Pública como uma instituição estratégica para o desenvolvimento do país.

Não obstante, a referida delimitação temporal do discurso também possui a vantagem pragmática de permitir que os artigos possam ser consultados em sua forma *online*, o que não

ocorre com os períodos anteriores muitas vezes indisponíveis. Isso não apenas facilita a pesquisa como também impede que haja a falta de precisão na composição do quadro discursivo, pois sendo um discurso eminentemente acessível, há um potencial superior de repercussão e de engajamento a novos discursos.

As escolhas metodológicas, finalmente, são uma consequência direta da operacionalização do objeto de pesquisa. A realização de uma análise primária requereria certos métodos como a análise de conteúdo, a análise do discurso ou a ocorrência de termos, entre diversas possibilidades. Elegendo-se a análise secundária neste trabalho, o método escolhido recaiu sobre a análise de referências, apto a revelar vários aspectos do discurso prévio aos saberes expostos em um texto, na forma de indicadores bibliométricos.

Em linhas gerais, o precedente exposto é a proposta desta dissertação. Seu objeto de pesquisa, o discurso sobre Biblioteca Pública em artigos de periódicos brasileiros na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, será apresentado a partir da análise bibliométrica proposta, resultando num discurso parcelar específico contemplado por aquelas regiões de conhecimento.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

A exposição conceitual deste estudo é complementada pela razão de sua realização. Propor um discurso parcelar é necessário para apresentar a Biblioteca Pública como discurso e a iniciativa, assim como a sua finalidade, justificam-se na necessidade de constituir-se um conjunto de todos os enunciados dispersos naquele acontecimento discursivo que é a materialidade documental do discurso. Realizar tal reunião é o que possibilita ao discurso ser identificado como próprio do termo que nomeia as práticas discursivas, as regras obedecidas pelo sujeito participante do discurso em questão, ali estabelecidas.

O reconhecimento das práticas discursivas é a primeira etapa para a compreensão do saber que se forma ali, “[...] o domínio constituído pelos diferentes objetos que adquirirão ou não estatuto científico [...] [e] também, o campo de coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam” (FOUCAULT apud LECOURT, 2008, p. 52). Dessa perspectiva, podem ser observados os limites e as possibilidades do discurso, como as fronteiras e a sua autonomia estão delineadas, ou seja, de que forma o conhecimento sobre Biblioteca Pública flui nas práticas discursivas que a envolvem.

A análise das práticas discursivas e do saber que se forma através de um estudo do acontecimento discursivo – o conjunto de enunciados efetivos e registrados – sobre a Biblioteca Pública é inédito. Essa afirmação foi constatada a partir de um estado da arte realizado durante a elaboração do projeto de pesquisa prévio a esta dissertação. Na ocasião, foram recuperadas centenas de documentos através das fontes secundárias *Bibliografia Brasileira sobre Biblioteca Pública e Temas Afins*, *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação*. Nenhum deles arrolava alguma análise secundária como aqui exposta.

Daí que o ineditismo do tema Biblioteca Pública e Comunicação Científica emana pelas interrogações que dele provém e conduzem ao problema de pesquisa proposto ao final desta seção: como os bibliotecários têm trabalhado a dimensão teórica, fundamental para o aprimoramento dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas? O que se tem produzido na temática Biblioteca Pública e quais são as suas referências? Investigar essas questões permite apresentar o discurso sobre Biblioteca Pública na comunicação científica.

A oportunidade de expor as referências bibliográficas dos artigos de periódicos brasileiros de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em suas repercussões para os paradigmas e estudos em torno do discurso proposto, permite explicitar como a comunicação científica o situa. A análise também se justifica na importância de evidenciar quais são os autores e as instituições envolvidas no seu acontecimento discursivo. É possível também conhecer outras variáveis, tais como o grau de maturidade do discurso, ou seja, sua propensão a uma literatura mais jovem ou já consolidada, que se tornam evidentes em um estudo do gênero, gerando subsídios teóricos necessários aos pesquisadores participantes de grupos de pesquisa sobre o conhecimento em questão, assim como aos profissionais que colocam em prática as políticas voltadas para o desenvolvimento institucional das bibliotecas públicas.

Os interesses e as possibilidades apresentadas neste trabalho variam de atenção mais imediata à teoria, a outros mais mediatos, confessos de uma proximidade maior para com a *praxis*. Entretanto, o problema de pesquisa fundamental aqui colocado pode ser enunciado através da seguinte pergunta: como o conjunto de enunciados da prática discursiva sobre Biblioteca Pública na comunicação científica revela suas positivities (suas regras discursivas e escolhas teóricas)? A resolução de tal problema geral envolve vários pontos específicos de indagação: como se caracterizam a ruptura e o descontínuo nessa apresentação? Como se assinala o seu sistema de formação? Como se enuncia o espaço do discurso Biblioteca Pública na comunicação científica? Que fenômenos de ordem e de encadeamento há nesse espaço? Tais são as questões para as quais se propõe responder esta dissertação.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho, analisar como o conjunto de enunciados da prática discursiva sobre Biblioteca Pública na comunicação científica revela suas positivities, têm os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica;
- b) assinalar o sistema de formação do presente discurso;
- c) caracterizar a ruptura e o descontínuo na representação do discurso;
- d) apresentar os fenômenos de ordem e encadeamento no espaço do discurso em questão.

2 A ARQUEOLOGIA DO SABER E A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO DISCURSO

Distintas preocupações transparecem às palavras escritas à guisa de introdução desta dissertação, como eixos que permitem à roda acadêmica sua mobilidade pelos caminhos científicos. Um braço axial teórico e seu congênere metodológico. Fundamentalmente, ambos correspondem à teoria e *praxis* da pesquisa; ainda no reino das alusões mecânicas, a alegoria de um pistão composto de duas partes, cujo movimento sequencial é necessário à injeção de força, de impulsão, também não é estranha à imaginação.

A pesquisa tornada alegoria nesta forma apresenta os seus componentes visíveis no método, mas inerente ao movimento estão os seus princípios físicos, as suas ideias fundamentais. No êmbolo que bate, estão materializados os problemas cinéticos e a ordem de pensamento que permitiu seu cálculo. Uma pesquisa acadêmica não é diferente: vê-se o método, a escolha, o arranjo e a distribuição de variáveis observáveis e condutíveis a certos resultados e conclusões. Mas, subjacente a essa aparência, está um exercício crítico responsável por todas as escolhas apresentadas ao mundo.

O exercício crítico é sempre indistinto do questionamento da realidade e comprometido com o que e por que realizar. Nesse momento é mister esclarecer uma das primeiras afirmações deste estudo, exposta no segundo parágrafo da introdução do mesmo, a de que a Biblioteca Pública será tratada como discurso, não como instituição corporificada. Não se deve arguir disso a ideia de oposição entre aqueles conceitos, mas uma escolha pertinente e sustentável para um problema de comunicação e de informação. Desse princípio advém uma série de interrogações: quais os conceitos para discurso e instituição corporificada, que espécie de relação há entre eles? Por que tratar a Biblioteca Pública enquanto discurso e qual a sua importância para os estudos da Informação e da Comunicação? Além disso, por que eleger Foucault como interlocutor privilegiado neste estudo e quais são os pontos relevantes em sua obra para a presente apreciação?

Às reflexões precedentes, cabem considerações próprias a dois momentos. Inicialmente, serão apresentadas as linhas gerais do pensamento foucaultiano e sua aproximação com este trabalho; a seguir, os conceitos e as relações existentes entre a temática presente e as ideias do pensador escolhido. Com elas, espera-se poder evidenciar o braço axial teórico da dissertação.

A respeito do eixo teórico, aliás, poucos pensadores o exploraram de uma forma tão crítica quanto Foucault. Ressignificando o campo da história da Ciência, seus estudos

voltaram-se para as formas de constituição do discurso, o que o levaram a criticar o modelo tradicional e humanista da pesquisa histórica e do pensamento filosófico. Se no primeiro caso trata-se de um modelo comprometido com os balizamentos e marcos teóricos próprios de uma unidade, no segundo há a formulação do ser humano como um problema fundamental. Foucault combate ambos os postulados próprios do *status* epistemológico em vigor à época¹.

A projeção de Michel Foucault como um pensador proeminente do século XX é revelada pelo que Rouanet (2008) considera como o momento empírico-descritivo de sua obra: a publicação dos livros *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*. Foi uma fase na vida de Foucault em que as suas ideias e escolhas teóricas se tornaram decisivas.

Enquanto os temas da psiquiatria e da doença mental haviam sido prontamente eleitos como manifestações de seus estudos sistemáticos em história da Psicologia e da prática clínica a que se dedicara nos anos cinquenta, o mesmo não ocorrera com as suas escolhas teóricas. Segundo Oksala (2011), a fenomenologia existencialista era a linha dominante dos círculos acadêmicos de Paris na década e, porquanto isso fosse determinante para a formação dos aspirantes a filósofos, influenciou sobremaneira os primeiros escritos de Foucault.

Na década seguinte, quando Foucault escreve os livros que o tornariam conhecido, o filósofo trata não apenas de rever suas ideias, como de reescrevê-las entre uma edição e outra. O foco dos problemas que aborda em seus escritos, antes dedicado ao subjetivo, à experiência vivida, desloca-se “[...] para uma análise histórica e política mais ampla de suas precondições” (OKSALA, 2011, p. 27). Isso era especialmente verdadeiro para a *História da Loucura* e *Nascimento da Clínica*, nas quais a intenção confessa do autor era a de “estar fazendo a história das ciências” (FOUCAULT apud ROUANET; MERQUIOR, 2008, p. 18).

Foi a partir de *As Palavras e as Coisas* que Foucault passou a interrogar-se acerca de seu próprio método, de uma alternativa à história da Ciência considerando menos o conteúdo científico do que a sua própria existência. Ali Foucault busca “as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas” (FOUCAULT, 1992, p. 32). A obra se tornou um *best-seller*, e a mais polêmica até então, ao declarar inválida a asserção de que o ser humano seria o problema mais constante de seu saber e que tal ideia era não só recente historicamente como provavelmente esgotar-se-ia em breve. “Falou-se, por causa disso, da ‘morte do homem’”

¹ Segundo Rüdiger (1997), Foucault o faz a partir da análise da evolução das ciências do homem, de modo a “mostrar como diferentes estruturas determinam diferentes abordagens sobre o que é o homem. Daí a famosa ideia que Foucault adianta no livro *As Palavras e as Coisas*: a ideia de que, no nosso pensamento, o homem é uma ideia que está a ponto de se desfazer”. Cf. Rüdiger, 1997, p. 68.

(FERRATER-MORA, 2005, p. 1139), na verdade, uma referência ao fim do antropologismo tal qual o existencialismo nos anos cinquenta apregoava.

Visando explicar melhor as práticas discursivas, incluindo a sua própria posição como quem delas faz uso, Foucault escreve a *Arqueologia do Saber*. O novo trabalho de Foucault coroa o que é conhecida pelos seus estudiosos como a etapa arqueológica de seu pensamento. Porém, mesmo considerando-se a aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970, como marco para uma nova etapa em sua obra, os problemas relacionados à prática discursiva continuam emblemáticos de sua filosofia:

[...] Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela houvesse me dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. [...]
O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz” (FOUCAULT, 2010, p. 4, 7).

Palavras talvez esotéricas para um iniciado ao pensamento foucaultiano, mas plenas de significado para quem já lera a *Arqueologia do Saber*, entre outras tantas lições de seu autor. Num e noutro caso, emblemáticas de um frágil compromisso com a liberdade assumido por Foucault. A primeira e mais essencial das liberdades, a de remover todos os embargos às formas de pensar e agir tendo o ser humano como epicentro da reflexão filosófica, a tal ponto de imaginar – e, assim o fazendo, engendrando o campo do possível – a palavra independente e mesmo precedente ao sujeito que dela se vale para se manifestar ao mundo.

Mais do que um desejo, a autonomia da palavra expõe uma faceta própria ao pensamento de uma geração de teóricos franceses a partir dos anos sessenta engajados no combate à crise da investigação filosófica nos moldes traçados pelo existencialismo sartreano. Se até então a humanidade constituía o objeto de estudo filosófico por excelência, ponto de partida para as manifestações de ser no mundo, pensadores como Foucault, Deleuze e Derrida decretam o fim da filosofia centrada no sujeito, aquela filosofia adotada desde Cartesius no século XVII. O debate sobre a natureza do ser humano, o sentido de sua existência e os seus limites é substituído na análise filosófica pelos determinantes sociais, psíquicos e linguísticos do pensamento.

Foucault conduz o debate até mesmo pela senda da bibliografia, colocando em dúvida os conceitos de autor e de obra, simulando o desaparecimento da autoria como forma de

definir o exercício da função exercida pelo sujeito, suas condições e o seu domínio. “O autor deve apagar-se ou ser apagado em proveito das formas próprias aos discursos” (FOUCAULT, 1992, p. 80). Para o pensador, os discursos são um dispositivo de poder e saber, no qual as relações entre os seres humanos são institucionalizadas, e entre os seus objetivos estava não apenas demonstrá-los em sua função, mas, sobretudo, oferecer a perspectiva de alternativa à realidade analisada.

Foucault apresenta a autonomia das palavras como um desejo porque sabe que é inevitável torná-las instrumento e em sua utilização tornar-se assinante e dependente de regras pré-estabelecidas pelo poder normativo. Um poder que, entre outras regulações, determina a relação entre o que é dito e quem o faz. Entre a obra e o seu autor. O questionamento dessa relação, originalmente apresentado em 1969 à *Société Française de Philosophie* e retomado naquele mesmo ano na *Arqueologia do Saber*, foi mal compreendido por alguns de seus interlocutores que o acusaram de negar a existência da figura do autor².

A supressão da figura do autor e inúmeras outras qualificações atribuíveis a um sujeito correspondia a um exercício de pensamento para a relativização de sua função, na qual os contextos de suas manifestações tornavam-se evidenciados. No caso do autor, sua função “é característica apenas de certos discursos em nossa sociedade, e tais discursos mudaram no curso da história” (OKSALA, 2011, p. 52). Se no passado a manifestação do conhecimento científico como obra era aceita e aclamada pela valoração atribuída a um nome consagrado ao estabelecimento da ciência a ele associada, hoje o discurso científico se sustenta pelo seu pertencimento “a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu” (FOUCAULT, 1992, p. 49).

No entanto, a dimensão histórica não denuncia apenas a transitoriedade das práticas discursivas senão que considera também a nomeação do tipo de discurso. O funcionamento do discurso literário, do discurso científico e do discurso ideológico corresponde a diferentes possibilidades, embora Foucault defina a sua *Arqueologia* como uma análise de discursos sem

² Como ocorreu durante o debate na *Société Française de Philosophie*, em 22 de fevereiro de 1969, onde Lucien Goldmann, em sua fala, sugerira que Foucault pertencia “ao que se poderia chamar de a escola francesa do estruturalismo não genético”, professava uma “posição filosófica fundamentalmente anticientífica” e optara pela “supressão do autor”. Retorquiu Foucault: “A primeira coisa que direi é que jamais, de minha parte, empreguei a palavra estrutura. Procurem-na em *As palavras e as coisas*, e não a encontrarão. Então, gostaria muito que todas as facilidades sobre o estruturalismo me sejam poupadas, ou que se dê ao trabalho de justificá-las. Mais ainda: não disse que o autor não existia; eu não o disse e estou surpreso que meu discurso tenha sido usado para um tal contra-senso [...] O mesmo em relação a essa negação do homem mencionada por Goldmann: a morte do homem é um tema que permite revelar a maneira pela qual o conceito de homem funcionou no saber [...] Fiz a mesma coisa em relação à noção de autor. Contenhamos então nossas lágrimas. Outra observação. Foi dito que eu tomava o ponto de vista da não cientificidade. Certamente, não pretendo ter feito aqui obra científica, mas gostaria de conhecer de que instância me vem essa crítica” (FOUCAULT, 2011, p. 108-113).

que haja uma prévia discriminação dos mesmos em ciência, arte ou política, por exemplo. “Mas, rejeitados os balizamentos aceitos tradicionalmente, como reencontrar a unidade que ao menos eles permitiam, possibilitando situar o objeto da pesquisa histórica? [...] será possível propor um novo tipo de unidade ou se deve aceitar os discursos como pura dispersão?” (MACHADO, 2009, p. 145).

Foucault refere-se mesmo às *unidades* do discurso, no plural, identificando-as como um problema gerado na diversidade conceitual própria à historização científica. A história das ideias, do pensamento, das ciências, ou, ainda, dos conhecimentos, segundo Foucault (2008), constituem disciplinas de fronteiras incertas. Atrélada a essa incerteza encontram-se os conceitos próprios de emprego no empreendimento de tais disciplinas: descontinuidade, ruptura, série e transformações, entre outros possíveis.

A diversidade conceitual é expressa por “um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade” (FOUCAULT, 2008, p. 23). Dar continuidade a dois fenômenos distintos equivale a situar uma ligação entre elementos ou acontecimentos que passa a funcionar como regra para o seu agrupamento em “espécies de grandes individualidades históricas” (FOUCAULT, 2008, p. 25), classificações de conhecimento anacrônicas:

Afinal, a “literatura” e a “política” são categorias que só podem ser aplicadas à cultura medieval, ou mesmo à cultura clássica, por uma hipótese retrospectiva e por um jogo de analogias formais ou de semelhanças semânticas; mas nem a literatura, nem a política, nem tampouco a filosofia e as ciências, articulavam o campo do discurso no século XVII ou XVIII, como o articularam no século XIX” (FOUCAULT, 2008, p. 25).

Paralelamente ao problema da representação temática do discurso, a noção de unidade também é abalada face à sua representação descritiva. A materialidade documental do discurso, sua *escritura*, seu *registro*, não se encerram numa individualização que “[...] ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites de seu começo e de seu fim” (FOUCAULT, 2008, p. 25). Há de se contestar a individualização do documento, uma vez que sua materialidade não surge de forma espontânea nem constitui privilégio de uma mente independente, reconhecendo-o como parte de um *jogo de remissões*, jogo este que sequer é homólogo; o feixe de relações varia “conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco” (FOUCAULT, 2008, p. 26).

Senão em sua temática e em sua materialidade individual, onde mais buscar a unidade discursiva? Talvez no conjunto de textos de um determinado autor, estabelecendo-se ligações

entre uma dispersão que pode ser reconhecida como a sua obra? Ora, a obra só pode ser considerada completa quando esgotada a possibilidade de seu autor criar um novo trabalho, fato que, salvo sob a improvável hipótese de uma renúncia ao ato de escrever, se faz presente com o falecimento do autor. Mesmo admitindo que a unidade discursiva seja dependente da cessação da função autoral, também essa possibilidade é problemática diante das escolhas necessárias:

Será que basta juntar aos textos publicados pelo autor os que ele planejava editar e que só permaneceram inacabados pelo fato de sua morte? Será preciso incluir, também, tudo que é rascunho, primeiro projeto, correções e rasuras de livros? Será preciso reunir esboços abandonados? E que importância dar às cartas, às notas, às conversas relatadas, aos propósitos transcritos por seus ouvintes, enfim, a este imenso formigamento de vestígios verbais que um indivíduo deixa em torno de si, no momento de morrer, e que falam, em um entrecruzamento, indefinido, tantas linguagens diferentes? (FOUCAULT, 2008, p. 26-27)

Ao questionar as unidades do discurso, Foucault não nega o reconhecimento de diferentes regiões do conhecimento, a existência do autor ou a possibilidade de composição de uma obra.

Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase evidência, de liberar os problemas que colocam; reconhecer que não são o lugar tranqüilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões (FOUCAULT, 2008, p. 29).

Considerando os objetivos do presente trabalho, como realizar o discurso parcelar sobre a Biblioteca Pública? No aporte da História da Ciência, seria a realização de uma narrativa pela qual se tornasse evidente a emergência de um conhecimento particular no interior da Biblioteconomia, construída a partir de relações extra-discursivas. Ter-se-ia, assim, uma análise de sua institucionalidade corporificada, de seus sujeitos, de suas práticas, mas não de seu discurso. A análise de um discurso impescinde da demarcação de um lugar de fala.

A *Arqueologia do Saber* foi escrita por Foucault com o propósito de demarcar o seu lugar de fala enquanto pesquisador e de explicitar a possibilidade de suas pesquisas. O objetivo da Arqueologia é o de descrever discursos, analisar o domínio das coisas ditas. Seu trabalho é o ponto de partida teórico para pensar o discurso Biblioteca Pública neste texto. Um início desafiador, porque segundo o autor “a *Archéologie* não era nem completamente uma teoria, nem completamente uma metodologia” (FOUCAULT apud ROUANET; MERQUIOR, 2008, p. 17). Ele admitiu que faltara à teoria sistematizar as relações entre as

formações discursivas e as formações sociais e econômicas, enquanto os problemas puramente metodológicos foram preteridos.

Das lacunas deixadas por Foucault, surgem as oportunidades: a parcialidade teórica privilegia a reflexão sobre o discurso, necessária à compreensão do objeto de estudo presente, e as especulações sobre a instrumentalização da reflexão expõem as possibilidades de uma análise quantitativa, possibilidades essas que serão discutidas na terceira seção. Por hora, basta declarar que, ao omitir-se quanto às formações sociais e econômicas, Foucault propõe a exclusividade ao tratamento discursivo, uma linha de ação adotada no presente trabalho para a dedicação exclusiva à Biblioteca Pública enquanto discurso.

Tratando-se a Biblioteca Pública enquanto discurso privilegia-se o sistema de formação dos seus enunciados, ou seja, buscam-se as origens do que efetivamente é afirmado em seus escritos. Com essa busca é possível determinar os grandes problemas peculiares ao saber estudado, o quanto tais problemas são recorrentes e atualizados, as linhas de pensamento presentes e as relações objetivas, temáticas, conceituais e descritivas conduzidas no interior do discurso. As dinâmicas do discurso pressupõem a interatividade entre os que o enunciam, o que constitui tema de interesse para a Comunicação, e seu efetivo registro como conteúdo dos processos documentais humanos, por sua vez, o torna objeto de estudo para a Ciência da Informação.

Não há nada de surpreendente na primazia dada ao discurso. É possível, mesmo, afirmar a sua onipresença:

Todos os críticos de nossa época, marxistas ou liberais, vêm na onipresença das estruturas discursivas a característica central do mundo contemporâneo. Presença áudio-visual do discurso na imprensa falada e escrita; presença do discurso na propaganda política; presença do discurso nos textos e imagens publicitárias. Discurso em vários níveis. No nível do factual, ou supostamente factual; no nível da mentira consciente; no nível da produção mitopaica subliminar (FOUCAULT et al., 2008, p. 12).

O discurso aqui considerado é um discurso parcelar, como já afirmado, na medida em que se delimita a um conhecimento específico. O tratamento de um objeto enquanto discurso não é simplesmente distinto de tratá-lo enquanto um conceito institucional corporificado, mas exemplar de uma sedimentação que requer níveis de análise em profundidades diversas. Primeiramente, há que se definir e apresentar tais diferenças.

O conceito de instituição corporificada deveria ser de fácil apreensão, se desconsiderado o problema decorrente da assimilação de seus sentidos, das razões que o tornam possível, entre outros questionamentos propensos à fuga das reduções de busca do

significado. No entanto, “o conceito de instituição apresenta, como é sabido, múltiplas significações e, como tal, é objeto de diversas ciências humanas” (VAZ, 2004, p. 76). Dentre elas, pertence à Sociologia o mais fundamental dos conceitos, necessário para a compreensão da acepção material de que se reveste o termo.

Em seu conteúdo sociológico, *instituição* denota um padrão normativo determinante dos modos de agir e de se relacionar em sociedade, legitimando-os (CHINOY, 1969). A dotação de corporeidade a esse conteúdo lhe confere uma estrutura, a saber, “[...] a armação, ou o aparelho, ou talvez apenas o número de funcionários destinados a cooperar de maneiras prescritas em certa conjuntura. A estrutura encerra o conceito e fornece os meios para trazê-lo ao mundo dos fatos e da ação de uma forma que sirva aos interesses dos homens na sociedade” (SUMNER apud CHINOY, 1969, p. 59). A partir desse conceito estruturalista, é possível compreender sob o termo *instituição* o significado de organização, de um grupo de pessoas atuando num certo espaço, sob determinado contexto, exercendo atividades visando um fim. É nesse sentido que se diferencia nesta dissertação a instituição Biblioteca Pública, do discurso Biblioteca Pública. Antes de adentrar-se a esta segunda acepção, pretendida, algumas linhas são justas e necessárias ao esclarecimento de sua definição *estrutural*.

O termo *biblioteca pública* é um termo composto, e toda composição, enquanto ato de conjunção, fundamenta-se na percepção da propriedade que unifica cada elemento coligado. Assim, o conceito do termo proposto passa pelo entendimento do que é a biblioteca e qual é o significado de bem público, do que caracteriza cada um desses núcleos. Esse entendimento, por si, constituiria um tema para outra dissertação, pelo que a reflexão proposta agora é limitada. Acolhendo-se a perspectiva de Foucault, dar conta de suas institucionalidades – da biblioteca, da sua condição pública – prescreve a necessidade de uma contextualização histórica, pois são conceitos que efetivamente se transformam ao longo do tempo e flagrá-los em determinados momentos, reconhecendo no presente aqueles recortes como inerentes a uma mesma unidade, oculta a dispersão de seu discurso.

Responder o que é a Biblioteca Pública principia, então, por questionar o que é a biblioteca e, a seguir, indagar o que é a biblioteca apropriada como instituição pública. No âmbito mais geral, a biblioteca é um espaço onde se estabelece um acervo de espécies documentais diversas. O escopo desse estabelecimento é temático, organizando aquele espaço segundo os temas diversos de seus documentos; mesmo uma biblioteca especializada em um domínio terá as suas divisões de assuntos no seio daquela, obedecendo à busca ancestral do Homem em ordenar a realidade e suas manifestações. A biblioteca surge na antiguidade e a sua história “é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um

conjunto amplo: a própria história do homem” (MILANESI, 1986, p. 16). Não obstante, uma biblioteca pública torna-se um espaço público de informação. Ao longo do tempo, o conceito de espaço público, embora muito mais recente historicamente do que o conceito de biblioteca, transformou-se geometricamente em relação ao primeiro.

Prestar conta da constituição e das transformações pelas quais passaram a biblioteca e o espaço público, incluindo o momento em que suas conformidades se cruzam, eis aí um projeto ainda a ser construído. Da antiga Biblioteca de Alexandria ao atual Sistema de Bibliotecas Públicas da Cidade de Nova York, inumeráveis culturas e modos de vida elaboraram a informação e as formas de compreendê-la, acessá-la, guardá-la e transmiti-la. A história da Biblioteca Pública no Brasil corresponde a um átimo dos milhares de anos a que remontam as bibliotecas em geral e as bibliotecas públicas em particular. No que diz respeito a essas últimas, a similaridade entre uma antiga biblioteca pública romana e uma biblioteca pública contemporânea no ocidente é menos perceptível do que através de um comparativo indireto entre as funções que aquela biblioteca pública clássica possuía em sua sociedade com as funções que uma biblioteca pública possui na atualidade. Talvez em tais funções esteja implícita a propriedade que caracteriza a composição *biblioteca pública* como um ato de conjunção atemporal do seu discurso disperso.

No que tange ao presente trabalho, o recorte de sua unidade discursiva é modesto, compreendendo a busca de um conjunto de enunciados na última década. Dessa forma, impõe-se a história recente e os conceitos presentes. Uma história institucional da Biblioteca Pública no Brasil também se constitui num projeto interessante, posto que aparentemente há apenas trabalhos analíticos: eventuais capítulos de livros e artigos que buscam reconstituir os fragmentos de uma memória não coligida. Por hora, e para fins meramente referenciais, os analíticos são bem-vindos. É por eles que é sabido que a trajetória das bibliotecas públicas no Brasil se inicia com o *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos, oferecido à aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão Geral desta capitania* (SUAIDEN, 1980, p. 5). Plano bem-sucedido, diga-se de passagem, porque dele constituiu-se a primeira biblioteca pública brasileira, a Biblioteca Pública da Bahia.

A julgar pela cronologia dada por Suaiden (1980), a criação das bibliotecas públicas estaduais no Brasil constitui um processo que tem início no século XIX e prossegue até a segunda metade do século XX, ou seja, transcorre por mais de um século e meio. Durante todo esse período, desenvolveram-se modelos dos mais diversos possíveis de espaços locais, de bibliotecas municipais nas cidades do interior dos estados, embora em número ínfimo.

Uma estatística mais apurada da realidade das bibliotecas públicas municipais tornou-se possível a partir da implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1977, congregando as bibliotecas públicas estaduais e condicionando a criação de sistemas estaduais no país. No início dos anos oitenta, sabia-se que “das vinte e três bibliotecas públicas, treze iniciaram a implantação do Sistema de Bibliotecas Públicas, beneficiando um total de 718 municípios” (SUAIDEN, 1980, p. 24). Possivelmente havia em 1980 mais do que 718 bibliotecas – supondo-se uma por município –, embora o número real fosse desconhecido pelo Sistema e, portanto, as bibliotecas estariam isoladas e provavelmente em condições adversas.

Não obstante o fato de que as primeiras bibliotecas públicas brasileiras sejam iniciativas provinciais, posteriormente estaduais, e que os esforços locais tenham atuado ao longo de muitas décadas isoladamente, a intervenção por parte da União nesse setor data da criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937. Mas as políticas públicas descontínuas ao longo das décadas prejudicaram a estatística e a realidade dos empreendimentos locais, pelo que se “propõe um ponto de reflexão: em que medida o Estado, efetivamente, poderá atuar de forma útil para o desenvolvimento das bibliotecas?” (MILANESI, 1986, p.59). Essa pergunta realizada há vinte e cinco anos ainda é pertinente, pois de acordo com dados do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais de 2009, “420 municípios brasileiros ainda não tinham biblioteca pública e grande parte das existentes possuíam equipamentos precários, acervos ínfimos e/ou muito defasados e recursos humanos despreparados para um processo de mediação eficiente na formação de leitores” (MARQUES NETO, 2010, p. 41). Assim, é válida, ainda, a afirmativa de que

as prefeituras dos municípios também encarregaram-se de formar bibliotecas, existindo em quase todos os municípios do Brasil, algumas apenas nominalmente ou sendo um empreendimento de alcance tão curto que se torna difícil enquadrá-lo não só na categoria de pública, mas também na de biblioteca (MILANESI, 1986, p.59).

Eis de volta a questão do conceito. O que é uma biblioteca pública? Uma biblioteca é um espaço organizado de documentos e, tal como os temas em que tais documentos se dividem, também as bibliotecas são classificadas em tipos, “de acordo com as funções que elas desempenham, com a especialização do assunto a que se dedicam e com o tipo de leitor que atendem” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1999, p. 17). Diante dos conceitos de outros tipos de bibliotecas (infantil, escolar, universitária, especializada, especial, nacional), “o conceito de biblioteca pública é bem mais amplo que os demais. O que melhor a caracteriza é ela ser plenamente aberta a toda a população local; é ser comum a todos; é

destinar-se não a determinada comunidade [...], mas a toda a coletividade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1999, p. 18). Em tal definição, o paradigma de biblioteca como um espaço de guarda do acervo cede ao de acesso, ao de concessão da informação para uso da coletividade em um espaço público.

Sucintamente, o Manifesto da Biblioteca Pública pela UNESCO entende a biblioteca pública como “o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. [...] Deve por princípio ser gratuita. [...] É de responsabilidade das autoridades locais e nacionais [...] apoiada por legislação específica e financiada pelo governo nacional e local” (UNESCO apud FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1999, p. 19-20). No Brasil, as recomendações do Manifesto fundamentaram a elaboração do mais arrojado planejamento desde que a questão das bibliotecas públicas passou a ser prerrogativa do Estado: o Plano Nacional do Livro e da Leitura, o PNLL, quando o Ministério da Cultura apresentou um documento elaborado a partir do debate entre representantes de toda a cadeia de produção do livro, em que foram discutidas as prioridades que deveriam orientar uma política nacional de incentivo à leitura, cujo componente fundamental é o desenvolvimento de bibliotecas públicas.

Pode-se considerar o PNLL como uma vitória para todos os profissionais da informação, sobretudo para os bibliotecários que insistiram por décadas na necessidade de políticas voltadas ao desenvolvimento de bibliotecas públicas. Não obstante, se há hoje o reconhecimento da Biblioteca Pública no contexto prático de afirmação das políticas, como a instituição é reconhecida em sua dimensão teórica pelos bibliotecários e cientistas da informação? A importância dessa pergunta torna-se visível porquanto a ação política requeira que haja competências para serem desenvolvidas, competências cujo foro privilegiado reside no corpo de conhecimentos constituídos pela Biblioteconomia. O desenvolvimento das políticas públicas requer que os profissionais atuantes na instituição Biblioteca Pública detenham, portanto, não só comprometimento com a instituição, como conhecimentos bibliotecários pertinentes a essa área, conhecimentos esses patentes em seu discurso.

Portanto, à denotação Biblioteca Pública como uma instituição corporificada subjazem conceitos diversos, históricos, econômicos, políticos, culturais, veículos para a sua materialidade. Mais especificamente, a Biblioteca Pública é uma instituição pública governamental: é criada como um organismo de Estado para a satisfação de certas necessidades sociais e culturais. Suas iniciativas institucionais decorrem de atos administrativos, portanto, cada um dos conceitos subjacentes à sua condição é documentalmente apoderado: sem a documentação, imperaria o pré-discurso e a instituição

não se sustentaria na oralidade, porque a normalização explícita é componente essencial de sua criação e continuidade.

A documentação dos conceitos fundamentais da institucionalidade da Biblioteca Pública é corrente e utilitária, porque sustenta a sua permanência na *praxis*. Nesse sentido é que surgem e se estabelecem a legislação, os parâmetros normativos e os sistemas de classificação, entre tantos exemplos que podem ser suscitados como materialidades apreendidas em documentos. Essa documentação não apenas sustenta a institucionalidade como permite a discussão dos conceitos a ela pertencentes, discussão essa que passa a formar determinados temas. Nesse momento, há uma ruptura entre a institucionalidade e o discurso.

Do precedente, explica-se porque a abordagem primeira para uma análise discursiva como a proposta: “[...] certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a Psicopatologia, ou a Medicina, ou a Economia Política); mas não me colocarei no interior dessas unidades duvidosas para estudar-lhes a configuração interna ou as secretas contradições” (FOUCAULT, 2008, p. 29).

Um exemplo do corte exposto pode ser ilustrativo. A Biblioteca Pública, enquanto instituição corporificada, possui uma história. Tal é possível porque nos diferentes períodos em que sua institucionalidade é criada e transformada mantém-se registros de seu cotidiano e dos fatos atinentes à sua época. Eventualmente, chegará um momento em que uma série daqueles documentos será recuperada e utilizada não mais como uma narrativa do presente ou um relatório cotidiano, mas como fonte para se reconstituir um determinado tempo. Ter-se-á então um documento não mais utilitário, mas um registro que, ao lado de outros tantos semelhantes, comporá um tema, hipoteticamente o tema de História da Biblioteca Pública. A Biblioteca Pública perde a condição de objeto conceitual-normativo e é investida no de objeto de pesquisa.

Tornar a instituição Biblioteca Pública um objeto de pesquisa irá gerar um número variado de temas correspondentes à diversidade de seus objetivos e das regiões de conhecimento às quais pertencem os pesquisadores. À guisa de exemplos, um administrador poderia estudar as formas organizacionais correspondentes à instituição; um historiador talvez se interessasse pela subsistência de valores pretéritos na formulação de seu conceito institucional no presente; um pesquisador de comunicação investigaria a apropriação de bens culturais e simbólicos relacionados às práticas comunicacionais entre servidores e usuários daquela instituição.

Os exemplos apresentados são pertinentes também para demonstrar que um dado objeto de pesquisa não é prerrogativa de uma categoria; o tema de pesquisa é o que determina

o pertencimento do objeto a ser estudado com a região ou regiões do conhecimento que lhe serão adequadas. O tema desta dissertação, Biblioteca Pública e Comunicação Científica, reporta-se a uma formalidade aceita e reconhecida nos meios de produção, disseminação e uso da informação científica próprios ao discurso; neste caso, a delimitação à Biblioteconomia e à Ciência da Informação como regiões do conhecimento para a pesquisa se justifica na medida em que cabe aos teóricos daquelas regiões estudar aquele conhecimento que, vinculado à comunicação científica, à “promoção de intercâmbio de informações entre membros de determinada comunidade, a qual divulga os resultados de pesquisas efetivadas de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto onde está inserida” (BARBALHO, 2005, p. 125), requer a observação de um *corpus* particular.

De um único objeto, incontáveis temas potencializam-se; a cada vez que são enunciados, somam-se aos já existentes, ampliando a temática do discurso. A definição vernacular com que o termo *temática* é tratado nos dicionários se expressa na condição de um *conjunto de temas*, um agrupamento delimitado de assuntos que dizem respeito a algum ser, objeto ou fenômeno. Uma temática só tem sentido e só pode ser reconhecida como tal se a referida posse e potencialidade procedem de uma série de pertencimentos. Do mais imediato, que é o tema, aos mais mediatos e elementares, os objetos, seus conceitos e encadeamentos.

Neste momento cabem duas observações: também não há discurso a partir do institucional corporificado? Não é a temática a garantia de unidade ao discurso? À primeira questão, a resposta é positiva, embora desinteressante para os objetivos desta dissertação. Não fosse assim, estar-se-ia constituindo uma história do pensamento, não uma descrição do discurso necessária para a suspensão das formas imediatas de continuidade que a institucionalidade outorga. “Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, 2008, p. 30). Quanto à segunda questão, há nela a individualização de uma pergunta ainda mais geral: como distintos enunciados podem ser identificados como pertencentes à mesma ordem de discurso? Foucault formulou quatro hipóteses para respondê-la.

A primeira hipótese é a de que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Assim, os enunciados próprios a uma unidade referem-se sempre ao mesmo objeto. Prontamente tal hipótese se desfez ao confrontar-se o objeto com a sua impossibilidade de individualizar um conjunto de enunciados cuja relação entre si mantenha qualidades descritivas e constantes. Foucault identifica duas razões para isso: primeiro, o objeto é construído pelo conjunto de enunciados que a ele emprestam a palavra “articulando,

em seu nome, discursos que deviam passar por seus” (FOUCAULT, 2008, p. 36). E, segundo, o referido conjunto de enunciados pode criar objetos distintos conforme a instância da qual decorrem. Os discursos sobre um mesmo objeto não tem, na verdade, um mesmo objeto: cada um o constituiu e o elaborou até torná-lo singular. “Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam e não pela permanência e singularidade de um objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 37). Um esforço de busca da unidade discursiva a partir de um dado objeto admitiria a existência de regras pelas quais se produz a diferença entre os objetos, portanto, sua dispersão.

A segunda hipótese para a unidade discursiva situava-a na forma e no tipo de encadeamento dos seus enunciados, um *corpus* de conhecimento firmado na confluência de um mesmo modo de observar, descrever e transcrever os fenômenos “como uma série de enunciados descritivos” (FOUCAULT, 2008, p. 38). Todavia, tais modos sucedem-se, deslocam as suas práticas numa escala de tempo, de tal forma que as visões, os métodos e os léxicos empregados modificam os enunciados: o encadeamento já não é mais o mesmo. A *praxis* da pesquisa conduzida na investigação científica hoje não é mais a da metade do século passado e a tendência é que as mudanças se fragmentem cada vez mais numa linha de tempo cada vez menor. Logo, também nessa hipótese não se justifica a unidade, mas a dispersão na qual “[...] seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos” (FOUCAULT, 2008, p. 39).

A terceira hipótese traçada por Foucault procurou estabelecer grupos de enunciados a partir de conceitos permanentes, impermeáveis à passagem do tempo. Também tais conceitos parecem improváveis de serem assim imutáveis e uma pretensa unidade nesse sentido, um sistema fechado de conceitos compatíveis entre si, dá espaço à procura da incoerência, da emergência simultânea ou sucessiva de sua pluralidade e das razões da incompatibilidade. Afinal, uma arquitetura conceitual submissa a um conjunto definido seria incapaz de incorporar novas possibilidades para a transformação do discurso. Uma vez mais, o jogo das dispersões.

Quanto à temática como garantia de unidade ao discurso, nada mais problemático. Em tal conceito ressurgem o fantasma da continuidade: que temas reunir? Como associá-los? Em suas individualidades, como afirmar uma unidade de temas senão como um gênero de espécies tão diversas entre si? A tentativa fracassa mesmo na identificação de um mesmo tema como princípio de individualização: é possível encontrar facilmente um único tema em diferentes tipos de discurso, assim como também um mesmo discurso pode produzir temas

variados. Essas “duas constatações inversas e complementares” (FOUCAULT, 2008, p. 41) levam a indagar se

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retrazar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Fundamentado em tais conclusões, Foucault constatou a necessidade de analisar os discursos como dispersões, pois

[...] a dita unidade de um discurso, como uma ciência, por exemplo, unidade procurada nos níveis do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade uma dispersão de elementos. [...] Os discursos são uma dispersão no sentido de que são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade como os acima enumerados (MACHADO, 2009, P. 146).

Entretanto, há um conjunto no qual os discursos aparecem e se distribuem e o que dá forma a essa dispersão Foucault chama de regularidade. A observação da lei de dispersão desenvolvida naquele fenômeno torna possível identificar as regras de formação discursiva. Os princípios de unidade citados não são as regras, ao contrário, são determinados por tais regras tornadas explícitas em uma formação discursiva individualizada, num conjunto onde se possa “[...] definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 76).

Quando se trata de uma formação discursiva científica, o jogo de relações transparece na função autor que nele toma parte estabelecendo as ligações necessárias entre o que já foi dito e o que pretende afirmar no texto em que se faz presente. Em alguns casos, emerge em tal execução a figura de um *instaurador de discursividade*, um autor que não apenas criou seus livros, suas obras, mas também “a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (FOUCAULT, 1992, p. 58). Percebe-se num texto que as referências evidenciam tal cadeia discursiva e são, assim, a evidência mais objetiva do jogo de relações estabelecido de uma formação discursiva individualizada, com seus lugares de fala demarcados e as suas possibilidades explícitas.

À extensão da relação entre autor e obra, é possível traçar uma conexão entre obra e discurso. Embora um discurso possa ser instaurado por um autor, não pode tornar-se sustentável sem ser apropriado em seus enunciados por outros sujeitos que em sua função

autoral estabeleçam a rede discursiva no qual cada um é nó. O exercício de sua função autoral possibilitará o surgimento de múltiplos textos: um discurso, então, materializa-se num quantitativo infinito de registros a comporem a obra do discurso. Infinito porque uma representação do conjunto de tal obra poderia ser exaustiva até certo momento: cada enunciado constitui uma referência potencial para engendrar novos textos, requerendo a atualização contínua do hipotético catálogo.

Assim, toda iniciativa de analisar um discurso exige o recorte de um tempo no qual a exaustividade possa ser flagrada. Mas isso só não basta; são necessárias novas delimitações. Em um dado tempo, é possível estabelecer pontos de partida para as buscas, como entradas que se estabelecem num catálogo bibliográfico. Trata-se de uma ação operativa a partir das categorias que classificam os discursos (em gênero, livro, obra), uma daquelas “[...] categorias ou conceitos através dos quais se diversifica e se conserva o tema da continuidade ou pelos quais a história das ideias reduz a descontinuidade histórica valendo-se da função sintetizante do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 139, tradução nossa).

O resultado de tal análise é uma bibliografia, cujo *corpus* compõe-se de textos agrupados de modo a formar um conjunto de fontes secundárias, de tudo o que é registrado e pertencente a um determinado autor, gênero ou obra. Mas esse projeto é insuficiente para revelar o discurso, uma vez que não escapa às tentativas de unidade discursiva procuradas nos objetos, conceitos, encadeamentos e temas. A dispersão desejada pela análise do discurso não é encontrada nos limites de uma materialidade documental, mas precisamente em sua condição de nó em uma rede: o jogo de relações em um texto é formulado a partir das referências bibliográficas pelas quais se tornou decorrente, como fatos de discurso.

Libertando-os [os fatos de discurso] de todos os agrupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras unidades, mas dessa vez, por um conjunto de decisões controladas. Contanto que se definam claramente as condições, poderia ser legítimo constituir, a partir de relações claramente descritas, conjuntos que não seriam arbitrários, mas que, entretanto, teriam permanecido invisíveis. Certamente essas relações jamais teriam sido formuladas, por elas mesmas, nos enunciados em questão (FOUCAULT, 2008, p. 32).

Analisar o discurso prescreve, assim, uma imersão em níveis; o plano da aparente unidade discursiva corresponde à diversidade do que é registrado sob a rubrica temática e descritiva do discurso. Os objetos, conceitos, encadeamentos e temas presentes em um documento demandam a sua classificação e indexação, através de sistemas de representação, índices e palavras-chave. Identificar os elementos que seriam justificativos a uma unidade

discursiva equivale a descrever quais são as espécies de informações pertencentes ao discurso em questão.

O entendimento de um discurso científico, porém, não se esgota no nível primário, haja vista que sua escrita se constitua sobre um encadeamento de referências: as referências só podem ser reconhecidas como conjunto quando reconhecida a associação entre os textos que a formam. Um texto é uma unidade arbitrária na medida em que as suas referências são pura dispersão, podendo ser apropriadas de muitas maneiras para a fundamentação de novos enunciados e discursos. Logo, há duas possibilidades de análise: uma análise primária, voltada a uma bibliografia delimitada, ou uma análise secundária, levada a efeito sobre as referências da bibliografia. Em ambos os casos, trata-se de analisar positivamente, de “mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 2008, p. 203), o que requer especial atenção para dois níveis da prática discursiva: o enunciado e o discurso.

Fundamentalmente, o enunciado é “um ‘dizer’ entendido segundo o contexto” (FERRATER-MORA, 2005, p. 845). O enunciado como aqui apropriado difere dos sentidos lógico ou gramatical dados pela referência ao conteúdo de uma sentença ou pelo ato de enunciar uma proposição. O enunciado

[...] é uma função que torna possível relacionar um conjunto de signos, em primeiro lugar, com um domínio de objetos, ou com um referencial, que é condição, regra de existência para os objetos; em segundo lugar, com um espaço vazio que diferentes indivíduos devem preencher para se tornar sujeito [...] (MACHADO, 2005, p. 118).

A característica relacional da “função enunciativa” considera o sujeito que enuncia e o enunciado, bem como um contexto de enunciados e de como eles funcionam a partir do sujeito (FERRATER-MORA, 2005). A função enunciativa não se aplica a uma proposição livre, sequer quando tal proposição é atribuída a um sujeito ou a um conjunto de objetos, mas requer também a relação contextual presente. “A relação contextual não é a mesma entre uma frase e as que a rodeiam quando se trata de um romance ou de um tratado de física; não será a mesma entre uma formulação e o meio objetivo quando se trata de uma conversação ou do relato de uma experiência” (FOUCAULT, 2008, p. 110).

A construção de um texto é sempre uma ação relacional, pois requer o conhecimento de outros registros, não necessariamente ligados ao mesmo tema, sequer aos mesmos objetos, conceitos ou formas de encadeamento. Assim é com um artigo que se valha de formas de encadeamento próprias a uma revisão ou investigação. Ou um cujo tema reporte-se ao acesso à informação fazendo uso de citações e referências pertencentes a temas como políticas

públicas, liberdade de imprensa e propriedade privada. Tais formas de encadeamentos, citações e referências, por si só, não demandam uma função enunciadora sobre si sem considerar quem a enuncia, o contexto de enunciados criado e o seu funcionamento por parte do enunciador.

As relações entre citação e referência, aliás, no contexto de análise, parecem semelhantes às do enunciado e do discurso. Da mesma forma com que as referências listam as citações empregadas em um texto, os discursos reúnem todos os enunciados pronunciados ou escritos num certo contexto. Se o enunciado, é o “elemento a partir do qual é definido o discurso” (MACHADO, 2005, p. 118), igualmente pode-se dizer que uma citação é o elemento a partir do qual é definida a referência bibliográfica. Uma citação, de fato, não se encerra em sua definição de transcrição das ideias de um autor lido, senão que exige também um contexto de enunciados, uma situação textual pela qual se justifique a inserção daquela transcrição ali presente.

Todavia, a definição do discurso e da referência bibliográfica pelos seus elementos fundantes – respectivamente, os enunciados e as citações – obedecem a ordens relacionais diferentes. No caso dos enunciados, pressupõe-se que cada um deles detém uma ou mais características aptas a torná-los reconhecidos como conteúdo de um discurso comum. Já as citações não apresentam características que devam ou possam ser indicadas para a definição de uma referência: a condição fundante de uma referência é dada pela função autoral que colige seus elementos segundo a conveniência pretendida. A citação só se torna reconhecida como tal quando as suas palavras são apropriadas por um novo texto que as cita. No texto original, são enunciados de um discurso; ao serem transcritas, enunciados migrantes.

Um conjunto de enunciados forma o discurso, uma ação pela qual são sistematicamente formados os objetos de que falam (FOUCAULT, 2008), ou ainda as referências dos temas escritos. Tal como o enunciado não pode ser reduzido aos signos, o discurso não pode ser reduzido a um mero conjunto significante, tampouco se valendo destes signos para designar coisas. É necessário fazer aparecer e descrever a sua função discursiva, a sua adequação à estrutura do texto. Sem a função discursiva demonstrada, o discurso limita-se a “uma pura dispersão – no sentido em que não tem princípio de unidade, dado por um objeto, um estilo, uma arquitetura conceitual, um tema –, mas a respeito da qual a arqueologia estabelece uma regularidade, ou um sistema de relações, que funciona como lei dessa dispersão” (MACHADO, 2005, p. 118).

Ora, na análise de um documento, o que identifica o discurso, enquanto um conjunto de enunciados, senão as referências bibliográficas, a lista sistemática das materialidades

originais consultadas para a transcrição dos textos tornados ali citações? Sem a função discursiva exercida pela referência bibliográfica, as citações seriam dispersões sem qualquer sistematicidade, posto que pertençam originalmente a documentos que de outra forma talvez jamais fossem relacionados entre si.

Ampliando-se tal análise para uma obra, o discurso compreenderá, então, as referências bibliográficas pertencentes àquele conjunto de escritos. Em termos de obra, é possível identificar sua unidade a partir dos diversos elementos bibliográficos ou categorias particulares à sua composição: autoria, temática, gênero, região, ou qualquer outra sob cuja égide possa os escritos serem agregados, égide essa identitária da unidade.

Todavia, como aqui demonstrado, trata-se de uma unidade aparente, erigida em referências bibliográficas que justapostas apresentam-se como pura dispersão. E ainda assim há a unidade da obra e o discurso. Ambas são garantidas pelo seu sistema de formação, o jogo de relações construídas na obra pela função autoral – seja tal função singular ou múltipla – e pelas regras daquele jogo. O que as diferem são os níveis com que as regras são aplicadas, gerando lógicas diversas. A obra, ligada à lógica da unidade, e as suas referências bibliográficas, ligadas à lógica de conjunto.

A unidade da obra é arbitrária e muitas vezes evidente, torna-se facilmente exposta em uma análise primária. Seu conceito antagônico à dispersão possibilita reunirem-se os escritos por um critério dedutível, ainda que não fosse explícito. A estante de uma biblioteca contendo um exemplar de cada título escrito por Machado de Assis reúne em suas prateleiras a obra do autor. Uma base de dados sobre o *Vibrio cholerae* arrola a obra temática disponível para aquele agente etiológico. Um acervo de partituras para coral, com texto litúrgico e em latim define o gênero musical para Missa. Uma exposição de exemplares da literatura de cordel ao lado de crônicas do cangaço e narrativas de engenho pode ter como unidade de obra a cultura regional do nordeste brasileiro³.

Certamente que os exemplos propostos não configuram totalidades. A obra de um autor já finado e que todos imaginavam completamente catalogada eventualmente pode ser acrescida com a descoberta de um manuscrito inédito, de uma edição perdida com reescrituras ou de um título escrito sob pseudônimo até então desconhecido. As informações sobre um

³ É possível ir além aos exemplos de unidade, não se limitando a documentos escritos: a presença de dólmenes em uma região, estabelecendo os limites de um sítio megalítico; a ausência ou presença em certas posições do ângulo ou triângulo formado pelas cristas papilares nas impressões digitais, definindo suas linhas; um certo número de átomos responsáveis pelas transformações químicas em elementos radioativos; o número de anéis indicativos da idade de uma árvore visível em seu tronco serrado, e assim por diante. Cada quantidade de elementos e a sua posição na matéria são como documentos cuja configuração pode definir uma obra, tornada unidade em sua aparência.

agente etiológico em uma base de dados dependem dos veículos científicos a que seus produtores têm e dão acesso, da atualização de seus dados, do alcance e da cobertura temática com que trabalham. A música, tal como a literatura, é acrescida em escritos que atualizam os gêneros musicais e as culturas regionais, de forma que o conceito de obra, também nesses casos, é parcial, representativo e propenso a limites. A consciência de tais limites e sua exposição fundamentada é importante para não desqualificar a unidade da obra, uma vez que unidade e totalidade podem ser erroneamente tomadas como sinônimo no senso comum.

Quanto ao discurso, é necessário ressaltar a ideia de conjunto presente em sua definição. Também aqui pode ocorrer o equívoco de se igualarem *unidade* e *conjunto*, enquanto trata-se, na verdade, de duas lógicas distintas. A unidade pressupõe união, o agrupamento de elementos distintos com uma identidade comum de gênero que substitui as suas diferenças elementares. A lógica do conjunto, por sua vez, reside em conter ou não conter, pertencer ou não pertencer: é a alternativa do estar ou não estar, a aceitabilidade da dispersão; uma vez constatada a negativa do estar, não se pode arbitrariamente elencar a prerrogativa de presença junto aos que estão, ou hipoteticamente unir o contido ao incontido, o próprio ao impróprio, sob pena de anulação do conjunto existente em prol de mais uma unidade.

A lógica da unidade está em tornar as diversas escrituras unas, dando forma à obra ou ao catálogo, segundo o princípio escolhido para que se possa falar da unidade autoral, temática, de um gênero, de uma região. A obra de Machado de Assis; sobre o *Vibrio cholerae*; do gênero musical Missa; da cultura do nordeste brasileiro. É a lógica de uma análise primária voltada à criação de uma fonte secundária, um "documento que contém dados ou informações de fontes primárias reestruturados ou sintetizados; obras de referência em geral" (MEDEIROS, 2004, *web*). Caso típico das bibliografias e catálogos, produtos cujo conteúdo descreve e lista sistematicamente os documentos pertencentes a um tema ou temática⁴.

As noções presentes na lógica do conjunto, por sua vez, eventualmente poderão estar presentes também na aplicação dos critérios de unidade, mas no conjunto, diferente da unidade, pertencimento e conteúdo não são noções limitadas à criação da obra (ou da fonte secundária), senão que permitem avançar para, uma vez estabelecida a unidade aparente,

⁴ Um exemplo é a *Bibliografia Brasileira sobre Biblioteca Pública e Temas Afins*, trabalho pioneiro da Biblioteca Nacional. Sua estrutura tem como arranjo as referências em ordem alfabética de autor, contando ainda com um índice onomástico e um índice temático em linguagem natural. Aquela obra reúne a unidade da temática e, como tal, informa quais são os autores, os títulos e os temas trabalhados, as datas e a tipologia documental da produção na temática.

perscrutar-lhe a dispersão e o jogo de relações inerentes ao conjunto de referências bibliográficas que a compõe. Daí porque o discurso é considerado por Foucault como um *conjunto* de enunciados, não uma *unidade* de enunciados. Enquanto conjunto é possível reconhecer no discurso a dispersão e em seus enunciados o pertencimento ao discurso em que estão contidos.

Tal noção implica em uma submersão num nível mais profundo: ela pode, além de relacionar a temática e informar quais são as suas fontes, situar em que ordem de conhecimento se constituem as referências de um escrito e como aqueles que o produzem se relacionam em uma cadeia de textos que remetem a outros textos. O foco nesta perspectiva permite compreender o que Foucault (1992) chama de posição transdiscursiva, situação na qual o interior de um livro, de uma teoria, de uma tradição, de uma disciplina, pode, ainda que sendo o recôndito de uma materialidade cuja soberania é reivindicada por um autor, abrigar a possibilidade de outras obras e autores tomarem lugar.

Embora Foucault faça referência ao livro como exemplo, a condição dada é válida para qualquer materialidade documental, na medida em que um documento “[...] está preso a um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. [...] sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde a sua evidência: não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2008, p. 26).

Assim, é viável a acepção de que a unidade da obra é o caminho para se chegar ao discurso. Da aparente unidade que parece abarcar tudo a que se refere até o conjunto sedimentar oculto pela aparência, distinguem-se finalidades diversas de *praxis*. Limitada à busca da unidade, a *praxis* reúne os escritos em obras, refere-se a elas, forma coleções. Mais além, ao encontro do discurso, a *praxis* reúne as referências das obras, questiona seus elementos, quantifica o disperso.

Haveria de ser impossível o discurso Biblioteca Pública sem a unidade Biblioteca Pública como obra, como reunião dos escritos a partir de sua temática. É preciso reconhecer ou propor a unidade da obra para poder estudar a dispersão do seu discurso. Em outras palavras, o levantamento bibliográfico é necessário para a análise de referências daquela obra distinguida como aparente. A atividade voltada para a satisfação dessa necessidade conduz ao braço metodológico da pesquisa e às especulações sobre a instrumentalização da reflexão, agora necessárias.

3 A MÉTRICA DO DISCURSO: O BRAÇO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Em uma entrevista concedida a Rouanet e Merquior logo após a publicação da *Arqueologia do Saber*, Foucault admite que não ter se dedicado aos problemas puramente metodológicos talvez tenha sido um dos defeitos que poderiam ser apontados em seu livro. “Isto é: como trabalhar com esses instrumentos? É possível fazer a análise dessas formações discursivas? A semântica tem alguma utilidade? As análises quantitativas, como as praticadas pelos historiadores, servem para alguma coisa?” (FOUCAULT; ROUANET; MERQUIOR, 2008, p. 17-18).

Apesar das dúvidas não respondidas, Foucault suscita em várias páginas da *Arqueologia* indicações de que as análises quantitativas ocupam o campo metodológico para os novos estudos de ruptura, de descaracterização do discurso como unidade. A última pergunta do parágrafo anterior, em particular, é importante para o presente trabalho. Não se deve ignorar que tal questão foi levantada ao final da década de sessenta, num período em que

[...] o estudo da história da Ciência assumiu recentemente renovada importância como disciplina acadêmica. É fácil entender por quê. Acelerando-se o ritmo e a complexidade do desenvolvimento científico, a necessidade de melhores normas de orientação para a pesquisa científica torna-se cada vez mais óbvia (GARFIELD, 1993, p. 114).

Entre os problemas que Eugene Garfield (1993) aponta como determinantes para o estudo dos historiadores da Ciência estão, entre outros, o uso e mau uso da pesquisa, as responsabilidades recíprocas dos cientistas e da sociedade, a consolidação e o controle da Ciência, a formulação de uma política pública acerca da Ciência em geral. Alguns desses problemas preocupam Foucault, na medida em que se relacionam aos limites éticos e políticos (tabus, liberdades, exclusões) que estão ligados a certas práticas discursivas.

Em tal estudo, há de se considerar um projeto filosófico que o distancia da forma tradicional de História como habitualmente praticada pelos historiadores e cientistas, segundo Machado (2009), limitada a uma crônica de acontecimentos, ao factual “que apenas expõe resultados, celebra datas, relata descobertas, traça biografias ou procura precursores das teorias atuais” (MACHADO, 2009, p. 17). Trata-se de um projeto como aqueles propostos por George Sarton e Alexandre Koyrè, para exemplificar alguns contemporâneos de Garfield e Foucault:

Em seu trabalho mais antigo, Sarton estava basicamente preocupado com a precisa reconstrução cronológica dos acontecimentos. Em sua obra mais recente, passou a usar uma abordagem narrativa e começou a analisar e a interpretar relações de causa e efeito. Posteriormente, Alexandre Koyrè, de Princeton, tentou explicar o desenvolvimento de um novo conceito científico examinando a obra do cientista em relação aos pressupostos filosóficos e intelectuais dominantes em seu tempo. Koyrè, todavia, não considerou o meio social externo do cientista como um fator importante no afeiçoar-lhe a obra. Mais recentemente, os historiadores da Ciência começaram a acentuar a relação entre as novas ideias e a ordem social exterior em que se desenvolvem⁵ (GARFIELD, 1993, p. 115).

Nos exemplos de estudos precedentes, há um comprometimento não só com uma História da Ciência distinta da mera crônica de acontecimentos, como também uma permuta de indagações norteadoras da pesquisa. Aquelas questões tradicionais, elaboradas no sentido da descoberta da possibilidade do encontro de ligações, continuidades e totalidades – em última instância, determinantes de uma unidade arbitrária – são substituídas por aquelas próprias das séries e relações que se estabelecem:

As velhas questões de análise tradicional (que ligação estabelecer entre acontecimentos díspares? Como estabelecer entre eles uma sequência necessária? Que continuidade os atravessa ou que significação de conjunto acabamos por formar? Pode-se definir uma totalidade ou é preciso limitar-se a reconstituir encadeamentos?) são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo: que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipos de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistemas de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que séries de séries podem ser estabelecidas? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas sequências distintas de acontecimentos? (FOUCAULT, 2008, p. 3-4).

Ao declarar superadas as questões que conduziriam às respostas a uma pretensa unidade do discurso – pois “a ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo específico de discurso: um discurso que tem pretensão de verdade” (MACHADO, 2009, p. 18) – Foucault propõe igualmente uma alternativa a uma história da Ciência ou das ideias, não mais transcendental, valorativa ou voltada à definição da verdade, esse último objetivo caro para epistemologistas como Koyrè ou Canguilhem. Trata-se não mais de avaliar a ciência, discurso normatizado e normativo,

⁵ Relação também realizada por Foucault em *História da Loucura e Nascimento da Clínica*. “É evidente que a maneira de internar os loucos, de diagnosticá-los, de medicá-los, de excluí-los da sociedade ou incluí-los num local de internamento, era tributário de estruturas sociais, de condições econômicas, tais como o desemprego, as necessidades de mão-de-obra, etc. No fundo, era um pouco tudo isto que tinha me seduzido no tema. Os esforços feitos por certos historiadores da ciência, de inspiração marxista, para localizar a gênese social da geometria, ou do cálculo das probabilidades no século XVII, tinham me impressionado muito. Era um trabalho ingrato; os materiais eram muito difíceis. É muito difícil empreender a análise das relações entre o saber e a sociedade a partir desse gênero de problemas. Em compensação, existe um complexo institucional considerável, e bem evidente, no caso de um discurso com pretensões científicas, como o da psicopatologia. Era tentador analisar esse discurso, e foi o que tentei fazer” (Cf. FOUCAULT; ROUANET; MERQUIOR, 2008, p. 20-21).

instaurador da racionalidade, e, portanto, da verdade, mas o de implementar “um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando do desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica” (MACHADO, 2009, p. 9).

Enquanto para a Epistemologia o ponto de partida situava-se na História da Ciência e a chegada em princípios normativos, Foucault elabora sua Arqueologia como resistência a um poder normalizador que busca submeter à unidade arbitrária o discurso. Semelhante inversão é realizada na crítica ao documento, como reação a uma História naturalizada:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

Ora, a dimensão dos eventos, do encadeamento dos fatos e acontecimentos que se sucedem não é a memória, mas o próprio ser, estar e haver conjugados numa dimensão de tempo e espaço que se reconstroem a todo instante. Esse pensamento substitutivo à velha história, de sucessões longas e contínuas a muito custo quebradas, requer da leitura documental tanto quanto desta exigia-se a análise exonerada. Entretanto, é a caracterização da relação entre a dimensão dos eventos que compõem os monumentos do passado e a sua transformação em documentos que Foucault inverte:

Em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Essa inversão, na prática, apresenta-se por uma relação diferenciada entre pesquisador e documentação. A *praxis* interpretativa e valorativa, a busca dos significados e os julgamentos segundo critérios hermenêuticos, morais e críticos pertencentes à leitura dos monumentos cede a uma *praxis* relacional pela qual o documento deixa de ser a materialidade representativa de conhecimentos que têm seu fim naquele registro. A inversão que torna os documentos monumentos e que desdobra seus elementos é determinante para o

estabelecimento de um fazer científico cuja condição *sine qua non* é dada pela comunicação dessa ciência, desse fazer, tornada objeto de pesquisa.

O exposto precedente no tocante ao tema proposto é pleno de significado em uma das conseqüências que Foucault identifica como pertinente à inversão descrita, a dos problemas metodológicos, tais como

A constituição de *corpus coherentes* e homogêneos de documentos; (...) o estabelecimento de um princípio de escolha; (...) a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes; (...) as referências – explícitas ou não – a acontecimentos, a instituições, a práticas; (...) a especificação de um método de análise; (...) a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado; (...) a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto (...) (FOUCAULT, 2008, p. 12-13).

Para Foucault, o emprego de certas metodologias é não apenas revelador de rupturas na progressão do saber⁶ quanto é determinante para o recondicionamento dos problemas metodológicos tradicionais, tornando-os compatíveis com a arqueologia proposta. Não se trata mais de definir o estado dos conhecimentos acumulados até um dado momento, como poderia ser o objetivo de uma história da Ciência. Que se torne definido isso: uma análise acerca da abordagem de qualquer tema dentro de um domínio científico, nessa perspectiva arqueológica, não irá reconstituir a emergência, o desenvolvimento e o declínio do tema, mas buscará, sim, analisar suas positivities, as regras pelas quais a prática discursiva revelará séries de escolhas teóricas. O tema, assim trabalhado, firma-se como o saber de um território explorado no conjunto de elementos que forma regularmente sua prática discursiva.

Saber e discurso, aliás, são constituintes de uma via arqueológica; “há saberes que são independentes das ciências (...) mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2008, p. 205). O percurso dessa via reconstitui um território que não é demarcado por limites tais como os de um domínio científico, nem faz do saber “o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza” (FOUCAULT, 2008, p. 206), mas atravessa extensões que não são de uma ordem puramente empírica na pesquisa. Especificamente ao tema aqui proposto, como ignorar a comunicação científica? Seria desprezível supor-se a transversalidade entre pesquisa e comunicação no território pertencente a um saber cujos planos discursivos devem dar conta

⁶ A progressão do saber inclui também a dos aparelhos de saber, dos “instrumentos efetivos de acumulação do saber, de técnicas de arquivamento, de conservação e de registro, de métodos de investigação e de pesquisa, de aparelhos de verificação etc.” (REVEL, 2005, p. 78).

tanto do que é próprio de seus objetos de estudo quanto de uma institucionalização dependente da condução de sua legitimidade e visibilidade?

A verificabilidade do quanto a análise das positivities de uma extensão de saber torna-se dependente da comunicação científica pode ser compreendida através de um processo reverso, pelo qual os processos e os produtos de comunicação científica tornam-se reveladores de uma ciência não como extensões de sua prática, mas inerentes ao reconhecimento daqueles saberes comunicados. Meadows (1999), nesse sentido, constata que

a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica (MEADOWS, 1999, p. VII).

Toda a tese, toda a dissertação, todo o estudo acadêmico que visa estabelecer séries e relações num domínio científico assenta a continuidade da compreensão de uso dos registros do conhecimento com o propósito de tornar a pesquisa legítima e visível no reconhecimento de seu saber. A análise do discurso Biblioteca Pública, não é, assim, uma empresa limitada à condição de teoria, mas justificada na necessidade da identificação do reconhecimento teórico do tema por parte de todos os atores envolvidos em sua condução.

Entretanto, seria incorreto admitir que haja uma via de mão única entre pesquisa e comunicação científica. Não se trata de um processo que estabelece uma extensão a partir da primeira, senão que o caminho inverso também é verdadeiro: a comunicação científica, revelada nas análises que lhe são feitas, pode ser determinante e orientadora das pesquisas. Em tais análises, evidencia-se o discurso, emergindo certas questões não percebidas ou negadas por aqueles que escrevem o discurso daquele território – eis aí uma positividade, aplicada à linguagem, na definição “da maneira como os indivíduos ou os grupos concebem as palavras, utilizam a sua forma e o seu sentido, compõem discursos reais, neles mostram e ocultam o que pensam, dizem, sem que talvez tenham consciência disso (...)” (FOUCAULT, 1967, p. 458-459).

Assim, o campo discursivo de um saber caracteriza-se por ser uma progressão irregular e disruptiva, cuja compreensão depende do estabelecimento das séries e relações entre as suas enunciações. Cabe nelas, nas séries e nas relações, identificar as pautas e motivações imanentes na materialidade documental em análise. Dela se desprende a

necessidade da reflexão científica sobre a formação e o desenvolvimento dos registros que caracterizam o saber próprio ao domínio analisado.

É válido, a partir daqui, ascender a este quadro teórico o que de fato orienta um estudo sobre a formação e o desenvolvimento da materialidade documental de um saber: as suas referências bibliográficas. A palavra *análise* é utilizada com o compromisso de demonstrar que um documento não é um produto espontâneo e acabado, mas que em suas séries e relações herda e lega textos além de seus próprios limites, ou seja, é uma materialidade resultante de referências bibliográficas sem as quais não seria constituída e sem cujo conceito não poderia, por sua vez, se constituir como um potencial registro para a origem de novos documentos. Nesse conjunto de documentos, presentes e anteriores, fundamenta-se o saber desenvolvido sob um nome, sob o que comumente se compreende como uma dispersão discursiva cuja unidade se impõe como uma necessidade epistemológica no senso comum (FOUCAULT, 2008).

Reconhecer a dispersão no conjunto de registros do conhecimento de um domínio equivale a identificar no discurso de seu saber quais são os enunciados que são apropriados pelos autores daquele discurso, enunciados esses que formam a sua unidade não porque lhe sejam naturalmente pertencentes, pertinentes a uma mesma ordem de classificação, a uma mesma família de representação temática comum, mas porque foram objetos de escolha selecionados a partir de uma ordem diversa de conceitos ou de discurso. É o caso de cada referência bibliográfica presente em uma materialidade documental: ela é um elemento de dispersão na medida em que sua criação pode ser apropriada para legitimar qualquer texto de qualquer temática em cuja elaboração o autor julgar pertinente.

É legítimo, em primeira instância, supor que uma certa temática seja capaz de ligar e de animar, como um organismo que tem suas necessidades, sua força interna e suas capacidades de sobrevivência, um conjunto de discursos. [...] Mas a partir de semelhante tentativa, somos levados a fazer duas constatações inversas e complementares. Em um caso, a mesma temática se articula a partir de dois jogos de conceitos, de dois tipos de análise, de dois campos de objetos perfeitamente diferentes [...] mas, na verdade, o que a torna possível e coerente não é, de forma alguma, da mesma ordem. [...] Trata-se de um único tema, mas a partir de dois tipos de discurso. [...] ao contrário, [se] a escolha [...] repousa exatamente sobre o mesmo sistema de conceitos que a opinião inversa, [compreende-se] um jogo de conceitos relativamente limitado e [...] admitido por todos. [...] Ora, a partir desse jogo conceitual único, havia duas maneiras de explicar a formação [desses conceitos, gerando,] a partir dos mesmos elementos, duas opções [temáticas] diferentes (FOUCAULT, 2008, p. 41).

Em outras palavras, um mesmo tema pode ser originário de tipos diversos de discursos, assim como um só discurso pode produzir diferentes temas. Daí porque o fato de

que a formação enunciativa de um discurso não se encontra nas palavras-chave pelas quais um documento é indexado, nos termos que um autor atribui ao seu próprio texto, mas se desprende das referências bibliográficas reveladoras da diversidade de filiação temática e ideária do autor do texto nelas fundamentadas, naquela dispersão de referências cuja unidade discursiva foi tornada disponível pelo texto que as reúne como condição para o desenvolvimento discursivo presente e o saber que ela forma:

A bibliografia ou referência é habitualmente apresentada pelo autor ou o estudioso de um artigo científico em um determinado campo como uma fonte autêntica de informação com valor de pesquisa ou para fundamentar o ponto de vista das ideias expressas no documento citado. Muitas informações úteis para a localização e identificação dos conhecimentos existentes e emergentes de uma disciplina vem a ribalta através da análise de ambos os documentos, citante e citado (MISHRA; PANDA, 1997, p. 255, tradução nossa).

Daí a importância dos estudos voltados à comunicação científica como metodologias pelas quais a arqueologia do saber é exercida por esses teóricos que explicitam as relações no plano discursivo de outros teóricos, num fazer científico que só se realiza num ciclo de gênese, organização, recuperação e comunicação científica, analisado em esforço meta-analítico. Tal esforço último, arqueológico, situado no contexto deste trabalho, resulta num reconhecimento da materialidade documental nos domínios de Biblioteconomia e Ciência da Informação, suas repercussões para os paradigmas e estudos acerca da Biblioteca Pública, a explicitação de como a produção científica situa o seu discurso, de tornar evidenciado quem está envolvido com o desenvolvimento de estudos voltados aos temas ali presentes, quais são os seus objetos e conceitos fundamentais.

Em suma, trata-se de estabelecer as relações que são imanentes no tecido documental, na teoria realizada e cujas séries de dados que o caracterizam estão esparsas. Nessa ação de relacioná-las, situam-se as entrelinhas pelas quais as regras da prática discursiva podem ser encontradas. Por isso a dimensão teórica, tão fundamental para substanciar a metodologia proposta, é também um elemento de busca por parte da própria pesquisa. O estudo acerca da comunicação científica sobre Biblioteca Pública, sua produção, suas referências, permite caracterizar os elementos de descontinuidade que lhe são próprios, demonstrar os eventos discursivos da comunicação científica em torno do tema proposto e refletir acerca da prática ligada ao cotidiano de mudanças e rupturas constituídas.

Em tais ações, retoma-se o problema de pesquisa deste trabalho e as indagações que lhe são pertinentes: como o conjunto de enunciados da prática discursiva sobre Biblioteca Pública na comunicação científica revela suas positivities? Como se caracterizam a ruptura

e o descontínuo em sua representação? Como se assinala o seu sistema de formação? Como se enuncia o espaço do discurso Biblioteca Pública na comunicação científica? Que fenômenos de ordem e de encadeamento há nesse espaço? Entretanto, para que sejam respondidas, é necessária a questão “como responder a tais perguntas?”: em tal busca de solução, encontra-se o método.

Ora, o discurso eleito nesta dissertação é o conjunto de referências bibliográficas dos artigos publicados em revistas científicas tendo como ponto de partida a unidade arbitrária formada pela temática Biblioteca Pública. Analisar este discurso equivale a analisar as suas particularidades, ou seja, as particularidades próprias ao conjunto de referências bibliográficas em questão. Logo, para responder à pergunta mais geral, será utilizada a análise de referências bibliográficas como método de pesquisa, a qual, “permite conhecer de forma rápida e eficaz: o comportamento das comunidades científicas no uso da informação; a tipologia de documentos utilizada; a actualidade ou vigência dessa informação” (ANJOS, 2006, *web*).

Dentre as perguntas específicas, a ruptura e o descontínuo no discurso sugerido estão intimamente ligados à passagem entre a unidade e o conjunto, entre o que torna os artigos recuperados – trabalhos-fonte – possíveis de serem reunidos como uma obra temática e o que torna a obra um veículo para que o discurso daquele domínio apareça em sua dispersão, no conjunto de suas referências. Mesmo que todos os artigos possuíssem os mesmos temas expressos em suas palavras-chave, seus enunciados expressos como referências evidenciarão a descontinuidade entre temática e discurso.

O sistema de formação, por sua vez, pressupõe a existência de um jogo de relações entre os enunciados do discurso. Cada lista de referência bibliográfica indica um conjunto de escolhas. “Quando um documento é mencionado em uma lista de referências bibliográficas ou citações, supomos que exista entre o pensamento do autor citado e citante, alguma relação - bem como - que poderia existir alguma relação entre o documento referenciado e o artigo que está sendo escrito” (ROCCA; ARCHUBY; BIBILONI, 2009, p.7, tradução nossa). Também a lista de referências poderá contemplar exclusivamente ou não certos documentos e a possibilidade assertiva demonstrada indicará que o discurso é formado em menor ou maior grau de dominância de certos autores ou títulos, determinando o acoplamento bibliográfico⁷, ocorrência pela qual dois ou mais documentos são ligados “se as suas listas de referências

⁷ O termo original é *bibliographic coupling*. Segundo Sancho (2002) este fenômeno indica que os trabalhos fontes pertencem ao mesmo campo de conhecimento e, quanto maior for o número de referências comuns aos trabalhos analisados, mais próxima será a sua temática. Além disso, a relação entre as publicações se estende aos seus autores e aos grupos de pesquisa aos quais estão vinculados.

compartilham um ou mais dos mesmos documentos citados” (SMITH, 1981, p. 85, tradução nossa).

O espaço do discurso na comunicação científica é enunciado até a camada mais superficial exposta pela sedimentação da análise: se as listas de referências revelam o discurso abrigado no interior dos trabalhos-fonte, unidade reunida como obra temática, os trabalhos-fonte, por sua vez, foram agrupados enquanto unidade a partir de uma seleção realizada nos domínios de conhecimento circunscritos pelos periódicos neles especializados. Sua identificação compreende o conhecimento daquele *locus* sedimentado: quais são os periódicos correspondentes ao domínio perscrutado, quantos artigos formam a unidade temática, quantas referências compreendem o discurso. Algumas palavras acerca das potencialidades desse espaço do discurso serão desenvolvidas na quarta seção deste trabalho.

Os fenômenos de ordem e de encadeamento naquele espaço, enfim, revelam-se a partir do grau de maturidade do discurso em questão, do quanto está consolidado, de quais são os domínios que o caracterizam, das formas de materialidade documental assumidas. Tais fenômenos constituem o que fornece ao conjunto um encadeamento de tipos documentais sob uma ordem reveladora de maturidade, de origens geográficas e idiomáticas do discurso, dos domínios característicos de suas referências em dados momentos.

Pelo exposto, vê-se que perscrutar o discurso aqui proposto é uma atividade documental, cujo método é essencialmente métrico, quantitativo. Envolve grandezas que necessitam serem isoladas, cruzadas, tornadas estatística, demonstráveis em porcentagens e representações gráficas. Daí porque o braço metodológico desta pesquisa fundamenta-se na Bibliometria como método geral.

O termo Bibliometria foi criado e divulgado em 1934 por Paul Otlet para designar, segundo o eminente documentalista belga, “as medidas relativas ao livro e ao documento” (OTLET, 1993, p. 20). Desde então, ao longo dos últimos setenta e sete anos, são inúmeras as definições desenvolvidas pelos cientistas da informação à Bibliometria, desde as mais restritivas, como aquela proposta por Otlet, para quem o termo constituía “a parte definida da Bibliografia que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro” (OTLET, 1993, p. 20) até as mais amplas, como a de Carrizo Sainero, Rodriguez-Lázaro e del Amo (2006, p. 301, tradução nossa), aparentando a Bibliometria a uma técnica estatística voltada “para o estudo das publicações científicas e os elementos bibliográficos nela contidos, com o objetivo de se obter a informação sobre o comportamento seguido pela ciência e pelos cientistas”.

A despeito de o termo Bibliometria ter sido cunhado por Otlet, o “estudo e medição dos padrões de publicação de todas as formas de comunicação escrita e seus autores

remontam pelo menos à década de 1920” (POTTER, 1981, p.5, tradução nossa). Foi durante o período compreendido entre as décadas de vinte e quarenta do século passado que as leis clássicas da Bibliometria são constituídas: Lei de Lotka⁸ (produtividade científica de autores), Lei de Bradford⁹ (produtividade de periódicos) e Lei de Zipf¹⁰ (frequência de palavras). Todas estas leis seriam revistas nas décadas seguintes, segundo os respectivos critérios empíricos de produtividade, dispersão, distribuição e frequência.

Um segundo momento da Bibliometria ocorre a partir dos anos sessenta, “devido ao desenvolvimento da tecnologia da informação, da informatização das bases de dados, tudo acompanhado por uma demanda crescente dos gestores políticos para o planejamento e avaliação científica” (SOLÍS CABRERA, 2000, p. 119, tradução nossa). Nomes como Price e Garfield repensam os princípios empíricos anteriores e elaboram novas teorias bibliométricas. Partindo da Lei de Lotka, Price concluiu que 1/3 da literatura é produzida por menos de 1/10 entre os autores mais produtivos; em suas formulações, propôs que o número de membros da elite científica é igual à raiz quadrada do número total de autores, sendo a metade do total da produção considerada como critério para se determinar se a elite é produtiva ou não. Garfield, por sua vez, lançou as bases teóricas da análise de citações, criando o primeiro índice de citações, o *Science Citation Index* (SCI) e fundando o *Institute of Scientific Information* – ISI.

Desde os anos vinte há uma bibliografia sobre Bibliometria predominantemente nas línguas inglesa e francesa. No Brasil, na Espanha, e, por extensão, nos países latino-americanos, a Bibliometria desponta nos anos setenta. Um despertar tardio no segundo momento, pois, de acordo com Araújo (2006), há uma década de pouco interesse nos anos

⁸“Lotka descobriu que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores. A partir daí formulou a lei dos quadrados inversos: $yx = 6/p2xa$, onde yx é a frequência de autores publicando número x de trabalhos e a é um valor constante para cada campo científico (2 para físicos e 1,89 para químicos, por exemplo)” (ARAÚJO, 2006, p. 13).

⁹“A Lei de Bradford pode ser enunciada da seguinte forma: se dispormos periódicos em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre um determinado tema, pode-se distinguir um núcleo de periódicos mais particularmente devotados ao tema e vários grupos ou zonas que incluem o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos existentes no núcleo e nas zonas sucessivas seja de ordem de 1: n : n^2 : n^3 Assim, os periódicos devem ser listados com o número de artigos de cada um, em ordem decrescente, com soma parcial. O total de artigos deve ser somado e dividido por três; o grupo que tiver mais artigos, até o total de 1/3 dos artigos, é o “core” daquele assunto. O segundo e o terceiro grupo são as extensões. A razão do número de periódicos em qualquer zona pelo número de periódicos na zona precedente é chamada “multiplicador de Bradford” (Bm): à medida que o número de zonas for aumentando, o Bm diminuirá” (ibid., p. 15).

¹⁰“Zipf, analisando a obra *Ulisses* de James Joyce, encontrou uma correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência de seu uso e concluiu que existe uma regularidade fundamental na seleção e uso das palavras e que um pequeno número de palavras é usado muito mais frequentemente. [...] Sua proposta, assim, é de que, se listarmos as palavras que ocorrem num texto em ordem decrescente de frequência, a posição de uma palavra na lista multiplicada por sua frequência é igual a uma constante. A equação para esse relacionamento é: $r \times f = k$, onde r é a posição da palavra, f é a sua frequência e k é a constante” (ibid., p.16-17).

oitenta. É possível situar um terceiro momento do método a partir dos anos noventa à atualidade, como retomada do interesse pelos métodos quantitativos decorrentes da disseminação de uso do computador, dos sistemas de informação e da *web*. Embora os estudos bibliométricos sejam realizados há mais de três décadas no Brasil, apenas recentemente foram empreendidos esforços em prol de uma rede de pesquisadores em âmbito nacional, como atesta o surgimento do 1º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciometria (EBBC), em 2008.

A que se dedicaram os pesquisadores, na última década, no campo da Bibliometria? Araújo (2006) afirma que há dois grupos distintos de interesse, um deles voltado à revisão e ao aperfeiçoamento das leis clássicas de métricas bibliográficas desenvolvidas ao longo do século XX, enquanto outro, formado por cientistas que questionam a validade do método quantitativo, sequer reconhecem a Bibliometria como uma disciplina, restringindo-a a condição de técnica. De um e de outro grupo provém reflexões importantes, seja quanto à criação de novos indicadores bibliométricos, seja à associação de outros referenciais teóricos com a Bibliometria e suas técnicas¹¹.

Neste trabalho, a Bibliometria consiste no método escolhido e a análise de referências bibliográficas, uma de suas técnicas, o braço metodológico para o desenvolvimento da pesquisa proposta. De fato, a técnica escolhida figura entre aquelas surgidas durante o que aqui é considerado o segundo momento do desenvolvimento da Bibliometria. Mais precisamente, a análise de referências é resultante dos “refinamentos no método de análise de citações” (SCHRADER, 1981, p. 168, tradução nossa) desenvolvido em meados da década de sessenta. Considerando-se que “a área mais importante da bibliometria é a análise de citações” (ARAÚJO, 2006, p. 18), é possível dimensionar o alto valor da análise de referências como técnica derivada daquela.

Tal é a iminência entre uma técnica e outra que enunciá-las em seus processos não raro se faz apenas sob a designação da matriz: o termo análise de citações muitas vezes engloba não só a técnica original como também aquela própria da análise de referências. Os que assim o fazem alegam que “o objeto de estudo [...] não deixa de ser a consequência das citações dos respectivos artigos” (CARTEZANI, 2009, p. 66), e que uma vez que “as normas de elaboração de trabalhos científicos determinam que as citações devam contar,

¹¹ Lídia Alvarenga (1998), por exemplo, propôs o estudo da historicidade da produção científica a partir de conceitos da Arqueologia do Saber de Foucault. Já esta dissertação, trilhando o mesmo referencial teórico, sugere o estudo das referências bibliográficas de uma unidade temática como elementos de um discurso parcelar originalmente pertencentes a domínios diversos daquele ou daqueles a que o conjunto foi apropriado.

obrigatoriamente, das referências utilizadas, ao analisar referências o pesquisador estará também analisando citações” (MAGALHÃES, 2006, p. 29). Em suma, não haveria razão prática para diferenciar as técnicas porque ambas trabalham com as listas de referências bibliográficas.

Embora a abrangência do estudo das referências bibliográficas pela análise de citações seja uma visão dominante, na medida em que “a tendência da literatura científica da área mostra que a técnica de análise de citações tem sido usada indiscriminadamente para estudar as referências citadas em qualquer tipo de documento” (BRAMBILLA, 2004, p. 57), parece metodologicamente salutar enfrentar uma questão que não é de hoje, mas levantada há décadas: “Price (1970), diante do uso indiscriminado dos termos citação e referência, propõe chegar à convenção de que a citação é uma característica do documento citado e a referência é uma característica observável no documento fonte, citante” (URBANO SALIDO, 2000, p. 79, tradução nossa). Ou seja, “a referência é o reconhecimento que um documento dá a outro; uma citação é o reconhecimento que um documento recebe de outro” (SMITH, 1981, p. 83, tradução nossa).

A versão inicial do projeto desta dissertação seguia a tendência majoritária, todavia o desassossego causado pela proposta de uma análise de citações focada sobre um objeto que corresponde *stricto sensu* à definição de referência desafiava não só a precisão conceitual como o braço teórico proposto. Os que defendem a abrangência maior da análise de citações partem da premissa de que citação e referência constituem um mesmo processo. Isso é verdadeiro, mas não as reduz ao mesmo espaço nem ao mesmo momento. Nesse sentido, não basta reconhecer conceitos diversos para citação e referência, a primeira como transcrição direta ou indireta das ideias do autor citado e a segunda como o conjunto de dados bibliográficos que identificam a origem da citação. É preciso concebê-las em um jogo relacional de subordinação: cada referência bibliográfica como um conjunto de enunciados de potencial reaparição em outros textos, conjunto este que uma vez reconhecido como referência indica que pelo menos um enunciado reapareceu no texto presente: ao menos uma citação, um enunciado que efetivamente se realizou como transcrição.

Uma citação não pertence ao mesmo espaço de sua própria referência, pois, uma vez citada, abandonou a condição de enunciado próprio de um conjunto discursivo; foi deslocada de seu texto original por uma autoria não correspondente àquela que a enunciou pela primeira vez. Seu propósito assertivo não é mais aquele dado por quem a criou, mas por quem a

replica, segundo as suas razões para citar¹². Tornada citação, o enunciado passou à camada mais aparente do texto, aquele sedimento correspondente à unidade, arbitrariamente definido por uma consciência em função autoral. Em tal nível de análise, não se alcança a dispersão visível no âmbito do discurso, este último encoberto pelas citações que, encadeadas ao texto, passam a formar um tecido documental indistinto.

Uma possibilidade de escapar à indistinção seria através da inquirição das razões para que cada enunciado tenha se transformado em citação no texto em análise. Mas, nesse caso, o procedimento voltar-se-ia ao não imanente, à consciência dos indivíduos, à leitura dos documentos segundo um juízo valorativo. Embora a análise de citações possa ser utilizada com o propósito interpretativo das razões para citar¹³, ela não se limita a isso, e, em sua vasta gama de aplicações¹⁴, a fuga da hermenêutica é tão necessária quanto a fuga do indistinto. Assim, tal análise não prescinde das referências bibliográficas para apoiá-la em sua imanência.

¹²Homenagear, acreditar, identificar metodologias, propor um painel literário, corrigir o próprio trabalho ou outros, criticar estudos, justificar, alertar tendências, dar visibilidade, autenticar dados, apresentar conceitos originais, expor epônimos, renunciar a outras ideias, disputar originalidade conceitual. Cf. Garfield, 1965, p. 189.

¹³ Um quadro-síntese contendo uma amostra de estudos sobre as motivações que levam os autores a citar é apresentado por Andalia (1999). Os resultados são bastante diversos, possivelmente pelo emprego distinto de tipos de estudo, metodologias, unidades selecionadas e o número de citações. Sobre os tipos de estudos, Ahmed et al. (2004) identificam três formas possíveis: análise de conteúdo dos artigos citantes, seguida de sua categorização segundo os motivos pelos quais os autores citaram; entrevista com os autores citantes sobre as razões que os levaram a citar; entrevista paralela à realização da escritura pelo pesquisador, inquirindo-se quem está a citar e os seus motivos. Brambilla, Vanz e Stumpf (2006), num dos raros “trabalhos de perspectiva qualitativa orientados para a observação e o entendimento de questões comportamentais e situacionais (hábitos, motivos, particularidades, fenômenos e outras questões) ligadas à produção e uso da informação registrada no universo científico” (SILVEIRA; BAZI, 2009, *web*), utilizaram o primeiro tipo mencionado por Ahmed et al. (2004) em sua análise das citações dadas a um determinado artigo correspondente aos critérios eleitos na pesquisa. Das sete categorias de razões para citar dadas por Ahmed et al. (2004), as autoras encontraram apenas uma razão motivando as citações àquele artigo num *corpus* envolvendo 22 artigos citantes. Entretanto, quaisquer e quantas sejam, o fato é que as razões para citar “podem tanto ser identificadas quanto carregadas de subjetividades, influenciadas pelo contexto em que é produzido e por fatores de ordem social, cultural e política” (BRAMBILLA; VANZ; STUMPF, 2006, p. 205).

¹⁴ “Com os dados retirados das citações pode-se descobrir: autores mais citados, autores mais produtivos, elite de pesquisa, frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura, procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados, “core” de periódicos que compõem um campo” (ARAÚJO, 2006, p. 18-19). Contudo, informações semelhantes podem ser construídas, segundo outros autores, a partir da análise de referências, cujo objeto de estudo seria “as menções que um autor faz a documentos anteriores. Analisam-se fatores como a obsolescência do documento, tipologia documental, coautoria, autocitação, temática, índice de isolamento (porcentagem de documentos referenciados que pertencem ao mesmo país que as publicações / autores citantes), capacidade idiomática (idiomas nos quais podem trabalhar os pesquisadores), índice de dispersão (documentos mais utilizados), etc.” (MORATO, 1999, p. 32, tradução nossa). Diante de tal semelhança, cabe o debate: a análise de citações e a análise de referências trabalham com objetos distintos? Ou seriam espaços e momentos diversos no exercício da função autoral? É o que se buscará discutir, ainda que brevemente, a seguir, elegendo-se alguns desses fatores como apropriados à condição de indicadores para responder aos objetivos propostos nesta dissertação.

A análise de citações, desvinculada das referências, invalida o estudo do discurso. Ora, além de não se situarem no mesmo espaço, tampouco se fundem num só momento a citação e a referência. Certamente que a constatação de um texto em uma lista de referências reporta a existência de uma questão seletiva, uma lógica de escolha por parte do autor ou autores do trabalho-fonte. Uma lógica prévia à criação de sua unidade: as referências são escolhidas pelas possibilidades abertas através de uma leitura parcial ou total das mesmas; somente a partir de tal leitura serão destacados certos enunciados, passando os mesmos à condição de citações. As referências, portanto, já existem, são anteriores ao texto que as citará e analisá-las remete ao discurso. A análise interpretativa das citações já não mais reporta ao original: a citação é um enunciado contaminado pelas intenções do autor que o transcreve no novo texto.

Poder-se-ia argumentar que o interpretativo é apenas uma das possibilidades da análise de citações e que as suas demais aplicações, reveladoras das positivities do discurso, emergem da unidade ao conjunto, quando descartado o objetivo hermenêutico e provida a análise também das referências. Contudo, o foco na citação e na referência muda: na primeira, trata-se de apresentar como os enunciados originais são assimilados nos textos posteriores; na segunda, de como unidades aparentemente similares reunidas por uma temática comum são formadas a partir de um discurso tão diverso. A demonstração prática de tais postulados teóricos pode ser realizada através da indicação do foco de estudo, de suas aplicações e dos indicadores que lhes são pertinentes.

As análises de citações e de referências, não obstante possam ser aplicadas para muitos objetivos em comum, guardam diferenças sutis que, sendo desconsideradas, podem levar a erros na apuração de certos fins específicos para os quais um dos métodos não corresponda ao mais apropriado. Ainda que uma análise de citações considere as referências para equalizar certas dissonâncias e preencher as lacunas de dados, parece haver um esforço desnecessário na extração das citações e das referências num estudo cujos objetivos podem ser plenamente respondidos por uma análise exclusiva das últimas.

Tanto a referência bibliográfica quanto a citação podem ser utilizadas para expressar o uso da informação por autores científicos, bem como para revelar o impacto da produção bibliográfica desses autores na comunidade científica (LÓPEZ-PIÑERO; TERRADA, 1992 apud ROCCA; ARCHUBY; BIBILONI, 2009). Isso inclui estudos como obsolescência (o grau de declínio de uma literatura com o passar do tempo) e fator de impacto (grau de repercussão de autores, artigos ou periódicos em certa área de conhecimento). No entanto, a análise de uma e de outra também revela resultados exclusivos aos seus respectivos métodos.

É o caso da co-citação na análise de citações e do acoplamento bibliográfico para a análise de referências:

Dois documentos são acoplados bibliograficamente se suas listas de referências compartilham um ou mais dos mesmos documentos citados. Dois documentos são co-citados quando estão citados conjuntamente em um ou mais documentos posteriormente publicados. Assim, na co-citação os documentos anteriores tornam-se ligados, porque eles são posteriormente citados juntos; no acoplamento bibliográfico os documentos ficam ligados posteriormente, porque eles citam os mesmos documentos anteriormente. A diferença é que o acoplamento bibliográfico é uma associação intrínseca aos documentos (estática), enquanto a co-citação é uma ligação extrínseca aos documentos, e válida somente enquanto eles continuam a ser co-citados (associação dinâmica) (SMITH, 1981, p. 85, tradução nossa).

Retomando-se a questão da diversidade do espaço entre citação e referência, esta continua presente, ainda, como fundamento da diferença pela qual se aplica a contagem das ocorrências transcritas e as dos conjuntos de enunciados:

Podem-se citar várias vezes um determinado documento, mas, na lista da bibliografia utilizada, o referido documento aparecerá como uma única referência bibliográfica. Esta segunda acepção introduz questões metodológicas de interesse, pois resulta claro que não é o mesmo contabilizar as citações efetuadas ao longo do texto que os documentos referenciados na lista bibliográfica (URBANO SALIDO, 2000, p. 79, tradução nossa).

Ainda que a diferença entre as análises fosse limitada aos exemplos apresentados, haveria suficiente sustentabilidade para a apreciação de dois métodos exclusivos. Todavia, podem ser eleitas outras características. Sanz Casado (1994), por exemplo, distingue uma e outra a partir da criação e uso dos índices de citação – um legado de Garfield, como o *ISI Web of Knowledge*. Análises fundamentadas em tais bases caracterizam-se, segundo o autor, por serem de citações, enquanto a análise de referências “consiste em analisar a bibliografia referenciada pelos usuários em seus trabalhos de pesquisa que aparecem nas publicações periódicas, nas monografias, em anais de congressos ou em quaisquer outros documentos” (SANZ CASADO, 1994, p. 105, tradução nossa). A questão do espaço, nesse caso, desloca-se para onde o *corpus* de pesquisa pode ser encontrado: em índices de citação ou em listas de referências. As últimas, assim, apresentam a vantagem de possibilitar uma análise livre, sem as restrições a que a pesquisa a certas bases poderia enfrentar.

O reconhecimento da análise de referências como um método próprio e independente é patente na afirmação de sua reputação de uso, segundo alguns autores. A ideia de precisão e confiabilidade, decorrente de sua afiliação à tradição quantitativa de estudos, fortalece o potencial avaliativo de que é dotada ao valer-se de certos indicadores bibliométricos:

A análise das referências bibliográficas que uma publicação faz de outras anteriores é um dos indicadores mais utilizados em Bibliometria, devido ao fato de que o suporte bibliográfico que sustenta o trabalho é quantificável graças ao uso de indicadores bibliométricos, permitindo-nos descobrir alguns dados relevantes (CAMPS et al., 2006, p. 5, tradução nossa).

Por indicadores, compreendem-se “os parâmetros que se utilizam no processo avaliativo de qualquer atividade. Normalmente se emprega um conjunto deles, cada um dos quais expõe uma faceta do objeto da avaliação” (SANCHO, 2002, p. 78, tradução nossa). Enquanto parâmetros avaliativos, os indicadores bibliométricos colaboram também para a assimilação da análise de referências como um método independente, já que ao se analisarem citações, utilizar-se-ão indicadores diferentes daqueles com os quais se medirá os dados próprios da referência. “Os indicadores bibliométricos são de quatro tipos: de produção, de circulação e de dispersão, de consumo e de repercussão” (PULGARÍN; CARAPETO; COBOS, 2004, *web*, tradução nossa). Entre esses, “os indicadores de consumo¹⁵ se referem à análise de referências bibliográficas contidas nos artigos publicados por revistas científicas e informam a obsolescência e o isolamento da produção científica” (PULGARÍN; CARAPETO; COBOS, 2004, *web*, tradução nossa). Segundo os autores, os indicadores de repercussão¹⁶, também chamados de indicadores de impacto, são elaborados a partir da análise de citações, sendo um deles o *índice de influência*, o quociente entre o número de citações recebidas e as referências emitidas. Trata-se de um elemento metodológico importante para a diferenciação conceitual entre citação e referência, tantas vezes confundidas, já que necessita distingui-las para a aplicação da metodologia. Dentre os outros tipos de indicadores bibliométricos, o de produção¹⁷ quantifica as publicações científicas produzidas por um ou mais autores, ou por uma revista; essa categoria inclui vários conceitos

¹⁵ Os indicadores de consumo incluem: Meia-vida, o tempo que a utilidade de uma bibliografia é reduzida para 50%; Índice de Price, a porcentagem de referências com menos de 5 anos (os periódicos que publicam artigos em áreas muito dinâmicas, normalmente, têm uma baixa meia-vida e um alto índice de Price); Índice de isolamento, a porcentagem de referências correspondentes ao mesmo país de publicação do trabalho-fonte; Distribuição de referências por país de origem, idioma, tipo de documento, entre outros.

¹⁶ São exemplos de indicadores de repercussão: Índice de visibilidade, o logaritmo decimal de citações recebidas; o Índice de influência, quociente entre o número de citações recebidas e referências emitidas; Vida média das citações, a distribuição de citações por ano de emissão; Fator de impacto, o quociente entre o número de citações feitas a determinada revista nos dois anos anteriores, dividido pelo número total de artigos publicados por aquela revista durante os últimos dois anos.

¹⁷ Sob a égide dos indicadores de produção estão o Índice de Produtividade de Lotka; Índice de cooperação, média de assinaturas por cada trabalho; Índice de referências por artigo, correspondente ao quociente entre o número de referências e o número de artigos publicados.

desenvolvidos a partir do índice de Lotka. Já os indicadores de circulação e dispersão¹⁸ relacionam números de difusão e publicação, bem como a Lei de Bradford.

A tipologia de indicadores apresentada por Pulgarín, Carapeto e Cobos (2004) é aquela originalmente estabelecida por Lopez-Piñero e Terrada (1992) e suas categorias não devem ser tomadas como totalidade. Alguns exemplos de indicadores segundo a sua tipologia são dados em notas de rodapé nesta página e na anterior, a fim de ressaltar a característica determinante na organização da tipologia, que é a associação de certos indicadores com métodos exclusivos ao seu uso. Assim, certos métodos são bem caracterizados quanto aos seus procedimentos e o emprego a que fazem jus, tornando evidente a diferença entre a análise de citações e a análise de referências bibliográficas, por exemplo.

Em outra proposta, a de Callon (1995) sugerida por Morato Lara (1999), estabelece-se uma divisão tripartite de indicadores: de atividade, relacionais de primeira geração e relacionais de segunda geração. O motivo condutor dessa tipologia não é a associação de certos tipos de indicadores com determinados métodos, mas com ocorrências e relações estabelecidas a partir dos dados bibliográficos simples e combinados expostos por uma série de documentos. Os indicadores de atividade correspondem a dados simples, tais como número de periódicos, de referências, de artigos científicos publicados, dentro de uma temática, região ou outra unidade estabelecida. Os indicadores de primeira geração suscitam uma forte ligação com a função autoral, na medida em que buscam revelar coautorias, colaborações institucionais, co-citações e afins. Já os indicadores de segunda geração buscam associar os documentos que contenham descritores comuns, de modo a relacioná-los tematicamente; trabalham com o texto na íntegra, não se limitando a sessões do documento, embora possam valer-se de indexações e classificações previamente realizadas e das quais os resultados constam em suas palavras-chave ou termos de classificação. Tal espécie de indicador foi desenvolvida a partir dos Estudos de Zipf, sendo também conhecida como uma família de indicadores de palavras associadas.

Outras tantas propostas tipológicas poderiam ser suscitadas neste referencial teórico, contudo não se deseja aqui limitar-se a alguma dessas propostas em particular, mas antes valer-se de alguns desses indicadores, os mais apropriados no âmbito de uma análise de referências bibliográficas. A escolha adequada dos indicadores bibliográficos é o que permite, portanto, operar metodologicamente a pesquisa de forma a responder ao problema e assim

¹⁸ Os indicadores de circulação e dispersão são representados pelos seguintes indicadores: Lei de dispersão de Bradford; Índice de produtividade circulante, o logaritmo decimal do número de artigos circulantes em uma base de dados; Índice de difusão internacional, a razão entre o número de trabalhos circulantes em um número n de bases de dados internacionais e o número de trabalhos publicados, multiplicado por n .

cumprir com o objetivo geral proposto. “Em qualquer trabalho de pesquisa envolvendo levantamento de dados, os objetivos devem ser formulados inicialmente de forma bastante clara, pois as demais etapas baseiam-se neles” (BENZE, 2009, p. 23). É no desdobramento do objetivo geral que se situam as variáveis, as características a serem medidas, expressas através dos objetivos específicos.

Assim é que a identificação do espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica requer o uso de indicadores de atividade, como os exemplificados. O sistema de formação do discurso pode ser assinalado mediante os indicadores de primeira geração, em particular no que diz respeito ao fenômeno de acoplamento bibliográfico. A ruptura e o descontínuo na representação do discurso serão caracterizados mediante a comparação entre os indicadores de segunda geração expressos pela unidade e pelo conjunto: a temática dos artigos e das suas referências. A apresentação dos fenômenos de ordem e encadeamento no espaço do discurso em questão, finalmente, é realizada por meio de indicadores de consumo.

Eis que chegado a tal entendimento, a pesquisa molda os eixos que dão mobilidade à roda científica: definiu-se a sustentação teórica do problema de pesquisa e uma apreciação sobre a metodologia que conduz as perguntas e, portanto, os objetivos, ao encontro das respostas que os satisfazem. Todavia, se a mobilidade é possível, falta-lhe um caminho para que a possibilidade se torne fato, permitindo o encontro entre perguntas e respostas. Este caminho, metaforicamente delineado como a senda percorrida pela pesquisa impulsionada na troca de movimentos entre a fundamentação teórica e a metodologia, é aberto a golpes contundentes dados pelo pesquisador no terreno inóspito do *corpus* onde estabelece a passagem da roda. É sobre esse *corpus* de pesquisa e as suas adjacências – o espaço do discurso – que o leitor irá se debruçar na próxima sessão.

4 O ESPAÇO DISCURSIVO, DA SUPERFÍCIE AO *CORPUS* DE PESQUISA

No prefácio de *As Palavras e as Coisas*, Foucault tributa à Enciclopédia Chinesa imaginária de Jorge Luis Borges no conto *O Idioma Analítico de John Wilkins* a inspiração para seu livro. A fim de compartilhar com o leitor que desconhece o prefácio e o conto, ou ao menos para lembrá-lo, segue a insólita taxonomia proposta à fauna, num trecho da hipotética Enciclopédia:

Os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (BORGES apud FOUCAULT, 1999, p. IX).

Bibliotecários e filósofos divertem-se com tal enumeração em que os animais podem ser agrupados segundo uma ou mais características simultâneas, gerando uma classificação cruzada: um animal pode ocupar mais de um lugar ao mesmo tempo e, na ausência de regras para as suas divisões, inviabilizar a ordem da taxonomia. Divertido, porque exemplo de uma lógica exótica situada heterotopicamente, apartada das convenções exigidas pela razão. A estranheza, que diverte e ao mesmo tempo inquieta o espírito, não reside na proposta de seres míticos ou imprecisos ao lado de animais reais, sequer pela sua vizinhança; “o impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se” (FOUCAULT, 1999, p. X).

A inviabilidade da ordem gerada por uma taxonomia como a proposta pela Enciclopédia Chinesa de Borges não se esgota na aproximação incongruente, senão que sugere também a possibilidade de um grande número de ordens heteróclitas. E em tal desarranjo, é dada, mesmo, a possibilidade de situar o lugar comum para todas as classes, como declara a alínea *h*. Foucault especula, a partir de tal possibilidade, se todas as demais casas taxonômicas não estariam no interior daquela classe universal, mas, assim sendo, em que espaço situar-se-ia aquela? A imaginação sucumbe ante a tentativa de resposta, pois

o que transgride toda imaginação, todo pensamento possível, é simplesmente a série alfabética (a, b, c, d) que liga a todas as outras cada uma dessas categorias. [...] Sabe-se o que há de desconcertante na proximidade dos extremos ou, muito simplesmente, na vizinhança súbita das coisas sem relação; a enumeração que as faz entrecocar-se possui, por si só, um poder de encantamento. [...] O absurdo arruína o *e* da enumeração, afetando de impossibilidade o *em* onde se repartiram as coisas enumeradas (FOUCAULT, 1999, p. IX-XI).

No entanto, tal desordem foi cogitada na mente de Borges e efetivou-se como enunciado; mesmo que um enunciado pertencente à literatura, a arte de suscitar o fictício como uma razão que não se concretizou. A questão é que tal razão nunca poderia ter se concretizado, já que sua sustentabilidade legitima-se na lógica de uma ordem que não aceita a unidade sem relação. Mas os enunciados ali estão formando aquele estranho discurso; e não é, afinal, o discurso uma dispersão? E assim sendo, não há o conjunto, com seus núcleos dispersos abrigados sob o frágil manto de uma unidade justificada e reconhecida? Não se pode concluir, enfim, que se há discurso no sedimento mais profundo, há uma unidade capaz de relacionar aquela obra taxonômica?

Ora, o absurdo que suprime o *locus* e instaura a atopia pode ser enunciado porque a proposta suprime a razão, tão somente, não a realidade: esta última não se limita ao que os seres conscientes racionalizam ou evocam, mas se estende ao que imaginam. Para Foucault, a “realidade é uma liberação contínua” (LAND, 2006, *web*), no sentido de que o seu conhecimento não pode ser objetivo, já que utilizado como instrumento de controle e sujeição. A expressão do conhecimento da realidade é somente discurso, portanto as palavras e ideias reagem não com as coisas em si, mas com outras palavras e ideias, permitindo “que um discurso existente desafie um discurso oposto [...] num programa contínuo de liberação” (LAND, 2006, *web*). Ante a lógica de um discurso classificador segundo os termos expostos pela razão que a tudo busca ordenar, Borges contrapõe com o imaginário, retirando o espaço possível do discurso.

Ainda que sob a improvável sustentabilidade da faceta do intelecto humano compreendida pela imaginação, a taxonomia de Borges permanece um discurso, mesmo que não um discurso da razão e, assim, destituído da prerrogativa de unidade. Eis porque a ordem alfabética enumerando a impossível vizinhança provoca o estranhamento: no paradigma racional, as classes manteriam uma relação proximal que as lacunas do absurdo não permitem. Na desordem imaginária, a ordem alfabética constituinte da unidade para o conjunto de animais como discurso não se assenta. Nessa constatação, o discurso racional de uma taxonomia zoológica difere do discurso artístico de uma obra de referência imaginária: o primeiro modelo de discurso, entendido como próprio de ciência; o segundo, como inerente à arte ou literatura de contestação, que procura subverter a ordem vigente. Na liberdade de filiação às regras de um poder normativo, como no segundo caso, prevalece o subjetivo e o privilégio da arte como saber libertário e contestador.

A arte contemporânea é exemplar na afirmação de um programa contínuo de liberação que confronta os discursos próprios de outros saberes. A oposição entre Arte e Política, por

exemplo, pode afirmar-se num espaço de fronteiras cuja situação torna-se confusa devido à simulação de uma unidade pertencente a uma ordem diversa de saber – unidade essa que já é precária em sua arbitrariedade. Um exemplo disso é a proposta do coletivo artístico esloveno *Irwin*. Dividido em várias células, dentre as quais a *Neue Slowenische Kunst (NSK)*, a ala de artes plásticas do grupo, o *Irwin* questiona a validade da nacionalidade como unidade constituída a partir de símbolos de poder, idealizando uma micronação alternativa:

Em 1991, Irwin, junto com outros colaboradores do NSK, produziu um projeto conhecido como o NSK State [Estado NSK], que consistia em estabelecer uma espécie de micronação com funções políticas e burocráticas em paralelo a qualquer outra nação, embora denominado “um Estado em tempo”. O projeto foi apresentado em bienais, através de um espaço que funciona como uma embaixada, dentro da qual se expedem passaportes para quem os solicitar. Embora os passaportes do NSK sejam um projeto conceitual e não tenham validade legal, em vários países esses passaportes foram utilizados como documentos de identificação, em particular na Nigéria, que conta com milhares de proprietários. Por meio desse projeto, Irwin questiona os processos de construção de uma nação e a maneira como os símbolos gerados em torno de uma ideia de nacionalidade convertem-se em símbolos de poder (BIENAL DO MERCOSUL, 2011, *web*).

A desordem filosófica, proposta por Borges, ou política, como preconizada pelo *NSK*, não constituem discursos filosóficos nem políticos, ainda que sejam tais domínios suas respectivas epistemes, ou seja, o solo de onde o saber manifestado é possível, “um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica” (REVEL, 2005, p. 41), “um jogo simultâneo de remanências específicas [...] um dispositivo especificamente discursivo [...]” (FOUCAULT apud REVEL, 2005, p. 42). Borges e o *NSK* se valem daquelas epistemes para dar ensejo a uma manifestação que, no entanto, é expressa numa forma de enunciação própria à Arte, permitindo a criação de um texto que seria a reprodução de uma hipotética enciclopédia chinesa ou um projeto conceitual que simula um passaporte.

A criação, porém, não se restringe ao formato especioso do objeto artístico, mas se estende à manifestação da episteme que não é declarada em seus próprios termos: nem como enunciados de construção de conceitos, no caso da Filosofia, nem como enunciados de relações de poder, como requer a Política. Aquelas referências surgem através de agregados sensíveis, de sensações, criadas pela Arte em contestação. Não é a Arte desprovida de unidade, mas a Arte ao simular o que ataca: a ordem normativa na lógica racional, como a Enciclopédia Chinesa de Borges, ou a ideia de nacionalidade, como faz o *NSK*, instaurando

uma *zona de autonomia poética*¹⁹. Dessa forma, os produtos artísticos, a materialidade documental onde se perscruta o discurso, podem ser analisados, não no sentido de questionar a validade e veracidade do passaporte do *NSK* ou a taxonomia de Borges, mas no de mergulhar ao encontro da episteme no espaço do discurso, nos vários níveis de sua materialidade.

Mas por que trazer à baila dois exemplos artísticos quando o que está sendo debatido no presente pertence ao discurso da racionalidade? Que relação há entre arte e ciência? O que implica a suspensão da unidade em uma e em outra forma de saber? As respostas a essas perguntas decorrem graças à noção de episteme, pela qual é possível para Foucault relacionar o saber com o poder,

na medida em que, a partir da idade clássica, por meio do discurso da racionalidade – isto é, a separação entre o científico e o não-científico, entre o racional e o não-racional, entre o normal e o anormal – vai-se efetuar uma ordenação geral do mundo, isto é, dos indivíduos, que passa ao mesmo tempo, por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares (REVEL, 2005, p. 77).

Os exemplos de arte engajada na desconstrução de uma razão naturalizada como verdade normativa constituem disposições antagônicas à ordenação imposta pelo discurso da racionalidade. Entretanto, se há algo para ser contestado e tal contestação pode ser manifestada, a isso se deve àquele discurso combatido: o mesmo discurso criador de uma divisão de poder permite também a episteme a qual a imaginação humana recorre para, através da arte, empreender a simulação da ordem institucionalizada. Ainda mais, tal arte questiona a função da unidade necessária ao discurso da razão e que a arte elitista, a arte não engajada, também possui, já que conivente com o *establishment*.

Embora na arte contemporânea a “desordem” seja proposta de uma forma bastante evidente, Foucault localiza o início da separação entre o científico e o não científico, entre a verdade e tudo aquilo a que ela se opõe, em um momento denominado por ele como *idade clássica*, correspondente aos séculos XVII e XVIII. Ao fazê-lo, Foucault elege como ícones deste aparte a célebre pintura de Velázquez, *Las Meninas*, e o romance *Don Quijote*, de Cervantes. A partir daquelas obras, o conceito de espaço discursivo, sua construção e episteme tornam-se historicamente problematizados e visíveis.

¹⁹ As *zonas de autonomia poética* – ZAPs – constituem uma expressão criada pela curadoria da Oitava Bienal do Mercosul, edição de 2011, em Porto Alegre, e denominam as experiências artísticas de criação de Estados destituídos dos seus atributos legitimadores; micronações – pequenas nações com ou sem território – algumas reais, a maioria delas fictícia ou virtual, construções políticas e algumas exclusivamente artísticas. Um catálogo *online* descrevendo sucintamente tais ZAPs e outras obras da exposição pode ser conferido em Bienal, 2011, *web*.

Real Alcázar de Madrid, 1656. Em uma sala ampla do piso térreo, onde fora o aposento do falecido príncipe Baltasar Carlos, há uma década, funciona o ateliê de pintura do artista hispalense Diego Rodríguez de Silva y Velázquez, a serviço das majestades de Espanha. Velázquez não somente era reputado como um pintor talentoso, mas um exímio conhecedor da arte de seu tempo, servindo como curador real de *El Rey* Filipe IV. Naquele cenário de livre trânsito do monarca e de sua esposa, Mariana, Arquiduquesa da Áustria, surgiu a ideia de retratar a família real, tendo Velázquez assim procedido de maneira original: a tela mostra não apenas a princesa infanta e suas acompanhantes, como também o próprio Velázquez pintando uma tela na qual se supõe o retrato do casal real que aparece refletido em um espelho ao fundo da pintura, como se eles estivessem de pé na posição a qual o espectador do quadro se encontra. Aquela cena, rica em análises²⁰, é vislumbrada por Foucault a partir da problematização de que o espectador pode ver o que Velázquez pintou, mas não a tela que ele, retratado no quadro, pinta.

O pintor olha, o rosto ligeiramente virado e a cabeça inclinada para o ombro. Fixa um ponto invisível, mas que nós, espectadores, podemos facilmente determinar, pois que esse ponto somos nós mesmos: nosso corpo, nosso rosto, nossos olhos. O espetáculo que ele observa é, portanto, duas vezes invisível: uma vez que não é representado no espaço do quadro e uma vez que se situa precisamente nesse ponto cego, nesse esconderijo essencial onde nosso olhar se furta a nós mesmos no momento em que olhamos (FOUCAULT, 1999, p. 4).

Las Meninas se torna uma representação na qual o quadro traz em si outro quadro representado, uma tela ao fundo, oposta aos espectadores. Em sua unidade, a suposição de que Velázquez pintaria o casal real refletido no espelho às suas costas; mas na percepção de conjunto, a partir do jogo de imagem no qual ele, Velázquez, ali retratado, projeta seu olhar para fora do quadro, denuncia-se o confronto entre representação e reflexo, segundo Miranda (2005). Um quadro, afinal, distingue-se de um espelho, e a representação, portanto, supera o reflexo, não se confundindo com o que aparece no espelho. A tríade de pintura, representação e quadro, pensa Foucault, é um exemplo artístico de um problema corrente no período ao qual denomina *idade clássica*, o da substituição da noção de semelhança pela de representação:

²⁰ Análises entre as quais figuram a compreensão da tela enquanto “um manifesto sobre a pintura como arte liberal” (BROWN, 1988, p. 89, tradução nossa), no sentido de que até então a pintura na Espanha era um ofício meramente artesanal como o dos sapateiros ou quaisquer outros profissionais sujeitos ao pagamento de impostos, diferente do *status* gozado por um artista na Itália, por exemplo. Ao retratar-se junto à Corte, Velázquez estaria produzindo um manifesto reivindicando a nobreza da arte e sua condição como servidor privilegiado do rei. Já para Foucault (1999), trata-se de incluir no pensamento moderno a noção de representação, em substituição a da figuração das semelhanças, de forma que a relação do signo com o seu conteúdo não se assegura na ordem das coisas, mas no interior do conhecimento, nas ideias que se têm das coisas: o signo encerra a ideia de uma coisa representativa e de outra coisa representada, estabelecendo-se a teoria dual do signo.

O centro do saber é então nos séculos XVII e XVIII o quadro, isto porque as ciências desenvolvem um projeto de ordenação exaustiva, formando uma exposição de conhecimentos que constituem um quadro; e metafórica e materialmente, representação e quadro identificam-se. Por outro lado, o limite do saber seria a transparência perfeita das representações nos signos que as ordenam. Ora, esses signos necessitam de uma mediação, codificação e significação que é estabelecida numa relação entre as duas componentes do signo, o significado e o significante, e que transporta o pensamento para a dimensão da representação sobre as coisas. Para Foucault, o mais importante é essa ideia de relação e em vez de taxinomia o autor poderia ter utilizado o termo linguagem, pois é preciso chamar nome às coisas a partir de um conjunto de decisões, de forma a ser possível representar e significar as coisas. O signo remete assim para uma coisa que já de si remete para outro signo. (MIRANDA, 2005, *Web*).

Foucault propõe ainda um segundo exemplo hispânico com o *Don Quijote*, de Miguel de Cervantes y Saavedra, uma paródia aos romances de cavalaria cujo prestígio literário encontrava-se em declínio. A trama apresenta como protagonista um pequeno fidalgo castelhano que perde o juízo devido ao excesso de leitura daqueles romances, aos quais atribui veracidade e fonte de inspiração para as suas próprias aventuras como cavaleiro andante. Durante a narrativa, Cervantes satiriza os preceitos inerentes às histórias fantasiosas, colocando Don Quijote, o *Cavaleiro da Triste Figura*, em duras situações que contrastam com a forma com que o personagem as imagina. Onde há apenas moinhos de vento e rebanhos de ovelha, Don Quijote vê gigantes e exércitos, para a infelicidade de seu companheiro, Sancho Panza, com quem divide, eventualmente, as surras que leva ao longo do caminho.

Com suas voltas e reviravoltas, as aventuras de Dom Quixote traçam o limite: nelas terminam os jogos antigos da semelhança e dos signos; nelas já se travam novas relações. Dom Quixote não é o homem da extravagância, mas antes o peregrino metódico que se detém diante de todas as marcas da similitude. Ele é o herói do Mesmo. Assim como de sua estreita província, não chega a afastar-se da planície familiar que se estende em torno do Análogo. Percorre-a indefinidamente, sem transpor jamais as fronteiras nítidas da diferença, nem alcançar o coração da identidade. Ora, ele próprio é semelhante a signos. Longo grafismo magro como uma letra, acaba de escapar diretamente da fresta dos livros. Seu ser inteiro é só linguagem, texto, folhas impressas, história já transcrita. É feito de palavras entre cruzadas; é escrita errante no mundo em meio à semelhança das coisas. Não porém inteiramente: pois, em sua realidade de pobre fidalgo, só pode tornar-se cavaleiro, escutando de longe a epopéia secular que formula a Lei. O livro é menos sua existência que seu dever. Deve incessantemente consultá-lo, a fim de saber o que fazer e dizer, e quais signos dar a si próprio e aos outros para mostrar que ele é realmente da mesma natureza que o texto donde saiu. Os romances de cavalaria escreveram de uma vez por todas a prescrição de sua aventura. E cada episódio, cada decisão, cada façanha serão signos de que Dom Quixote é de fato semelhante a todos esses signos que ele decalcou (FOUCAULT, 1999, p. 63-64).

Em suas ações, Don Quijote “pretende ser semelhante a todos os signos que ele próprio decalcou, contudo se ele necessita de se tornar semelhante a eles é porque na verdade os signos (legíveis) já não são semelhantes aos seres (visíveis), pois todos esses textos escritos são incomparáveis e nenhuma semelhança preenche a sua linguagem” (MIRANDA, 2005, *web*). A aventura *quijotesca* compreende, destarte, demonstrar a veracidade das obras de cavalaria, tendo o protagonista que transformar a realidade em signo, provar que as palavras correspondem às coisas em perfeita similitude. Don Quijote frustra-se em seu intento, tanto quanto se frustram as teses de semelhança entre a escrita e as coisas. Mas não é a linguagem que está em declínio, mas uma forma de pensamento que não mais se contenta com os cânones próprios de uma escolástica contemplativa em que o discurso principia e se finda em si.

O que o pensamento artístico espanhol traz de original na *idade clássica* de Foucault é a leitura de um momento em que o conhecimento da realidade constrói uma nova relação entre ordem e episteme na cultura ocidental; o seu discurso transcorre num espaço que se sedimenta, como na representação visível na tela *Las Meninas*, e difere, tal qual em *Don Quijote*, imaginação e razão como faculdades intelectuais distintas, eventualmente em oposição, o que perduraria ainda por alguns séculos até as descobertas contemporâneas levadas a efeito pelas ciências cognitivas. Em ambos os exemplos artísticos, sustenta-se a base para uma teoria geral dos signos, das divisões e classificações, em oposição aos velhos problemas suscitados pelas semelhanças imediatas, pelo movimento espontâneo da imaginação e pelas repetições da natureza. A partir da *idade clássica*,

a análise adquire o valor do método universal e o instrumento particular é o sistema de signos. De um lado, encontram-se os signos convertidos em instrumento da análise, marcas da identidade e diferença, princípios da ordenação chave para uma taxinomia; e no outro, a semelhança empírica das coisas, essa similitude que, subjacente ao pensamento formal, fornece a matéria infinita das partilhas e distribuições (MIRANDA, 2005, *web*).

Em que pesem os valores pictórico e literário de *Las Meninas* e *Don Quijote* para a Arte, os saberes através dos quais podem ser avaliadas as características inerentes a cada materialidade – a da tela e a do livro – quais sejam, estilo, composição, argumento, trama, técnica, há nelas referências implícitas a uma episteme própria a ser contestada, cujo discurso de contestação não poderia ser materializado na linguagem própria a dos saberes que contesta por não lhe ser concedida a opção do debate no espaço discursivo mirado. Aqueles que atribuem às coisas as palavras, nomeando-as segundo as possibilidades dadas pela identidade

e pela diferença, podem, por extensão, atribuir-lhes tantas outras qualidades que façam nelas reconhecida o sentido de unidade. Cria-se, assim, o léxico próprio para a referência a determinadas coisas e o reconhecimento de um grupo que faz uso daquele léxico e que, portanto, está legitimado a pronunciar-se acerca daquelas coisas. Sendo um grupo normativo, constitui-se lhes a autoridade para dispor sobre a matéria em questão e ninguém, salvo a quem seja dado o privilégio de ingressar naquele grupo, pode manifestar-se fora do discurso institucionalizado. O saber daquele grupo torna-se inatingível externamente; as hierarquias de poder para a sua coesão interna e as relações com outros grupos e saberes passam a ser construídas. Todas as manifestações ocorrem no interior do grupo, segundo as prescrições próprias de sua condução e dos canais do espaço discursivo constituído para a comunicação do saber. Evidentemente, a institucionalização de um grupo decorre do seu reconhecimento por parte da autoridade civil e a emergência do conhecimento científico reivindicado por estes grupos surgidos na *Idade Clássica* de Foucault constituem novos espaços discursivos. Os exemplos pioneiros são aqueles surgidos no contexto inglês da Restauração:

A restauração da monarquia em 1660 fez com que se pusesse fim a quase 20 anos de guerra civil e governo parlamentar. Durante esse período, pequenos grupos, cujos membros geralmente eram os mesmos, reuniam-se para debater questões filosóficas, tomando cuidado para deixar de lado temas altamente polêmicos como os de natureza política e teológica. Depois da Restauração, decidiu-se organizar reuniões em Londres, de forma mais regular e oficial. Isso levou em 1662 à formação da Royal Society, assim denominada porque Carlos II concordara em conceder-lhe seu patrocínio (MEADOWS, 1999, p. 5).

À parte a Política e a Teologia, o grande debate do século XVII é bipolarizado pelos racionalistas e empiristas: seria a razão humana a única faculdade capaz de apreender o conhecimento da realidade ou a mente humana seria como uma folha em branco na qual a experiência escreveria o produto dos pensamentos? Por uma senda ou outra, desenvolveu-se a busca do conhecimento objetivo, o que determinou a hegemonia de uma nova forma de saber, distinta da Filosofia, especializada conforme os objetos a que se dedicava e normalizada em sua busca. Em tal normalização, substituem-se os princípios de observação, dedução e generalização da lógica clássica pela prática, a experimentação e o cálculo. A tal saber, chamam-no de Ciência; a comunicação de tal saber normativo voltado a um domínio de conhecimento passou a denominar-se científico e cada grupo científico escolhia seus métodos para a obtenção e difusão de informações acerca das atividades de seus membros e de outros grupos relacionados ao domínio em questão.

Seria impossível a produção do conhecimento científico destituída do espaço discursivo como *locus* do processo de comunicação científica. Isso porque a comunicação científica “é importante não só por permitir a comunicação de ideias e processos a co-investigadores, como para ensinar a ciência e os processos científicos a pessoas que estão a se iniciar, como também para divulgar a ciência e os seus resultados à sociedade em geral” (PEREIRA, 2007, p. 445). Nas três finalidades citadas, há, respectivamente, um espaço discursivo sedimentado, a primeira correspondente ao epicentro da produção de conhecimento, à pesquisa, a segunda e a terceira ao que Zamboni (2001) identifica como próprias à difusão científica, conceito que abrange a *disseminação científica*, a difusão para os especialistas, e a *divulgação científica*, a difusão para o grande público.

Dentre as duas possibilidades de difusão, interessa a este trabalho aquela própria à disseminação científica, pois esse nível compreende seus processos internos de comunicação, o funcionamento colaborativo da ciência e a educação científica para aqueles que empreendem a construção dos seus saberes. Nesse conceito, Zamboni (2001), fundamentada em um trabalho anterior de Bueno (1984), afirma haver ainda uma sedimentação possível: a disseminação intrapares, na qual a informação científica e tecnológica circula entre especialistas de uma área ou de áreas conexas, e a disseminação extrapares, voltada para os especialistas situados além da área-objeto da disseminação.

Bueno identifica na disseminação intrapares as características: a) público especializado; b) conteúdo específico e c) código fechado, estando ela representada nas revistas especializadas ou nas reuniões científicas orientadas para limitado universo de interessados. Como exemplo de disseminação extrapares, cita o autor revistas que podem ser consumidas por diferentes especialistas, como é o caso de uma revista de Economia Política, que interessa a economistas, cientistas políticos ou sociólogos, ou, numa outra situação, um curso de especialização em homeopatia endereçado a médicos alopatas (ZAMBONI, 2001, p. 46-47).

Pelo exposto, o espaço discursivo de um domínio abrange o *locus* onde se estabelece a comunicação científica, um processo que “implica ir muito além dos aspectos puramente técnicos e dos métodos [...] para entrar no campo da concepção da pesquisa” (ROLAND, 2006, p. 57). Valendo-se desse entendimento, a comunicação científica pode ser definida como o “conjunto de atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar, até que a informação acerca dos resultados seja aceita como constituinte do conhecimento científico” (GARVEY apud BIOJONE, 2003, p. 21). Daí porque é inevitável enunciar a comunicação científica associada à produção do conhecimento científico. Logo, todas as transformações decorrentes

no modo de produção daquele conhecimento eventualmente estão conectadas às mudanças em sua forma de disseminação.

As transformações próprias à produção do conhecimento científico ao final do século XX, segundo Gibbons et al. (1994), situam-na no âmbito crescente de contextualização e compartilhamento do conhecimento como um fenômeno intrínseco da Sociedade da Informação. Tal âmbito caracteriza-se pela complexidade própria de uma sociedade “cada vez mais baseada na rapidez dos fluxos de informação” (GRAHAM, 1996, *web*). Essa transformação torna o fluxo informacional o elemento básico dos vários tipos de redes e a fundamentação de um modo de produção do conhecimento substitutivo do modelo até então vigente.

Gibbons et al. (1994) denominaram *Modo 1* a forma tradicional de produção do conhecimento científico e de *Modo 2* a nova forma de fazer ciência. Fundamentalmente, trata-se da substituição de um processo sistematizado em torno das instituições por outro suportado pelas redes. A razão predominante para tal transformação estaria profundamente ligada ao contexto utilitário e aos aspectos sociais de uso do conhecimento científico gerado. Nesse sentido, a visão marcadamente iluminista de produção científica a partir de uma ciência à parte de outros espaços, como a sociedade, desceria de um pódio autônomo, motivada pelos problemas próprios à sua forma de saber, para um cenário vertical onde não há autonomia, mas muitos interesses motivantes de um conhecimento científico gerado por aplicações.

Há de se considerar que tal transformação afeta diretamente a independência epistemológica e metodológica da ciência, abrindo o cenário de produção científica para as perspectivas de concorrência e competição com as quais a sociedade capitalista há muito já se depara em outras esferas. O embate entre as várias instituições atuantes na produção do conhecimento realiza-se na seleção de mercado entre aqueles projetos de pesquisa dotados de maior potencial instrumental, determinante para que o próprio desenvolvimento da pesquisa seja fortemente afetado pelos fatores contextuais: a sociedade é pragmática e necessita de soluções inovadoras.

Entretanto, mesmo no médio prazo, a tendência das mudanças do Modo 1 para o Modo 2 determinaria a cessão do privilégio institucional para o dos indivíduos. Isso porque a competitividade não permanece na superfície do ambiente institucional, mas vara a sua epiderme, em busca do cerne dos grupos, selecionando as pessoas que mais se destacam. Mas o grau de dispersão dos indivíduos pelas diversas instituições tornaria inviável o postulado de centralização nas pessoas, não fosse a tendência conectiva e informal aberta pelas novas tecnologias, sobretudo a *web*. O acesso aos indivíduos, antes blindado por um sem número de

protocolos e barreiras institucionais, abre-se com um simples *clique*, e a necessidade veloz no desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados, em sua comunicação e no seu registro patenteados, pode significar uma diferença ínfima entre o fracasso e a vitória nos ambientes competitivos. Daí porque se privilegia um projeto aberto e temporário para a consecução de um determinado objetivo, congregando um grupo de pessoas oriundas das mais diversas instituições, nem sempre oficialmente representadas. Na realidade, a defesa do institucional, um dos pilares do chamado Modo 1, desmorona em prol de erigir-se um monumento à rede, ao reconhecimento de um número limitado de indivíduos, porém suficientemente fortes para manter suas teses em voga:

Quanto mais se pertence a uma rede, mais verossímil é a nossa crença para se tornar popular e se manter. Em suma, há a necessidade de uma teoria dispor sempre de um pequeno número de cultores que a utilizem, a defendam e a procurem disseminar. Nos nossos dias isto equivale à existência de um pequeno conjunto de aliados científicos que acabam por exercer efeitos de um *lobby* moral (FORMOSINHO, 2007, p. 427).

A substituição do sistema institucional de produção do conhecimento pelo de redes também atingiria o ambiente acadêmico, exigindo que a Universidade se torne cada vez menos organizada disciplinarmente, enfrentando o desafio de pensar complexamente os diversos domínios de conhecimento. A incapacidade de articular as grandes pesquisas aplicadas congregando especialistas de áreas dispersas e extra-institucionais relegaria a Universidade a um cenário escolástico ultrapassado por ser incapaz de adequar-se ao contexto de aplicação²¹. O contexto acadêmico tornar-se-ia, mesmo, uma contraposição aos ambientes dinâmicos de rede, marcado pela homogeneidade imposta pela avaliação restrita de suas teses e produções internas ante a heterogeneidade do chamado Modo 2, com suas numerosas estratégias para a interpretação da realidade inspiradas pela rede a qual se está ligado.

Este contraste pode ser sintetizado num Modo 1 que corresponde a uma sociedade científica orientada para a *explicação*, muito sensível à autoridade acadêmica, contida na disciplina acadêmica, obcecada pelo rigor científico e sujeita a inibições causadas pelo medo de errar, que produz um conhecimento baseado em *explicações ex-post* e num Modo 2 que corresponde a uma sociedade científica voltada para a

²¹ Entende-se *contexto de aplicação* como o privilégio dado ao fazer científico cujos produtos e resultados mostrem-se utilitários, liderando o *ranking* de experiências e pesquisas patrocinadas. Assim, as ciências humanas são sobrepujadas em recursos pelas exatas, não somente pela distinção de seus objetos e métodos, prescrevendo somas maiores ou menores; o que na atualidade se estabelece como contexto de aplicação nada mais é do que uma continuidade do privilégio do viés instrumentalista da inovação: a teoria é preterida pela prática. O que mudou foi a causa; antes, o teórico, o essencial, era renegado pela sua aspiração a um discurso da verdade, comprometedor do *status quo* institucionalizado. Hoje, o desprestígio procede da pouca rentabilidade financeira, senão total ausência de lucro, advinda de um estudo considerado improdutivo do ponto de vista instrumental.

solução, conduzida pela exploração das oportunidades emergentes da tecnologia e do mercado e produzindo o novo conhecimento como resultado da *resolução dos problemas* (PEREIRA, 2007, p. 283-284).

Para Gibbons et al. (1994) há, enfim, um esforço voltado à inovação a partir do estabelecimento de características bem definidas no Modo 2, quais sejam, o contexto da aplicação, as perspectivas de concorrência e competição, a supremacia dos indivíduos sobre as instituições como atores centrais nas redes científicas – uma ideia também defendida por Barabasi (2002) – e uma substituição do privilégio acadêmico para a produção do conhecimento em prol de novos espaços heterogêneos cujos interesses seriam definidos por uma agenda de interesses de desenvolvimento científico.

Um olhar meta-analítico sobre a produção de conhecimento em um domínio é possível, então, a partir da análise dos veículos de disseminação científica, o que possibilita a transparência da agenda de interesses, bem como a exposição das relações internas daquela produção, das regras pelas quais as práticas discursivas dos saberes vislumbrados revelam suas escolhas teóricas – a *análise de positivities*, como chama Foucault. O grande desafio de tal análise encontra-se na definição de um *corpus* de pesquisa apropriado em meio a um espaço discursivo tão amplo, porque a tecnologia não só orienta um novo modo de produção científica como exponencializa os veículos de sua difusão, abrangendo

os periódicos especializados, os bancos de dados, os sistemas de informação acoplados aos institutos e centros de pesquisa, os serviços de alerta das bibliotecas, as reuniões científicas [...], as seções especializadas das publicações de caráter geral, as páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas, os programas de rádio e televisão dedicados à ciência e tecnologia, o cinema dito científico e até mesmo os chamados colégios invisíveis (BUENO apud ZAMBONI, 2001, p. 46).

Apesar das transformações no modo de produção do conhecimento científico, a necessidade de se obter e difundir informações é uma característica fundamental da ciência desde os seus primórdios, pelo que o fazer científico e a sua comunicação são inseparáveis. Não é isso, na verdade, um privilégio do período seiscentista, quando são fundadas as sociedades científicas e propõem-se os grandes debates pré-iluministas; alguns pioneiros na revolução do conhecimento, como o astrônomo Tycho Brahe, já haviam empreendido esforços na segunda metade do século XVI para estabelecer uma rede de correspondentes em

Astronomia. Contudo, a comunicação assim estabelecida, manuscrita e dependente dos primeiros serviços postais modernos²², era deficitária em termos de alcance.

De fato, do ponto de vista da pesquisa, era razoável que as ideias inicialmente circulassem por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las e, quando conveniente, testá-las e depois enviar a resposta. Se, porém, as ideias se destinassem a alcançar um grupo maior, era muito mais fácil imprimir a carta do que escrevê-la à mão. Assim surgiram, na segunda metade do século XVII, as primeiras revistas científicas (MEADOWS, 1999, p. 5).

Meadows (1999) situa o advento da revista científica a partir dos esforços de correspondentes estabelecidos no exterior, ideia pioneira de Sir Francis Bacon²³: enquanto alguns dos membros de uma sociedade científica permaneciam na sede, lendo e resumindo a literatura concernente ao ramo de conhecimento a que se dedicavam, outros passariam algum tempo no estrangeiro coletando informações através de conversações e de observação direta de fatos. Entretanto, por redução de tempo e custos, aprimorou-se tal iniciativa através da eleição de membros da sociedade científica entre as pessoas residentes no estrangeiro, que passariam a comunicar relatórios de progressos locais à entidade. As correspondências, ao chegarem à entidade destinatária, eram datadas, numeradas e impressas, procedendo-se a distribuição dos exemplares entre os membros de uma sociedade. Normalmente, o correspondente tornava-se o editor daquela comunicação periódica, um veículo para a comunicação científica, segundo escopo e objetivos bem definidos:

Desde seu início, a Royal Society interessou-se pela comunicação. [...] O meio mais importante de coligir informações era, porém, a correspondência mantida pelo secretário da nova sociedade, Henry Oldenburg. Ele era um infatigável escritor de cartas destinadas a correspondentes tanto do país quanto do exterior [...] O volume dessa correspondência logo passou a ser um ônus enorme: a solução cada vez mais óbvia seria fazer uma publicação impressa, com as cartas mais importantes, e distribuí-la. [...] O título completo do periódico da Royal Society – *Philosophical Transactions: giving some Account of the present Undertakings, Studies and Labours of the Ingenious in many considerable parts of the World* – sugere cobertura igualmente ampla. No entanto, continuavam prevalecendo as limitações anteriores acerca do estudo de certos temas, como os de natureza política e religiosa:

²² A execução do serviço de correios na Idade Média ficava a cargo das cortes, guildas e universidades, enquanto no início da idade moderna, banqueiros e comerciantes passaram a estabelecer seus próprios serviços. A inclusão da rede de correspondência científica inclui um novo grupo de atores com novas finalidades que revolucionariam o saber e criariam novas formas de difusão.

²³ A respeito da comunicação entre pares, já escrevera o senhor de Verulamio em *Da Proficiência e o Avanço do Conhecimento Divino e Humano*: “Como o progresso do saber baseia-se em grande parte nas ordens e instituições das universidades dentro dos mesmos Estados e reinos, seria ainda mais avançado se houvesse mais inteligência mútua entre as universidades europeias do que há agora. Vemos que há muitas ordens e fundações que, embora divididas entre diversos estados soberanos e territórios, tomam a responsabilidade de uma espécie de contrato, fraternidade e correspondência umas com as outras, ao ponto de terem provinciais e gerais” (BACON, 2006, p. 81).

a Royal Society alegava que somente se interessava por estudos ‘experimentais’. As *Philosophical Transactions* foram assim o precursor do moderno periódico científico (MEADOWS, 1999, p. 5-7).

O modelo de comunicação da Royal Society logo seria imitado por outras sociedades científicas, consolidando o periódico científico como “o canal formal de comunicação eleito pelos pesquisadores, em todos os países” (BARRADAS, 2005, p. 14). De fato, em seu formato, o periódico apresentava inúmeras vantagens sobre outros formatos documentais, como a correspondência individual e a publicação ocasional de livros. Com relação à correspondência, o periódico mostrava-se mais dinâmico ao reportar seu conteúdo para um amplo leque de leitores, ao invés de um único indivíduo por vez. Superava ao livro, ainda, no quesito tempo de publicação, apresentando desde os primórdios certas características, tais como “periodicidade, os papéis do editor e do conselho editorial e o processo de seleção de trabalhos, instituindo que os textos submetidos à publicação deveriam ser aprovados pelo seu conselho, sendo revistos antes por alguns dos membros do conselho editorial” (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 167).

Em outras palavras, a ciência como verdade normativa regulamenta a construção de um conhecimento verdadeiro e aceito, cuja legitimidade passa pelo crivo dos membros de uma academia ou sociedade científica, o que dá credibilidade à sua comunicação e aos sistemas de informação que engendra. A revista científica, como meio para a concretização de tal princípio, caracteriza-se pelo processo de revisão por pares (*peer review*). Com o tempo, a este mecanismo de controle e reconhecimento da qualidade científica de um artigo submetido à publicação – entendendo-se também nesse processo a exclusão de autores a quem um dado grupo não deseja homologar a enunciação de certas palavras às coisas que ordena²⁴ – somaram-se outros tantos, aptos a avaliarem a revista como um todo: indexação em bases de dados, crédito de agências de pesquisa, entre outros.

A revista científica, como veículo de comunicação científica, foi tão bem sucedida em seu modelo que suas características fundamentais se mantêm das origens à atualidade. É possível que nas três últimas décadas tenha se efetuado um maior número de transformações relacionadas ao seu processamento e à sua difusão do que durante os seus pouco mais de três

²⁴ Poder-se-ia contra argumentar que a avaliação por pares, na atualidade, é uma crítica de especialistas externos ao corpo editorial do periódico, elaborada segundo o princípio de anonimato do autor do artigo sob análise. Entretanto, a credibilidade do processo depende da inexistência de conflitos de interesse, motivados por tendenciosidades advindas de um autor, revisor ou editor com relações pessoais ou financeiras envolvidas com o objeto de avaliação. Emprego, consultorias, propriedade acionária, honorários e parecer remunerado de especialista são potenciais empecilhos quando algum dos membros da cadeia de avaliação possui informações privilegiadas acerca de tais relações. O vazamento de um desses potenciais empecilhos, ainda que não tenha concorrido para a quebra de anonimato, pode também abalar a confiança do público.

séculos restantes. Dentre tais transformações, aquelas próprias da tecnologia que a tornaram disponível em formato eletrônico e digitalizaram diversas funções, da submissão de artigos à leitura *online*, da sua indexação e recuperação através de motores de busca ao ranqueamento bibliográfico de seus indicadores bibliométricos. Destarte, a publicação eletrônica contribuiu para a renovação do processo de comunicação científica tradicional através de

processo aberto de validação pela comunidade científica em substituição à revisão por pares tradicional; diminuição do papel das editoras científicas comerciais, com a criação de sites de acesso aberto; alteração da organização tradicional das revistas em volumes e números, de acordo com periodicidade pré-estabelecida; criação de arquivos abertos, com artigos publicados diretamente pelos próprios autores (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 185).

Algumas dessas novas particularidades são polêmicas, detendo uma aceitação parcial, como é o caso da substituição do processo de *peer review* por uma avaliação aberta. Outras, como o acesso livre ou aberto à informação, tornaram-se fundamentais para o compartilhamento eficiente da produção científica e para o desenvolvimento de estudos bibliométricos. Nesse sentido, é crescente o número de periódicos que prescindiram do seu formato tradicional em papel para a adoção de veiculação exclusivamente eletrônica do seu conteúdo. A razão para tal fato não se limita ao advento da *Internet*, senão também devido aos altos custos da assinatura, segundo Ortellado (2008), ocasionando uma transposição massiva dos periódicos em seu formato tradicional para o eletrônico, que, nessa última versão, veicula e dissemina o conhecimento científico com muito mais agilidade. Entende-se por periódico eletrônico aquele que “possui artigos com texto integral, disponibilizados via rede, com acesso on-line, e que pode ou não existir em versão impressa ou em qualquer outro tipo de suporte” (CRUZ et al., 2003, p.48).

Considerando-se que o discurso em um determinado domínio evidencia as relações de comunicação e de poder levadas a efeito no interior daquele espaço discursivo, há de se perceber que a adoção do periódico eletrônico como um veículo de disseminação científica que amplia o alcance da propagação do conhecimento, bem como instaura novas vias de editoração e, portanto, de permissão para a circulação de ideias, implica na alteração dos fluxos de informação. Esses últimos tornam-se maiores, dinâmicos e em maior número; há condições potenciais para a criação de novos títulos eletrônicos e a agregação de pesquisadores em *clusters* dedicados a temas específicos. Não obstante, os mecanismos de controle da produção do conhecimento também se tornam maiores; quanto maior o número de canais, maior será a necessidade de monitores para a rede de conhecimento que se forma. Na

ciência, por mais que se modifiquem os seus processos de pesquisa e de comunicação, prevalece o elemento normativo, a superfície do seu espaço discursivo, patente em seus veículos de disseminação científica.

Dentre todos os veículos de disseminação científica, as revistas científicas, ou, como preferem os bibliotecários, os periódicos científicos, consolidaram-se historicamente como canais preferenciais para a veiculação dos novos saberes e o reconhecimento da comunidade científica. Na medida em que a comunicação científica realiza a mediação do avanço da ciência e da tecnologia, o periódico científico se impõe como meio preferencial “ao favorecer tanto a divulgação de novos resultados como também o início de novas investigações” (FERREIRA; TARGINO, 2005, p. 22). Nesse ciclo contínuo de recomeços,

a dinâmica acadêmica de uma comunidade tem nas revistas um instrumento fundamental dentro de suas estratégias de comunicação, visibilidade e reconhecimento. [...] Parece claro, então, que as revistas, como afirmam vários autores (Vessuri, 1999 y García, Sotolongo y Gómez, 1999) são um elemento crítico pelo menos em dois sentidos, por um lado, como instrumento mobilizador e comunicador da produção da investigação e, por outro, são uma ferramenta de informação para a explicação e a compreensão da forma como se produz o conhecimento. [...] Nesse sentido, identificar o impacto da produção da investigação através da publicação em revistas também é fundamental por várias razões, uma delas a de identificar os chamados colégios invisíveis e as redes que deles surgem. (ESCOBAR MELO, 2006, p. 69, tradução nossa)

Através dos estudos efetuados sobre a publicação em revistas torna-se possível o levantamento de subsídios para o planejamento e a avaliação científica, motivados pela necessidade de incentivo à pesquisa em um determinado campo, o que demanda mais ou menos recursos e investimentos na área estudada. A informática facilitou o conhecimento da produção documental, tanto quanto permitiu aos estudos bibliométricos incorporarem novos parâmetros e leis que possibilitaram a compreensão mais apurada da atividade científica e de sua produtividade.

A produtividade científica e tecnológica de um país demonstrada a partir de uma base de dados é, sem dúvida, um elemento importante para indicar a força econômica, a estatura política e a vitalidade cultural dessa comunidade. Os esforços de avaliação e análise das atividades de pesquisas de áreas específicas a partir da literatura de pesquisa publicada, embora apenas uma das formas de avaliação e análise de ciência e tecnologia, tem sido tradicionalmente utilizada como indicador de produtividade das nações, organizações, instituições e indivíduos. (BUFREM; ALENCAR, 2000, p. 3)

Nesse sentido, os estudos bibliométricos acerca da produção científica, elaborados a partir da análise de referências, possibilitam a tomada de conhecimento do discurso, orientando não só o seu desenvolvimento teórico como o prático, pois, “os atores que

escrevem e realizam as políticas de investimento e posicionamento estratégico em pesquisa, necessitam da informação que lhes permitam tomar decisões” (ESCOBAR MELO, 2006, p. 69, tradução nossa). A lista de referências bibliográficas dos artigos de periódicos torna-se, assim, um *corpus* de pesquisa bastante atrativo e constituinte do conjunto de enunciados implícitos nos veículos de disseminação científica do domínio estudado.

Com relação ao presente trabalho, constata-se a inexistência de periódicos dedicados exclusivamente à Biblioteca Pública; seu espaço discursivo no âmbito da disseminação científica, no Brasil, encontra-se disperso pelos títulos próprios aos domínios da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Daí a necessidade de investigar o discurso a partir da unidade temática disponível pela indexação dessas revistas, para, uma vez levantados os artigos pertinentes, proceder-se o estudo de suas referências, esse conjunto de enunciados dispersos. Tal necessidade reforça “a relevância do artigo científico no processo de comunicação da produção de saberes na Ciência da Informação que, segundo Saracevic (1995), participa ativamente na evolução da sociedade da informação por sua forte dimensão social e humana, acima e além da tecnologia” (BUFREM, 2006, p. 194-195).

A publicação de revistas científicas no Brasil é uma atividade desafiadora; dentre as categorias possíveis de periódicos científicos, segundo Barbalho (2005) – os de edição universitária; comerciais; de centros de pesquisa, ONGs e instituições não acadêmicas; de associações profissionais –, a tradição nacional em sua edição está ligada fortemente à academia. De fato, “as primeiras revistas científicas nacionais na área [de Ciência da Informação] foram também fortalecidas com os programas de pós-graduação e as iniciativas de qualificação acadêmica ou profissional” (BUFREM, 2006, p. 195). Entre as iniciativas, destacam-se a criação do primeiro Mestrado na área de Ciência da Informação na América Latina, uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1970. Este pioneirismo veio a responder à falta de perspectiva teórica para a discussão da Ciência da Informação no país, à época, bem como a possibilitar aos bibliotecários qualificarem-se em cursos de pós-graduação pertinentes, a vinda de professores estrangeiros (Lancaster, Saracevic, Dahlberg), a formação de novos quadros docentes locais e

o fortalecimento das políticas institucionais, especificamente a transformação do IBBB em IBICT, em 1975, reforçando a atuação do órgão como executor de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico [...]. Privilegiando o contexto institucional e político, cujas prioridades enfatizavam o aprimoramento profissional e da instituição, inicia-se, a partir de então, a criação das revistas na área,

estimulando o desenvolvimento de novas pesquisas e ampliando o espectro temático dos estudos científicos (BUFREM, 2006, p. 197).

A primeira das revistas na área data de 1972: o periódico *Ciência da Informação*, editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Naquele mesmo ano foi criada a *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, e, no ano seguinte, a *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, *Cadernos de Biblioteconomia* e *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Com exceção do primeiro e do último periódicos citados, os demais foram extintos alguns anos depois. Do restante da década de setenta até o final dos anos oitenta ocorreram poucas iniciativas. O grande *boom* promissor do início da década de setenta somente seria retomado a partir dos anos noventa. Até 2010, as revistas científicas nos domínios de Biblioteconomia e *Ciência da Informação* totalizavam 32 títulos, sendo 21 deles vigentes.

Certamente que a vigência de muitas das revistas científicas foi e permanece conturbada: atrasos em sua periodicidade, ausência de uma dedicação exclusiva dos editores, limites à contribuição autoral e morosidade no processo de avaliação são alguns dos problemas mais comuns enfrentados pelos periódicos científicos no Brasil, incluindo muitos outros domínios além da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia*. Há de se registrar, entretanto, os avanços oriundos da gestão da informação nesses domínios, cujas atividades resultam em produtos de difusão científica na forma de pesquisas sobre as próprias pesquisas, na indexação dos veículos de comunicação científica a partir de bases de dados especializadas e em muitos outros serviços e empreendimentos analíticos, como fontes secundárias e estudos bibliométricos. Também esses exemplos constituem disseminação científica.

Eis que Velázquez conclui o quadro e Don Quijote sucumbe sob a graça de Cervantes; é tempo de concluir o referencial teórico deste trabalho. Os periódicos refletem em suas páginas, como o espelho em *Las Meninas*, o casal real ao nosso lado: a pesquisa e a disseminação. Veículos de uma razão que insiste em comunicar o seu conhecimento normativo, não raro abrigando saberes que abalam a sua própria episteme, como a fantasia tão crível na mente do *Cavaleiro da Triste Figura*. É neste espaço discursivo que se desenvolve a proposta desta dissertação. Na unidade temática *Biblioteca Pública*, como recorte dos artigos de periódicos pertencentes àqueles grandes domínios propostos, sedimenta-se o discurso implícito em suas referências bibliográficas, exposto pela análise que hora se faz mister apresentar.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Constituíram-se quatro as preocupações referentes aos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho: o método, o *corpus*, os instrumentos de pesquisa e o procedimento. Acerca do método, suficientemente explícitas em explicá-lo e legitimá-lo enquanto escolha foram as palavras empregadas ao longo da seção terceira da dissertação. Cabe aqui reafirmar, apenas, este trabalho como uma pesquisa bibliográfica de natureza quantitativa, tendo por método a análise de referências bibliográficas. O *corpus*, também revelado ao longo do referencial teórico, corresponde às referências bibliográficas dos artigos de periódicos brasileiros na temática Biblioteca Pública, pertencentes à Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre os anos de 2001 e 2010. Acerca da importância dos artigos de periódicos para a pesquisa e a comunicação científica, já se falou em suficientes termos na seção quarta desta dissertação. É sobre os instrumentos de pesquisa e o procedimento da mesma que esta seção segue, então, a explicar de forma mais abrangente.

Há alguns anos, proceder a uma pesquisa para a recuperação do *corpus* sugerido como a executada neste trabalho prescrevia a necessidade de consulta a diversas bases de dados; isso porque não havia uma base reunindo os artigos de periódicos dedicados exclusivamente aos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Assim, era preciso consultar, por exemplo, o Portal de Periódicos da CAPES para reunir os títulos, em uma busca por área e subáreas de conhecimento; todavia, uma filtragem visual por parte do pesquisador era necessária a fim de separar as revistas científicas nacionais das estrangeiras, assim como alguns títulos representativos de eventuais subáreas paralelas, surgidos lado a lado com os resultados obtidos. A seguir, com o auxílio do CCN, era preciso localizar os *sites* das revistas *online* ou o endereço das bibliotecas mais próximas onde houvesse coleções físicas disponíveis. Através de motores de busca dos *sites* ou de catálogos das bibliotecas, se empreenderia a busca pelos artigos com os temas pertinentes. Dependendo da atualização dos catálogos, talvez fosse mais seguro empreender uma busca direta nos sumários das revistas. Eventuais artigos de periódicos que estivessem fora do alcance do pesquisador deveriam ser adquiridos mediante o COMUT, ou, mais recentemente, através do *software* Ariel.

Claro que a possibilidade descrita acima corresponde a um caminho com o menor número de problemas possíveis. Diversas ocorrências poderiam surgir em meio aquele procedimento. A iniciar pelas próprias possibilidades de uso da *Internet*, que florescem no Brasil a partir da segunda metade dos anos noventa. As facilidades eletrônicas enumeradas

desenvolvem-se plenamente apenas na última década. Uma pesquisa com os presentes objetivos realizada há mais de quinze anos certamente transcorreria por meios analógicos mais laboriosos, demorados e custosos.

O panorama, na atualidade, é bem diferente: desde que em 2009 foi lançada a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), cobriu-se uma lacuna importante para o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e estudos bibliométricos no âmbito da Ciência da Informação e também no da Biblioteconomia. Em seu texto mais atual²⁵ sobre o projeto BRAPCI, consta que a base “disponibiliza referências e resumos de 6919 textos publicados em 35 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI. Dos periódicos disponíveis 27 estão ativos e 8 históricos (descontinuados)” (BRAPCI, 2011, *web*). Oferecendo buscas por palavras-chave, título, resumo e autor, a BRAPCI permite o acesso aos artigos indexados: não apenas à sua referência, palavras-chave e resumos, como o *link* para aqueles que se encontram *online*. A cobertura da base é completa e atualizada, proporcionando segurança de que a recuperação ali realizada cobre a totalidade da produção nacional nos domínios alvo. Graças a BRAPCI, inúmeras etapas que cobriam o procedimento de pesquisas do gênero foram suprimidas e isso certamente proporcionará o desenvolvimento de um maior número de estudos.

Eis, destarte, a primeira etapa do procedimento desta pesquisa: a seleção levada a efeito sobre a mais externa camada do espaço discursivo, correspondente àquela unidade temática de periódicos reunidos pela base de dados. Mais externa, porque invólucro da totalidade de artigos abrigados sob cada título, cada um desses artigos, por sua vez, elencando um conjunto de referências bibliográficas, a mais oculta camada sedimentar. Inicia-se, então, pela unidade, esse verniz aparente, que assume a característica temática, até chegar-se ao epicentro disperso, as referências bibliográficas, o conjunto de enunciados sobre o qual a análise deve ser realizada.

A seleção levada a efeito iniciou-se pela própria base de dados, na medida em que não só ela torna possível a pesquisa proposta como corresponde à cobertura espacial desejada, reunindo periódicos *brasileiros*. A seguir, considerou-se o mecanismo de busca da base enquanto instrumento de pesquisa que, através da procura pelas palavras-chave *biblioteca pública* e *bibliotecas públicas*, permitiu a recuperação da unidade temática expressa pelos artigos pertencentes aos periódicos que os publicaram. Naquele momento, passou-se a considerar a variável *temporal*, correspondente aos artigos publicados na última década.

²⁵ Disponível em novembro de 2011.

Depois de tal consideração, verificou-se que os artigos recuperados encontravam-se disponíveis *online*. O espaço discursivo correspondente aos artigos foi, então, aberto, permitindo a extração e a contagem de suas referências bibliográficas, o *corpus* de fato, cujo número totalizava o conjunto correspondente ao discurso de uma década.

Com o auxílio do programa *Excel*, criou-se uma planilha eletrônica composta de dezoito colunas, correspondendo-as aos dados das referências bibliográficas, a saber: autor referenciado; segundo autor referenciado; terceiro autor referenciado; ano do documento referenciado; informações de título e imprensa da referência; autor-fonte; segundo autor-fonte; terceiro autor-fonte; título do artigo-fonte; ano do artigo-fonte; periódico de publicação do artigo-fonte; responsabilidade editorial do periódico; tipologia documental da referência; palavras-chave do artigo; filiação institucional do autor-fonte; idioma da referência; tema da referência e procedência nacional ou estrangeira da referência.

A partir da tabela matriz, organizaram-se as tabelas menores de tabulação dos dados necessários para responder a cada objetivo específico da dissertação. Como explicado na terceira seção, para dar conta de cada objetivo proposto no trabalho, os mesmos foram relacionados a um conjunto de indicadores bibliográficos, cujos parâmetros residem nos dados encontrados, seus quantitativos e cruzamentos.

Em tal procedimento de organizarem-se os dados bibliográficos, quatro decisões foram importantes. A primeira delas com respeito ao número de autores, tanto dos trabalhos-fonte como das referências. Considerou-se a possibilidade de descrição na planilha para até três autores, fundamentando-se tal decisão na prescrição da NBR 6023 *Informação e documentação - Referências – Elaboração*. Entretanto, todos os casos de autoria *et alii* foram contados, para fins estatísticos. Quanto a responsabilidade autoral, levou-se em conta as somas simples (um único autor) e as ponderadas (para coautorias) segundo o número de autores para cada artigo.

A segunda decisão diz respeito ao idioma da referência; um trabalho traduzido seria considerado como estrangeiro? Ou o que deveria ser considerado seria a língua em que se encontrava a referência? Essa segunda aceção prevaleceu, já que o que importa aqui é identificar não a origem das referências, mas a disponibilidade das mesmas no espaço idiomático da língua portuguesa.

A terceira decisão refere-se ao ano do documento referenciado – seria a data original de publicação ou da edição em mãos? Prevaleceu a materialidade, optando-se pelo trabalho com a data de edição do documento em mãos do autor que referencia, tal como aparece na referência dada.

A quarta decisão, enfim, tange aos temas das referências. Como determiná-los? A possibilidade de se acessar fisicamente a cada uma das referências em busca de seus temas seria inviável devido a grande variedade documental, no qual constam edições esgotadas de livros localizados em bibliotecas distantes, artigos de periódicos na íntegra somente acessíveis sob assinatura paga, documentos tais como relatórios de acesso restrito, entre outras dificuldades de acessibilidade. Ante tal inviabilidade, optou-se por arrolar os temas através de via indireta, como, por exemplo, bases de dados nas quais as referências já houvessem sido traduzidas para uma linguagem documentária. Assim, os artigos foram recuperados por motores de busca na *Internet*, pelos *sites* das revistas *online* e pelo buscador especializado *Emerald*, e extraídas as palavras-chave dos textos *online* ou junto aos resumos. Através do catálogo de bibliotecas *WorldCat*, foram recuperadas as indexações de livros. Teses e dissertações foram localizadas nos buscadores acadêmicos de origem. Outros formatos (anais de eventos, normas técnicas, relatórios) também foram recuperados pela *web*, na íntegra, através de ementa ou de repositórios de origem e, nos poucos casos em que não se veicularam descritores ou palavras-chave, foram atribuídos termos em linguagem natural, a partir do título ou resumo. Nos casos da indexação presente, optou-se pela seleção de um macrodescritor, o termo mais genérico representativo do conteúdo documental, na razão de um para cada documento, evitando-se um grande número de termos fragmentados que inviabilizassem a contagem de ocorrências comuns devido a uma dispersão excessiva.

Uma vez elaborada a tabela previamente explicada, procedeu-se ao cruzamento e a contagem de dados bibliográficos exigidos pelo estudo dos indicadores bibliométricos necessários para atender a cada um dos objetivos propostos neste estudo: para a identificação do espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica, o uso de indicadores de atividade (número de periódicos, de artigos científicos publicados, de referências no âmbito da temática). O sistema de formação do discurso foi assinalado mediante os indicadores de primeira geração (coautorias, colaborações institucionais, acoplamentos bibliográficos). A ruptura e o descontínuo na representação do discurso foram caracterizados através da comparação entre os indicadores de segunda geração expressos pela unidade e pelo conjunto: a temática dos artigos e a das suas referências. A apresentação dos fenômenos de ordem e encadeamento no espaço do discurso em questão, finalmente, foi realizada por meio dos indicadores de consumo (Índice de Price, índice de isolamento, distribuição de referências por idioma e tipo de documento). Informações adicionais foram construídas a partir do cruzamento de alguns desses indicadores mencionados entre si.

Em suma, foram empregadas na pesquisa: a) como método: a análise de referências bibliográficas; b) como *corpus*: as referências bibliográficas dos artigos de periódicos brasileiros na temática Biblioteca Pública, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre os anos de 2001 e 2010; c) como instrumentos: de coleta dos artigos, a *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI), de organização das referências dos artigos, a planilha eletrônica *Excel*, e para identificação dos temas das referências, os sistemas de recuperação da informação tais como as bases *Emerald*, *WorldCat* e os catálogos institucionais dos documentos referenciados como literatura cinzenta; d) como procedimento: o levantamento bibliográfico dos artigos de periódicos recuperados a partir de uma busca na BRAPCI, a organização de suas referências bibliográficas, a identificação dos temas das referências através de consulta às bases *Emerald*, *WorldCat* e catálogos institucionais dos documentos referenciados como literatura cinzenta, a análise e o estudo de indicadores bibliométricos segundo os objetivos específicos propostos na dissertação. Os resultados decorrentes da atividade de pesquisa serão apresentados na próxima seção.

6 RESULTADOS POR OBJETIVOS

6.1 A IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO DISCURSIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Já ao final da seção quarta desta dissertação comentara-se acerca da importância do fortalecimento de políticas institucionais para a criação das revistas científicas nos domínios aqui estudados. Em tal criação não se apresenta apenas um produto, como também um meio para o desenvolvimento de novas temáticas e focos de estudos àqueles domínios reservados. Bem, o fato é que as revistas não se esgotam nem como produto, nem como meio, já que a amplitude dos temas tende a fundamentar-se numa gama epistêmica maior e o discurso acaba por requerer espaços diferenciados, manifestando-se em novas materialidades, novos periódicos cujas unidades temáticas transparecem em novos e especializados títulos.

A afirmação precedente é bem exemplificada pela temática Biblioteca Pública: eis que ela surge em determinado momento na comunicação científica dos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e, na medida em que seu espaço discursivo cresce, pode, eventualmente, gerar um título próprio para o seu saber inerente. Assim ocorreu na Europa e nos Estados Unidos com títulos especializados, tais como *Public Library Quarterly*, *Public Library Journal*, *Public Libraries* e *Liberpolis: revista das bibliotecas públicas*. Não é o que ocorre no Brasil, e uma das primeiras constatações da pesquisa aponta que o espaço discursivo da temática é diminuto, já que o mesmo totaliza apenas 38 artigos. Entretanto, quando contabilizadas as suas referências bibliográficas, o *corpus*, de fato, chega a 745 referências bibliográficas: eis os enunciados no discurso de uma década.

Dos 35 periódicos arrolados pela BRAPCI, foram considerados 25 periódicos, 21 deles correntes e 4 inativos na atualidade, que publicaram artigos entre os anos de 2001 a 2010. Dos restantes, foram desconsideradas as revistas *Arquivistica.net* e *Arquivo & Administração*, por não serem pertinentes à publicação da temática estudada, bem como os trabalhos apresentados no *ENANCIB* e *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, o primeiro por não corresponder a um periódico e o segundo surgido em 2011; também foram excluídas as revistas *Cadernos de Biblioteconomia*, *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *Informare*, *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, *Revista de Biblioteconomia e Comunicação* e a *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, por estarem inativas em 2001.

Na Tabela 1 consta uma descrição dos dados levantados, informando o nome do periódico, a sua periodicidade, o número total de edições entre os anos de 2001 e 2010 – correspondentes ao período da pesquisa –, o número total de artigos no período, o total de artigos selecionados sobre a temática e o percentual dedicado à temática sobre o número parcial e total de artigos.

Tabela 1: Periódicos arrolados pela BRAPCI e os artigos publicados na temática

Periódico	Periodicidade	Total de edições (2001-2010)	Artigos no período	Artigos na temática	% ~
Biblionline	semestral	10	101	02	2
BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e Informação	semestral	15	230	_____	_____
Brazilian Journal of Information Science	semestral	09	30	01	3,3
Ciência da Informação	quadrimestral	30	353	02	0,6
Comunicação & Informação	semestral	15	133	_____	_____
DataGramZero	bimestral	60	285	_____	_____
Educação Temática Digital	semestral	27	361	_____	_____
Em Questão	semestral	17	187	02	1,1
Encontros Bibli	semestral	31	245	03	1,2
InCID	semestral	02	20	02	10
Inclusão Social	semestral	08	70	01	1,4
Infociência	inativa	02	15	01	6,7
Informação & Informação	semestral	22	136	01	0,7
Informação & Sociedade: estudos	quadrimestral	24	260	07	2,7
Liinc em Revista	semestral	12	93	_____	_____
Perspectivas em Ciência da Informação	quadrimestral	28	280	01	0,4
Ponto de Acesso	quadrimestral	11	80	03	3,7
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	semestral	17	206	06	2,9
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	semestral	09	84	01	1,2
Revista de Biblioteconomia de Brasília	inativa	02	12	_____	_____
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	semestral	16	118	01	0,8
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	inativa	02	21	01	4,8
Revista Eletrônica Informação e Cognição	inativa	06	39	_____	_____
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Anual	03	25	_____	_____
Transinformação	quadrimestral	29	209	03	1,4
Total	_____	407	3593	38	1,1

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da BRAPCI (dezembro de 2011)

A Tabela 1 identifica 25 periódicos (21 deles vigentes) que entre 2001 e 2010 publicaram artigos relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação. Seguem também as edições e o número de artigos disponíveis daquele periódico no período. Quanto à informação de periodicidade, a revista DataGramZero é descrita pela BRAPCI como bimestral, quando na verdade é uma publicação bimestral.

Foram 407 edições disponíveis com 3593 artigos publicados no período. Deste total, foram localizados somente 38 artigos alusivos à temática Biblioteca Pública, ou seja, 1,1% dos artigos publicados nos periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os periódicos que mais publicaram artigos na temática foram *Informação & Sociedade: estudos e Revista ACB*. Entretanto, as revistas *Infociência* e *InCID* foram aquelas cuja temática ocupa um percentual mais elevado sobre outros assuntos apresentados ao longo de suas edições, com 6,7% e 10%, respectivamente, dos artigos publicados na década contemplando a temática Biblioteca Pública. A tabela 2, a seguir, apresenta os 38 artigos recuperados, com os seus respectivos autores e os periódicos em que os textos foram publicados:

Tabela 2: Os artigos sobre a temática na década, seus autores e os periódicos em que foram publicados

Periódico	Artigos	Autores
Biblionline	Políticas de inclusão de bibliotecários nas bibliotecas públicas municipais dos estados de Pernambuco e da Paraíba	Barbosa, Johnny R.; Garcia, Joana C. R. (2008)
	Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte de Recife – PE	Cunha Jr., Moaci Vilarinda; Correia, Anna E. G. Coutinho (2007)
Brazilian Journal of Information Science	Reading, library and formation politic of readers in Brazil	Silva, Rovilson José da (2009)
Ciência da Informação	Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social	Barreto, Angela M.; Paradella, Maria Dulce; Assis, Sônia (2008)
	Política de equidad en el acceso a la información: Avanzando hacia un Chile digital	Sinay, Clara Budnik; Michelson, María L. de la M. (2006)
Em Questão	Vendem-se bibliotecas: estratégias de Marketing Cultural utilizadas pelas bibliotecas públicas do RS	Job, Rejane Cristina (2004)
	Programa de necessidades para a nova sede da Biblioteca Publica do Estado do Rio Grande do Sul	Minuzzo, Liziane Ungaretti (2004)
Encontros Bibli	Bibliotecas publicas, sociedad de la información y tecnología: una comunicación sobre los aspectos teórico-metodológicos de una investigación en curso	Barber, E; Tripaldi, N.; Pisano S.; Werner, V.; D'Alessandro, S.; Romagnoli, S.; Parsiale, V.; Gregui, C.; De Pedro, G (2001).
	Los servicios de las bibliotecas públicas en la era de la información: el panorama internacional y la situación em buenos aires (argentina)	Barber, E.; Tripaldi, N.; Pisano S.; D'Alessandro, S.; Romagnoli, S.; Parsiale, V.; Gregui, C.; De Pedro, G. (2004)
	Um contexto de leitura: a Biblioteca Municipal Emilio Carlos Jourdan – entre patronos e discursos	Eggert-Steindel, Gisela (2006)
InCID	Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil	Machado, Elisa Campos (2010)
	Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social	Olinto, Gilda (2010)
Inclusão Social	Biblioteca y sociedad multicultural: la actuación de biblioteca pública española en torno a la diversidad cultural	Caridad, M.; López, Fátima G.; García, Ana Morales (2010)
Infociência	A biblioteca pública como lugar de signos	Braga, Maria de F. Almeida (2004)
Informação & Informação	A biblioteca pública de belo horizonte: o legado cultural de uma sociedade literária	Brettas, Aline Pinheiro (2010)

Informação & Sociedade: estudos	Biblioteca pública e a excelência nos produtos e serviços: a técnica do benchmarking	Suaiden, Emir José; Araújo Jr. Rogério Henrique de (2001)
	Estudo de usuários em bibliotecas públicas e universitárias: em foco as dissertações defendidas no cmci/UFPB	Aguiar, Andréa V. C. de; Diniz, Isabel C. dos Santos; Medeiros, João Bosco (2002)
	La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos	Cuzcano, Alonso Estrada (2002)
	Dos espaços de leitura para a constituição da biblioteca pública municipal “Rui Barbosa” de Jaraguá do Sul (SC) / Brasil	Eggert-Steindel, Gisela (2006)
	Inclusão digital: laços entre bibliotecas e telecentros	Laipeit, Rita do C. F.; Moura, Ana. M.; Caregnato, Sônia E. (2006)
	As melhores práticas administrativas: uma investigação empírica do sistema das bibliotecas públicas municipais do estado de Pernambuco	Maciel Filho, Adalberto R.; Aquino, Miriam C. de; Lyra, Catarina S.; Soares, Andréa P. (2004)
	Biblioteca pública: discursos de discentes de graduação em biblioteconomia	Souza, Francisco das C. de (2005)
Perspectivas em Ciência da Informação	Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos	Maciel Filho, Adalberto Rego (2010)
Ponto de Acesso	Tipologías y funciones bibliotecarias: analisis aplicada a la biblioteca pública de Bissau (Guinea Bissau)	Alves, Fernanda Maria Melo (2008)
	Formación universitaria y compromiso social en biblioteconomía y documentación	López, Pedro López (2008)
	La biblioteca pública en tiempos de cambio	Pérez, Carlos García-Romeral (2008)
Revista ACB	Bibliotecas públicas municipais catarinenses	Eggert-Steindel, G.; Oliveira, Sueli F. J.; Shimigelow, Carla (2002)
	Biblioteca Pública Professora Alice Maria Roque no município de Governador Celso Ramos – Santa Catarina: relato de experiência	Volpato, Janice Marés; Bernardi, Araci de Fátima (2005)
	Bibliotecas públicas estaduais brasileiras na Internet	Blattmann, Ursula; Fragoso, Graça Maria; Viapiana, Noeli (2006)
	Atuação da biblioteca pública estadual do espírito santo na inclusão digital e social de portadoras de deficiência visual	Borges, Fernanda Samora Dias; Fraga, Nádia Elôina Barcelos (2008)
	Espaço Braille: leitura e informação para a cidadania	Moraes, Lourdes de Souza (2008)
	A biblioteca pública de Santa Catarina como espaço dinâmico para a prática do estágio acadêmico	Tavares, Aureliana Lopes de Lacerda; Soares, Deyse (2009)
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	A biblioteca pública e os deficientes físicos	Jacinto, Solange de Oliveira (2008)
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	Trajetória da biblioteca pública no Maranhão Provincial	Castro, C. Augusto; Pinheiro, Ana Luiza Ferreira (2006)
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	Crítérios para a definição de obras raras	Sant’ana, Rizio Bruno (2001)
Transinformação	Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?	Ferreira, Maria Mary (2006)
	Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000	Jannuzzi, Paulo de Martino; Loureiro, Mônica de Fátima (2003)
	Fome de ler: a leitura em movimento como processo de inclusão social	Válio, Else Benetti Marques (2003)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da BRAPCI (dezembro de 2011)

A partir destes primeiros números, fica evidente que a temática Biblioteca Pública tem constituído um nicho de informação modesto na agenda da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. É incompatível a ideia de um progresso na *praxis* institucional com uma temática que ao longo de uma década ocupa pouco mais de 1% dos artigos publicados nos domínios pertinentes. Tal relação pode ser indicial de um esforço político em prol de ações concretas que se esvaziam de sentido no carácter autoevidente e necessário das experiências, práticas e instituições. O desenvolvimento histórico e, portanto, sua contingência, demonstrados pela pesquisa documental, atestam a carência de compromisso teórico que ameaça a sustentabilidade da *praxis* ao longo prazo.

Retome-se, agora, a questão da representação e do reflexo suscitado por Foucault diante de *Las Meninas*: as revistas científicas nos domínios estudados são como a tela em que os seus saberes são ali espelhados. O espectador que se reconhece como partícipe da arte é, nesse caso, o leitor especialista; mas a menos que seja ele um dos membros do casal real – quem pesquisa ou quem dissemina - sua imagem não aparece no espelho ilustrado pela tela. E mesmo quando aparece, seus paramentos tendem à visão esmaecida. Sob a metáfora pictórica, eis como os que escrevem a temática aparecem na unidade, muito discretamente visíveis. Por que a Ciência assim os pinta? Porque essa exposição de conhecimentos constitui o quadro da comunicação científica e, na medida em que representação e quadro se equivalem, a temática é o que conduz o pensamento para a dimensão da representação sobre as coisas ditas.

O rei e a rainha, contudo, não são os mesmos, pois se o quadro é estático, se é capaz de congelar um contexto numa imagem destinado à representação eterna de um momento, a comunicação científica só o faz enquanto não se atualiza; um texto é um quadro de saber, pronto a ser debelado, transformado ou reproduzido no número seguinte, no título seguinte, na unidade seguinte, o que retira o seu ato definitivo na remissão que o tornará uma potencial referência. Destituídos da referência, o rei e a rainha estariam nus, a pesquisa e a disseminação não se sustentariam e corariam os leitores ao seu lado, partilhando sua impudência, resignados com uma temática autorreferente. Um conhecimento assim, por certo, não seria objetivo, metodológico e colaborativo; não seria científico, como não o seriam as revistas a difundi-lo.

Reconhecidos os periódicos que publicaram artigos na temática, foi possível deter-se na questão da difusão; o estudo dos títulos referenciados na presente dissertação também permitiu o conhecimento dessas características do espaço discursivo analisado: o tipo de disseminação científica e a responsabilidade editorial pela revista. A tabela 3, adiante,

transcreve esses dados, necessários para caracterizar os veículos de disseminação científica (ZAMBONI, 2001) e a responsabilidade editorial pela revista:

Tabela 3: Periódicos estudados e os respectivos tipos de disseminação científica e origem institucional

Periódico	Tipo de disseminação científica	Responsabilidade editorial pela revista
Biblionline	Extrapares	UFPB: DCI
Brazilian Journal of Information Science	Extrapares	UNESP: DCI
Ciência da Informação	Extrapares	IBICT
Em Questão	Extrapares	UFRGS: FABICO
Encontros Bibli	Extrapares	UFSC: DCI
InCID	Extrapares	USP: FFCLRP
Inclusão Social	Extrapares	IBICT
Infociência	Extrapares	UFMA: DB
Informação & Informação	Extrapares	UEL: DCI
Informação & Sociedade: estudos	Extrapares	UFPB: PPGCI
Perspectivas em Ciência da Informação	Extrapares	UFMG: ECI
Ponto de Acesso	Extrapares	UFBA: ICI
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	Extrapares	ACB
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Extrapares	FEBAB
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	Extrapares	UNICAMP: SBU
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	Extrapares	UNICAMP: BFE
Transinformação	Extrapares	PUCAMP: PPGCI

Fonte: BRAPCI (dezembro de 2011)

Todos os títulos que trouxeram artigos sobre a temática ao longo da década não se restringem a um público fechado, o que não chega a surpreender, já que a Ciência da Informação é um domínio reconhecidamente transdisciplinar e, como tal, busca nas mais diversas epistemologias a constituição de sua unidade. Mesmo aqueles títulos alusivos à Biblioteconomia em destaque, sugerindo um conteúdo específico àquele domínio, trazem números nos quais os seus temas tradicionais coabitam as páginas com artigos de interesse compartilhado a um público de outras ciências sociais aplicadas.

Outros dados podem ser elencados com relação à origem institucional dos periódicos: mais de 76% deles são acadêmicos; das dezessete revistas, onze delas originam-se dos departamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, duas de uma biblioteca e do sistema de bibliotecas de uma universidade e quatro externas à academia: duas do IBICT, uma da Associação Catarinense de Bibliotecários e outra da FEBAB. Verifica-se que o movimento criador das revistas próprias aos domínios estudados, caracterizado por originar veículos a partir de instituições não acadêmicas, nos anos setenta, cedeu seu privilégio para a academia, nos anos seguintes. Limitando-se à temática, é possível dizer que os periódicos *Ciência da Informação*, *Inclusão Social*, *Revista ACB* e *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, os quatro não acadêmicos, correspondem a dez dos trinta e oito artigos da

década, cerca de 26% do total: os veículos de comunicação da temática são, portanto, predominantemente acadêmicos.

O fato de a unidade temática Biblioteca Pública ser constituída por canais acadêmicos não significa, necessariamente, que os seus temas tenham se afastado da *praxis*, dos institutos de pesquisa e das associações profissionais. Um estudo do sistema de formação do discurso torna a especulação confirmável através da verificação da origem institucional dos autores dos artigos, também. Afinal, é através dos autores que se dá a escolha dos enunciados. Somente assim é possível visualizar o modo predominante de produção do conhecimento (GIBBONS et al., 1994), quanto a sua afirmação como proposta tradicional ou colaborativa em outras instâncias para além da academia.

6.2 A INDICAÇÃO DO SISTEMA DE FORMAÇÃO DO DISCURSO

A menção ao sistema de formação do discurso está diretamente ligada à constituição de um texto pelo indivíduo imbuído da função autoral. A forma como exerce tal função, as suas escolhas enunciativas, dependem do seu exercício individual ou colaborativo, dos canais de que se vale e do espaço institucional ao qual se encontra filiado. O estudo de tais características associado ao quantitativo de sua produção permitem a presente indicação.

O cumprimento do segundo objetivo desta dissertação envolveu o estudo autoral dos artigos recuperados. Foram levantados 66 autores de 28 instituições distintas. Alguns desses autores cooperaram entre si em regime de coautoria; para aqueles, aplicou-se a soma ponderada de autoria, atribuindo-se para cada autor o quociente daquele artigo unitário dividido pelo número de cooperantes.

Dentre os 66 autores arrolados, aproximadamente 15%, ou seja, dez autores, foram identificados como profissionais atuantes em instituições não acadêmicas. Isso significa que uma maioria nítida de autores elabora a temática Biblioteca Pública a partir de sua problematização na Universidade. Conquanto houvesse irresolução acerca da origem institucional do discurso, os números de filiação acadêmica autoral superam mesmo o percentual da agenda de comunicação da temática a partir dos títulos de periódicos. Seria a temática objeto de elaboração discursiva mais ampla em uma agenda universitária do que naquelas pertinentes ao universo institucional da *praxis*? Em busca de tal constatação, foram criadas as tabelas de número quatro e cinco, com os dados expostos a seguir:

Tabela 4: Filiação institucional acadêmica dos autores-fonte e a soma ponderada de sua produção

Filiação institucional	Autores	Soma autor e instituição	
PUCCAMP	Jannuzzi, Paulo de Martino	0,5	2
	Loureiro, Mônica de Fátima	0,5	
	Válio, Else Benetti Marques	1	
UDESC	Bernardi, Araci de Fátima	0,5	3,99
	Eggert-Steindel, Gisela	2,33	
	Oliveira, Sueli Ferreira Júlio	0,33	
	Shimigelow, Carla	0,33	
UFBA	Volpato, Janice Marés	0,5	0,66
	Assis, Sônia	0,33	
UFES	Paradella, Maria Dulce	0,33	0,5
UFMA	Fraga, Nádia Elôina Barcelos	0,5	1,83
	Castro, César Augusto	0,5	
	Diniz, Isabel Cristina dos Santos	0,33	
UFMG	Ferreira, Maria Mary	1	1
	Brettas, Aline Pinheiro	1	
UFPB	Aguiar, Andréa V. Carvalho de	0,33	1,33
	Barbosa, Johnny Rodrigues	0,5	
	Garcia, Joana Coeli Ribeiro	0,5	
UFPE	Correia, Anna E. G. Coutinho	0,5	3
	Aquino, Miriam Cunha de	0,25	
	Soares, Andréa Parente	0,25	
	Lyra, Catarina Sellaro	0,25	
	Cunha Jr., Moaci Vilarino da	0,5	
	Maciel Filho, Adalberto do Rego	1,25	
UFRGS	Caregnato, Sônia Elisa	0,33	2,99
	Job, Rejane Cristina	1	
	Laipelt, Rita do Carmo Ferreira	0,33	
	Moura, Ana Maria Mielniczuk de	0,33	
	Minuzzo, Liziane Ungaretti	1	
UFRJ	Olinto, Gilda	1	1
UFSC	Blattmann, Ursula	0,33	2,66
	Soares, Deyse	0,5	
	Viapiana, Noeli	0,33	
	Tavares, Aureliana L. de Lacerda	0,5	
	Souza, Francisco das Chagas de	1	
UnB	Araújo Jr., Rogério Henrique de	0,5	1
	Suaiden, Emir José	0,5	
UNIRIO	Machado, Elisa Campos	1	1
USP	Braga, Maria de Fátima Almeida	1	1
Universidad Carlos III de Madrid	García, Ana María Morales	0,33	2,99
	Alves, Fernanda Maria Melo	1	
	López, Fátima García	0,33	
	Caridad, Mercedes	0,33	
	Cuzcano, Alonso Estrada	1	
Universidad Complutense de Madrid	López, Pedro López	1	1
Universidad de Buenos Aires	Barber, Elsa	0,235	1,99
	Tripaldi, Nicolás	0,235	
	Pisano, Silvia	0,235	
	Werner, Valeria	0,11	
	D'Alessandro, Sofia	0,235	
	Romagnoli, Sandra	0,235	
	Parsiale, Verónica	0,235	
	Gregui, Carolina	0,235	
De Pedro, Gabriela	0,235		
Universidad de Chile	Michelson, María L. de la Maza	0,5	1
	Sinay, Clara Budnik	0,5	
Total			30,94

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da BRAPCI (dezembro de 2011)

Como pode ser visto na tabela número quatro, dentre as 28 instituições, 18 delas são acadêmicas. A soma ponderada foi um artifício que permitiu tornar equânime o cálculo da contribuição autoral, de modo que a lógica dos resultados não fosse corrompida pela falsa premissa de que o número de autores por instituição seria determinante de uma menor ou maior produtividade a partir daquele espaço. Assim, um único autor de um artigo recebe uma pontuação similar a do grupo de quatro autores que colaboraram para a elaboração de, também, um só artigo. Dentre os autores, a doutora Gisela Eggert-Steindel recebeu a maior pontuação no período, tendo publicado três artigos acerca da temática na década, dois deles individualmente e o terceiro em colaboração com duas colegas.

Concernente às instituições, destacaram-se a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com um ponto de vantagem sobre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidad Carlos III de Madrid. As quatro, enfim, mais produtivas como matrizes de filiação do conjunto dos autores pontuados.

A tabela de número cinco, por sua vez, complementa as informações necessárias para a pergunta previamente feita, quanto a temática ser um objeto de elaboração discursiva mais ampla em uma agenda universitária do que naquelas pertinentes ao universo institucional da *praxis*. Eis a referida tabela abaixo, elaborada a partir da filiação institucional não acadêmica:

Tabela 5: Filiação institucional não acadêmica dos autores-fonte e a soma ponderada de sua produção

Filiação institucional	Autores	Soma autor e instituição
Biblioteca da Faculdade de Direito da UFBA	Barreto, Angela Maria	0,33
Biblioteca da Fundação Educacional Padre Cleto Caliman (UNIVENETO);	Borges, Fernanda Samora Dias	0,5
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa - Belo Horizonte – Minas Gerais	Fragoso, Graça Maria	0,33
Biblioteca do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	Jacinto, Solange de Oliveira	1
Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Medeiros, João Bôsko	0,33
Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos - São Paulo	Moraes, Lourdes de Souza	1
Red de Bibliotecas Publicas - Comunidad Autónoma de Madrid	Pérez, Carlos García-Romeral	1
Biblioteca da Faculdade Atenas Maranhense-FAMA.	Pinheiro, Ana Luiza Ferreira	0,5
Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo	Sant´ana, Rizio Bruno	1
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Londrina	Silva, Rovilson José da	1
Total		6,99

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da BRAPCI (dezembro de 2011)

A partir da tabela número cinco, é possível visualizar que há 10 instituições não acadêmicas: embora 5 delas correspondam a bibliotecas universitárias, essas não constituem espaços de gestão de ensino e pesquisa; os demais 5 espaços são bibliotecas ou sistemas de bibliotecas públicas. Ou seja, o espaço de atuação dos autores dos artigos, daqueles que ensinam os enunciados para o discurso sobre Biblioteca Pública, corresponde a aproximadamente 18% do espaço de *praxis* próprio à temática estudada. O discurso aqui evocado flui, então, através de esforços comunicativos em espaços dissociados da prática profissional específica.

Voltando à questão da cooperação em regime de coautoria e a atribuição ponderada de pontos para esses casos: poder-se-ia pensar aqui que as considerações precedentes para as conclusões de que a unidade temática é constituída majoritariamente por canais acadêmicos, tal como é a filiação autoral e o espaço de fluidez discursiva, seriam precipitadas ante a soma ponderada de autoria. Isso porque um único autor militante na *praxis* de uma biblioteca pública escrevendo sobre a temática em um veículo não acadêmico somaria um ponto por um artigo publicado, enquanto três autores acadêmicos cooperando entre si na criação de um único artigo deteriam ponderadamente um terço de responsabilidade pelo artigo escrito. Nesse quesito, dir-se-ia que aquele primeiro autor procedente de filiação, espaço e canal não acadêmico seria mais produtivo individualmente se assim comparado a cada um dos outros três. Entretanto, são apenas 10 autores ligados a instituições não acadêmicas e se tomado o total de pontos de produção acadêmica e não acadêmica, há pouco mais de 18% de correspondência para filiações externas à universidade como espaço para a geração de artigos na temática.

Ao lado da conclusão de que o espaço discursivo é preponderantemente acadêmico, a tabulação dos dados permite duas reflexões. A primeira delas é a de que os autores atuantes na *praxis* institucional que se propuseram a contextualizar a temática e que, portanto, levantaram referências na busca de enunciados para dar ensejo àquele discurso bibliotecário, quando cooperaram com outros autores na produção textual, o fizeram com acadêmicos. Esse fato é observável graças à identificação das autorias individuais (52,6%) e coautorias (47,4%) dadas pela tabela 2 e a indicação da filiação institucional desses autores, indicada nas tabelas 4 e 5. Há nessa constatação a possibilidade de os autores não acadêmicos servirem como coadjuvantes na produção dos artigos, já que raramente cooperam com seus pares não acadêmicos. As poucas colaborações também demonstram que a autoria não acadêmica parece estar presente apenas quando o discurso é constituído para enfatizar um aspecto mais proeminente da *praxis*.

A segunda reflexão diz respeito ao fato de que os autores não acadêmicos encontram-se dispostos na razão de um por instituição. Nessa ordem *per capita*, enfatiza-se o aspecto de isolamento na função autoral, sobretudo quando são autores únicos. Isso ocorre para quatro em cinco dos autores filiados às bibliotecas e sistemas de bibliotecas públicas. O individualismo diminui entre os colaboradores oriundos das bibliotecas universitárias, muito embora eles sejam únicos enquanto representantes de suas instituições de origem. Aqueles que atuam na *praxis* problematizaram, elegeram seus enunciados e constituíram seus discursos individualmente; em termos quantitativos, compõem poucos indivíduos.

Os indicadores permitiram também a verificação de endogenias pautadas pela coincidência entre a filiação institucional autoral e editorial, conforme a tabela 6, abaixo:

Tabela 6: Casos de endogenia pautada pela coincidência entre filiação institucional autoral e editorial:

Autores-fonte	Filiação autoral	Responsabilidade editorial	Endogenia ?
Aguiar; Diniz; Medeiros, 2002	UFPB; UFMA; Biblioteca Central UFRN	UFPB: PPGI	Parcial
Alves, 2008	Universidad Carlos III de Madrid	UFBA: ICI	Não
Barber et al., 2001	Universidad de Buenos Aires	UFSC: DCI	Não
Barber et al., 2004	Universidad de Buenos Aires	UFSC: DCI	Não
Barbosa; Garcia, 2008	UFPB	UFPB: DCI	Sim
Barreto; Paradella; Assis, 2008	Biblioteca UFBA; UFBA	IBICT	Não
Blattmann; Fragoso; Viapiana, 2006	UFSC; Biblioteca Estadual Luiz de Bessa	ACB	Não
Borges; Fraga, 2008	Biblioteca UNIVENETO; UFES	ACB	Não
Braga, 2004	USP	UFMA: DB	Não
Brettas, 2010	UFMG	UEL: DCI	Não
Caridad; López; García, 2010	Universidad Carlos III de Madrid	IBICT	Não
Castro; Pinheiro, 2006	UFMA; Biblioteca FAMA	UNICAMP: SBU	Não
Cunha Jr.; Correia, 2007	UFPE	UFPB: DCI	Não
Cuzcano, 2002	Universidad Carlos III de Madrid	UFPB: PPGCI	Não
Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow, 2002	UDESC	ACB	Não
Eggert-Steindel, 2006	UDESC	UFPB: PPGCI	Não
Eggert-Steindel, 2006 b	UDESC	UFSC: DCI	Não
Ferreira, 2006	UFMA	PUCCAMP: PPGCI	Não
Jacinto, 2008	Biblioteca IDP	FEBAB	Não
Jannuzzi; Loureiro, 2003	PUCCAMP	PUCCAMP: PPGCI	Sim
Job, 2004	UFRGS	UFRGS: FABICO	Sim
Laipelt; Moura; Caregnato, 2006	UFRGS	UFPB: PPGCI	Não
López, 2008	Universidad Complutense de Madrid	UFBA: ICI	Não
Machado, 2010	UNIRIO	USP: FFCLRP	Não
Maciel Filho et al., 2004	UFPE	UFPB: PPGCI	Não
Maciel Filho, 2010	UFPE	UFMG: ECI	Não
Minuzzo, 2004	UFRGS	UFRGS: FABICO	Sim
Moraes, 2008	Sistema Bibliotecas São Carlos	ACB	Não
Olinto, 2010	UFRJ	USP: FFCLRP	Não
Pérez, 2008	Red Bibliotecas Públicas Comunidad Autónoma de Madrid	UFBA: ICI	Não
Sant'ana, 2001	Biblioteca Mário de Andrade	UNICAMP: BFE	Não
Silva, 2009	Biblioteca Londrina	UNESP: DCI	Não
Sinay; Michelson, 2006	Universidad de Chile	IBICT	Não
Souza, 2005	UFSC	UFPB: PPGCI	Não
Suaiden; Araújo, 2001	UnB	UFPB: PPGCI	Não
Tavares; Soares, 2009	UFSC	ACB	Não
Válio, 2003	PUCCAMP	PUCCAMP: PPGCI	Sim
Volpato; Bernardi, 2005	UDESC	ACB	Não

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da BRAPCI (dezembro de 2011)

Por meio da tabela número 6, verificou-se que houve endogenia, quer dizer, o caso de periódicos publicando autores pertencentes a mesma instituição que os edita, o que é negativo para a sua variedade, em 6 dos 38 artigos. Foram duas publicações da PUCCAMP, duas da UFRGS e duas da UFPB, ainda que uma delas, nesta última, tenha sido parcial. Um retorno à tabela 4, apresentando a pontuação de produção acadêmica das respectivas instituições, demonstra que essa endogenia contribui com um peso relevante para o escore na produção das instituições mencionadas neste parágrafo.

Percebeu-se, ainda, através da tabela número 7, abaixo, que o fenômeno de acoplamento bibliográfico foi mínimo: 27 referências, aproximadamente 3,6% do total de referências bibliográficas utilizadas, envolvendo 22 autores referenciados e 55 autores-fonte.

Tabela 7: Ocorrências de acoplamento bibliográfico

Autor referenciado	Autores-fonte
Almeida Jr. (1997)	Ferreira (2006) / Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002) / Laipelt; Moura; Caregnato (2006)
Almeida Jr. (2003)	Borges; Fraga (2008) / Cunha Jr.; Correia (2007)
Andrade (1979)	Cunha Jr; Correia (2007) / Job (2004)
Araújo (2002)	Barbosa; Garcia (2008) / Jacinto (2008)
Brasil. FBN (1995)	Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002) / Volpato; Bernardi (2005)
Brasil. FBN (2000)	Barbosa; Garcia (2008) / Minuzzo (2004) / Jacinto (2008) / Blattmann; Fragoso; Viapiana (2006) / Job (2004) / Volpato; Bernardi (2005)
Brasil. Minc. (2006)	Silva (2009) / Machado (2010)
Certeau (2000)	Eggert-Steidel (2006) / Eggert-Steindel (2006 b)
Chartier (1990)	Eggert-Steidel (2006) / Eggert-Steindel (2006 b)
Chartier (1996)	Eggert-Steidel (2006) / Eggert-Steindel (2006, b)
Chartier (1999)	Braga (2004) / Silva (2009)
Cunha (2003)	Castro; Pinheiro (2006) / Barreto; Paradella; Assis (2008) / Cunha Jr.; Correia (2007)
Guinchat; Menou (1994)	Minuzzo (2004) / Aguiar; Diniz; Medeiros (2002)
Holanda (1989)	Eggert-Steidel (2006) / Eggert-Steindel (2006 b)
IFLA (2001)	Barber et al. (2004) / Souza (2005)
IFLA (1994)	Souza (2005) / Tavares; Soares (2009) / Ferreira (2006) / Braga (2004) / Maciel Filho et al. (2004) / Cunha Jr.; Correia (2007) / Barbosa; Garcia (2008) / Barreto; Paradella; Assis (2008) / Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002)
Milanesi (1986)	Braga (2004) / Barbosa; Garcia (2008)
Moraes (1973)	Castro; Pinheiro (2006) / Ferreira (2006)
Richardson (1985)	Cunha Jr.; Correia (2007) / Barbosa; Garcia (2008)
Rosa; Oddone (2006)	Machado (2010) / Barbosa; Garcia (2008)
Sorj (2003)	Olinto (2010) / Borges; Fraga (2008) / Laipelt; Moura; Caregnato (2006)
Sponholz (1984)	Cunha; Correia (2007) / Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002)
Suaiden (1980)	Válio (2003) / Jacinto (2008) / Barreto; Paradella; Assis (2008)
Suaiden (1995)	Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002) / Borges; Fraga (2008) / Válio (2003) / Tavares; Soares (2009) / Suaiden; Araújo (2001)
Suaiden (2000)	Jannuzzi; Loureiro (2003) / Braga (2004) / Alves (2008)
Takahashi (2000)	Jannuzzi; Loureiro (2003) / Machado (2010) / Barreto; Paradella; Assis (2008); Cuzcano (2002)
Taylor (1986)	Eggert-Steindel (2006) / Eggert-Steindel; Oliveira; Shimigelow (2002)

Fonte: Elaboração do autor a partir das referências bibliográficas dos artigos-fonte

Acerca do percentual de acoplamentos bibliográficos, pode-se dizer que o pequeno número de referências comuns aos trabalhos analisados indica uma amplitude elevada de enunciados. Tal amplitude pode manifestar-se desde uma unidade temática bastante diversificada na superfície do espaço discursivo até uma dispersão em seu conjunto enunciativo a partir de uma formação oriunda de distintos domínios. No primeiro caso, haveria um campo de conhecimento bastante distendido, enquanto que no segundo a transversalidade do discurso seria marcante. Os resultados relativos ao terceiro e quarto objetivo, nas próximas seções, serão mais esclarecedores quanto ao significado dessa amplitude, permitindo a aferição do quão homogêneo ou heterogêneo aparenta o discurso, se está sedimentado ou não e os seus indícios de maturidade.

6.3 CARACTERÍSTICAS DA RUPTURA E DO DESCONTÍNUO NA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO

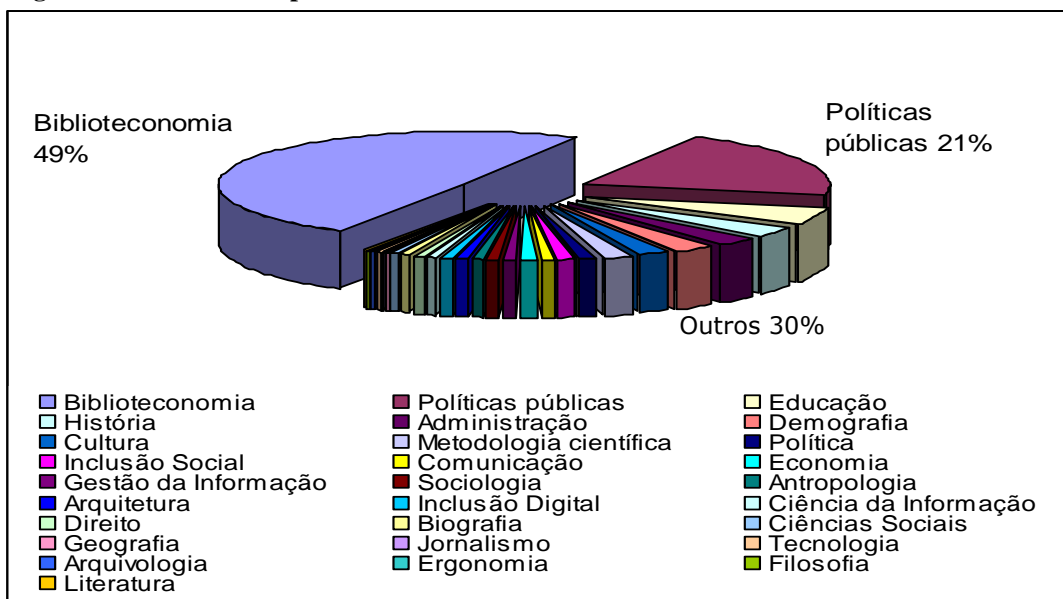
A descaracterização do discurso como unidade é necessária para a suposição de que níveis diversos de informação se sedimentam uns sobre os outros, de tal forma que a descontinuidade é um fenômeno percebido a partir dos vestígios de rupturas que o tecido documental não pode encobrir. Não pode ocultar, já que o tecelão imbuído de função autoral é um nó em uma rede a tramar seus textos sobre referências diversas, remissivas a outros nós. Nesse ato, a unidade temática a que um autor se dedica não inviabiliza o mesmo de orientar-se não só a outros temas como a epistemes diversas dos saberes imediatos a que se dedica, dependendo tão somente do quão amplo seja o espaço discursivo e o quão disperso se encontra o conjunto de enunciados que pretende coligir.

A unidade é sempre aparente, por mais que se refugie em uma dada função: assim ocorre com as diversas formas de conhecimento cujo mérito de distinção reside em uma finalidade, em uma resposta a perguntas tais como “a que veio?”, “para o que se destina?”. Um determinado conhecimento, com a sua função bem definida, não fugirá de certos temas na apresentação de seu discurso, muito embora suas referências possam brotar de epistemes longínquas e estranhas à sua aparência. Mergulhar ao encontro de tais vestígios é necessário para que se possa dar conta de trazer à luz o disperso, embora, como lembre Foucault, haja um limite para isso. A pretensão de busca da dispersão fundamental, o início de toda a enunciação, é inviável como uma viagem ao centro da Terra; inútil diante do fato de que toda a dispersão possui sua aparência, expõe-se através de uma unidade em remissão incalculável.

Diante do exposto, estabeleceu-se um corte na profundidade do espaço discursivo; nesta dissertação, reconhecida a temática como unidade, percebeu-se a aparência como um conceito dado pelas palavras-chave contendo os temas dos artigos recuperados. Uma segunda e mais profunda aparência surge do macrodescriptor de cada referência bibliográfica eleita pelos autores-fonte, os tecelões de superfície. A ruptura e o descontínuo na representação do discurso foram caracterizados através da comparação entre os indicadores de segunda geração expressos pela unidade e pelo conjunto: a temática dos artigos e das suas referências.

Sobre a temática, 110 termos (descontados 41 repetidos), elencam as palavras-chave dos artigos recuperados e são de tal sorte variada como o são os frutos da razão humana. Mas mesmo essa encontra seus denominadores em um ponto do discurso e é justamente na amplitude maior de suas referências que os saberes se revelam: enquanto não há uma maioria de termos capazes de destacar sua relevância e demarcar suas positivities, há nas referências bibliográficas um conjunto de seus pontos de articulação, uma das formas pelas quais se apresenta um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência” (FOUCAULT, 2008, p. 204). Aquelas referências trazem à tona os temas que permanecem submersos no lugar-comum das palavras-chave sem majoritariamente, a episteme distinta na qual a reflexão de saberes tão diversos colabora para a construção de um domínio transdisciplinar. Eis, na figura 1, as recorrências epistêmicas do discurso sobre Biblioteca Pública a partir dos macrodescriptores das referências dos artigos:

Figura 1: Recorrências epistêmicas do discurso sobre Biblioteca Pública



Fonte: Bases de dados e repositórios de origem das referências bibliográficas

A dispersão dos 28 domínios temáticos das 745 referências bibliográficas, apresentados na figura 1, pode ser flagrada em detalhes a partir da tabela 8:

Tabela 8: Dispersão de domínios e temas das referências bibliográficas analisadas

Domínios	Total	Temas	Parciais
Biblioteconomia	366	Biblioteconomia: biblioteca pública	181
		Biblioteconomia: inclusão social	21
		Biblioteconomia: inclusão digital	19
		Biblioteconomia: processamento	19
		Biblioteconomia: estudo de usuário	15
		Biblioteconomia: desenvolvimento de coleções	11
		Biblioteconomia: biblioteca universitária	9
		Biblioteconomia: fontes de informação	9
		Biblioteconomia: gestão	9
		Biblioteconomia: biblioteca nacional	8
		Biblioteconomia: promoção da leitura	8
		Biblioteconomia: arquitetura	5
		Biblioteconomia: instituições	5
		Biblioteconomia: leitura	5
		Biblioteconomia: profissão	5
		Biblioteconomia: generalidades	4
		Biblioteconomia: educação	4
		Biblioteconomia: biblioteca comunitária	3
		Biblioteconomia: biblioteca escolar	3
		Biblioteconomia: história	3
		Biblioteconomia: políticas públicas	3
		Biblioteconomia: serviço de referência	2
		Biblioteconomia: sociedade	2
		Biblioteconomia: teses e dissertações	2
		Biblioteconomia: aspectos profissionais	1
		Biblioteconomia: biblioteca digital	1
		Biblioteconomia: biblioteca empresarial	1
		Biblioteconomia: biblioteca popular	1
Biblioteconomia: direito autoral	1		
Biblioteconomia: direitos humanos	1		
Biblioteconomia: ensino	1		
Biblioteconomia: legislação	1		
Biblioteconomia: marketing	1		
Biblioteconomia: relações sociais	1		
Biblioteconomia: serviços de informação	1		
Políticas públicas	154	Políticas públicas: informação	30
		Políticas públicas: inclusão digital	20
		Políticas públicas: legislação	18
		Políticas públicas: cultura	17
		Políticas públicas: inclusão social	15
		Políticas públicas: leitura	12
		Políticas públicas: instituições	11
		Políticas públicas: desenvolvimento	4
		Políticas públicas: biblioteca pública	3
		Políticas públicas: economia	3
		Políticas públicas: sociedade	3
		Políticas públicas: gênero	2
		Políticas públicas: referência	2
		Políticas públicas: bibliotecas	1
		Políticas públicas: censura	1
		Políticas públicas: cidadania	1
		Políticas públicas: educação	1
		Políticas públicas: fonte de informação	1
		Políticas públicas: gestão	1
		Políticas públicas: instrumento	1

		Políticas públicas: meio ambiente	1
		Políticas públicas: metodologia	1
		Políticas públicas: municipalismo	1
		Políticas públicas: pesquisa	1
		Políticas públicas: saúde	1
		Políticas públicas: seguridade social	1
		Políticas públicas: setores	1
Educação	41	Educação: leitura	22
		Educação: inclusão social	6
		Educação: inclusão digital	5
		Educação: história	4
		Educação: ensino superior	1
		Educação: filosofia	1
		Educação: habilidade	1
		Educação: memória	1
História	23	História: Santa Catarina	5
		História: Maranhão	4
		História: bibliografia	2
		História: cotidiano	2
		História: cultura	2
		História: etnia	1
		História: filosofia	1
		História: França	1
		História: Guiné Bissau	1
		História: Paulista	1
		História: política	1
		História: religião	1
		História: Rio Grande do Norte	1
Administração	21	Administração: benchmarking	15
		Administração: qualidade	3
		Administração: desenvolvimento organizacional	2
		Administração: marketing	1
Demografia	19	Demografia: censo	5
		Demografia: inclusão digital	3
		Demografia: indicadores econômicos	2
		Demografia: Araçoiaba	1
		Demografia: censo educacional	1
		Demografia: condições de vida	1
		Demografia: índice de desenvolvimento humano	1
		Demografia: índice de leitura	1
		Demografia: instituições	1
		Demografia: Itamaracá	1
		Demografia: municípios	1
		Demografia: regiões econômicas: Bahia	1
Cultura	15	Cultura: marketing	4
		Cultura: memória e identidade	3
		Cultura: aspectos sociais	2
		Cultura: patrimônio	2
		Cultura: aspectos econômicos	1
		Cultura: aspectos organizacionais	1
		Cultura: globalização	1
		Cultura: leitura	1
Metodologia científica	14	Metodologia Científica: pesquisa social	3
		Metodologia Científica: monografia	2
		Metodologia Científica: projeto de pesquisa	2
		Metodologia Científica	1
		Metodologia Científica: análise	1
		Metodologia Científica: análise de conteúdo	1
		Metodologia Científica: ciências humanas	1
		Metodologia Científica: dissertações e teses	1
		Metodologia Científica: método qualitativo	1
		Metodologia Científica: pesquisa em turismo	1
Política	9	Política: comunicação	7
		Política: colonialismo	1

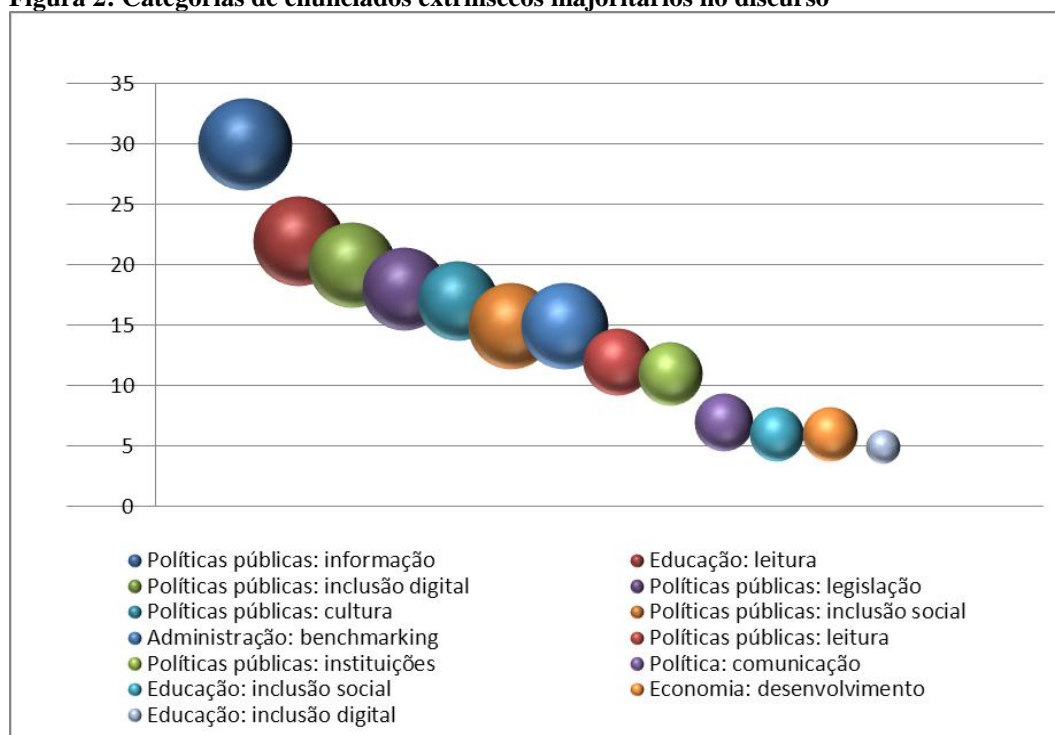
		Política: democracia	1
Inclusão Social	8	Inclusão social: deficientes	2
		Inclusão social: diversidade	2
		Inclusão social: instituições	2
		Inclusão social: referência	2
Comunicação	7	Comunicação: artigo de periódico	1
		Comunicação: mídias	1
		Comunicação: rede	1
		Comunicação: redes sociais	1
		Comunicação: referência	1
		Comunicação: sociedade	1
		Comunicação: tecnologias	1
Economia	7	Economia: desenvolvimento	6
		Economia: finanças públicas	1
Gestão da Informação	7	Gestão da Informação	3
		Gestão da Informação: informática	2
		Gestão da informação: mercado de trabalho	1
		Gestão da Informação: qualidade	1
Sociologia	7	Sociologia: comunidade	2
		Sociologia: identidade	2
		Sociologia: sociedade da informação	2
		Sociologia: imperialismo	1
Antropologia	6	Antropologia: cultura	2
		Antropologia: etnia	2
		Antropologia: folclore	1
		Antropologia: nacionalidade	1
Arquitetura	6	Arquitetura: projeto	2
		Arquitetura: segurança	2
		Arquitetura: acessibilidade	1
		Arquitetura: iluminação	1
Inclusão Digital	6	Inclusão digital: sociedade	2
		Inclusão digital: economia	1
		Inclusão digital: gêneros	1
		Inclusão digital: habilidades	1
		Inclusão digital: profissões	1
Ciência da Informação	5	Ciência da Informação	2
		Ciência da Informação: instituições	1
		Ciência da Informação: metodologia de pesquisa	1
		Ciência da Informação: profissão	1
Direito	5	Direito: leis diversas	4
		Direito: liberdade de expressão	1
Biografia	4	Biografia: Amílcar Cabral	1
		Biografia: Arthur Miller	1
		Biografia: Avelino Teixeira da Mota	1
		Biografia: Benedicto Leite	1
Ciências Sociais	4	Ciências sociais: sociedade da informação	2
		Ciências sociais: indicadores	1
		Ciências sociais: profissões	1
Geografia	3	Geografia: ensino	1
		Geografia: Paraíba	1
		Geografia: Pernambuco	1
Jornalismo	2	Jornalismo: circulação de jornais	1
		Jornalismo: história	1
Tecnologia	2	Tecnologia: Inclusão social	2
Arquivologia	1	Arquivologia: acesso à informação	1
Ergonomia	1	Ergonomia: segurança do trabalho	1
Filosofia	1	Filosofia: discurso	1
Literatura	1	Literatura: Brasil	1
Total			745 referências bibliográficas

Fonte: Bases de dados e repositórios de origem das referências bibliográficas

As maiores fatias epistêmicas do gráfico exposto pela figura 1 demonstram que o discurso sobre Biblioteca Pública fundamenta-se predominantemente em enunciados oriundos dos domínios da Biblioteconomia e Políticas Públicas. Há ainda outras dezenas de conhecimentos pertencentes aos enunciados de outras ciências e disciplinas, tendo Educação, Administração e História em destaque. Mas a proporção da composição do discurso Biblioteca Pública é ligeiramente pendente aos domínios extrínsecos à Biblioteconomia: esta detém 49% das referências. Portanto, mais da metade do que se fundamentou a comunicação científica sobre Biblioteca Pública através dos artigos em uma década não pertence ao seu domínio autóctone.

A tabela 8 permite uma melhor compreensão do dito precedente. Através de seus números é possível verificar que aproximadamente 25% do total das referências da década correspondem a um documento sobre Biblioteca Pública. Ou seja, um em cada quatro documentos problematizava sua própria questão. Dos outros três, um era próprio ao domínio maior, ainda que colateral à sua enunciação, e dois não. Sobre este par alienígena é possível afirmar que é multiforme e tipicamente explorado no contexto das ciências sociais aplicadas. Olhando com mais atenção, verifica-se que envolve em maior escala temas como inclusão social, inclusão digital, informação, leitura, cultura e as políticas voltadas para tais facetas. A figura 2 representa graficamente as treze maiores categorias de enunciados extrínsecos:

Figura 2: Categorias de enunciados extrínsecos majoritários no discurso



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa

As treze categorias majoritárias somam 184 referências bibliográficas, ou aproximadamente 25% do total do conjunto de enunciados coligidos na década. Constituem, por isso, o terceiro subconjunto identificável do discurso. Acerca dele, é interessante observá-lo na ilustração do gráfico, com a sua aparência de um colar do qual se desprenderam algumas contas. A primeira conta representa uma faceta de Políticas Públicas (“informação”) e parece assumir a posição de condutor para o que lhe sucede. A zona intermediária justaposta a seguir, composta pelas oito esferas seguintes, é quase toda formada por facetas daquele domínio maior. Os quatro últimos glóbulos, ainda que mais isolados, suscitam os temas de inclusão social e digital, sob o domínio da Educação, facetas essas que, no entanto, aparecem no intervalo mais longo, no âmbito de Políticas Públicas. A leitura aparece bem cotada, também sob as égides de Políticas Públicas e de Educação. Cultura, legislação e instituições aparecem como temas trabalhados e relacionados entre si, e mesmo a comunicação enquanto aspecto político e o tema do desenvolvimento econômico não causam estranheza estando aqui presentes. O *benchmarking*, em posição intermediária, sugere que a busca pelas melhores práticas é uma atividade-meio para que se possam desenvolver as instituições (esfera situada na base daquele elo de políticas públicas) e tornar possível as atividades fins de leitura e inclusão.

A quarta parte, por fim, abrange uma miscelânea de categorias em que a dispersão encontra seu ponto de maior heterogeneidade. Outros aspectos de Políticas Públicas, Educação, Administração e Economia colaboram com seus enunciados, somados à História, Demografia, Cultura, Metodologia Científica, Política, Inclusão Social, Comunicação, Gestão da Informação, Sociologia, Antropologia, Arquitetura, Inclusão Digital, Ciência da Informação, Direito, Biografia, Ciências Sociais, Geografia, Jornalismo, Tecnologia, Arquivologia, Ergonomia, Filosofia e Literatura. Esses multiformes conhecimentos não devem ser compreendidos como secundários devido a sua variedade, muito antes constituem o discreto direcionamento que busca preencher as lacunas não completadas pelo domínio da Biblioteconomia: não deve ser esquecido o fato de que essa variedade somada às treze categorias majoritárias supera, mesmo que ligeiramente, o número de referências autóctones dos bibliotecários.

Assim visto, parte das dúvidas suscitadas ao final do item 6.2 foi aqui respondida: a amplitude elevada de enunciados manifesta-se por uma dispersão em seu conjunto enunciativo a partir de uma formação oriunda de distintos domínios, muito mais do que através de uma unidade temática diversificada na superfície do espaço discursivo. A transversalidade do discurso é marcante, como atestam as porcentagens apresentadas e a

sedimentação dos domínios em maior número do que o de palavras-chave. Resta, agora, responder acerca da maturidade do discurso, entre outras possibilidades demonstráveis no resultado do quarto objetivo desta dissertação.

6.4 A APRESENTAÇÃO DOS FENÔMENOS DE ORDEM E ENCADEAMENTO NO ESPAÇO DO DISCURSO

A menção à maturidade, aqui, deve ser entendida como uma escala variável entre uma literatura mais retrospectiva – não necessariamente obsoleta – e a atualidade. Entre os indicadores de consumo, o índice de Price reporta a porcentagem de referências inferiores há cinco anos. Quanto maior o valor deste índice, mais jovem é a literatura referenciada e mais dinâmica é a área que se apresenta. Trata-se de um recurso interessante para a avaliação de periódicos, procedendo-se o exame das referências de seus artigos. Todavia, como nesta dissertação o que está em foco é o discurso, foram consideradas como variáveis as referências de cada ano e da década, mostradas na tabela nove:

Tabela 9: Índice de Price para o discurso da década

Ano	Número de artigos	Número de referências	Referências < 5 anos	Índice de Price (%)
2001	3	57	(1997-2001): 21	36,8
2002	3	67	(1998-2002): 30	44,8
2003	2	52	(1999-2003): 30	57,7
2004	5	85	(2000-2004): 45	52,9
2005	2	28	(2001-2005): 21	75
2006	7	117	(2002-2006): 47	40,2
2007	1	25	(2003-2007): 14	56
2008	8	156	(2004-2008): 52	33,3
2009	2	32	(2005-2009): 6	18,7
2010	5	126	(2006-2010): 47	37,3
Total	38	745	313	42

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa

Dos dados obtidos, observa-se que a primeira metade da década apresenta um compromisso crescente dos autores-fonte na busca de referências recentes, ainda que em 2004 os autores daquele ano tenham decrescido ligeiramente o índice do ano anterior. Já na segunda metade dos anos dois mil, há uma tendência de queda na seleção de referências mais recentes: o ano de 2006 apenas supera 2001 no índice de Price e, se em 2007 há uma retomada para valores próximos aos de três a quatro anos antes, uma queda para os mais baixos índices ocorre no biênio 2008-2009. O ano de 2010 apenas superou a queda para uma

literatura já consolidada dos anos 2001 e 2008. No total, o índice de Price da década para o discurso alcançou o valor de 42%, demonstrando a tendência para a *consolidação* na literatura de referência, entendendo-se aqui o termo grifado como o estado característico de uma literatura retrospectiva além dos cinco anos.

A despeito do que demonstra o índice de Price, o privilégio da consolidação não conduz, necessariamente, a uma obsolescência, já que o índice reporta mais de uma referência recente (com menos de cinco anos) a cada quatro eleitas. Além disso, a seleção de registros mais antigos demonstra que as questões suscitadas pelo discurso são desenvolvidas num solo epistêmico consolidado: o discurso Biblioteca Pública não é novo, e isso é um indício de maturidade saudável. Todavia, é conveniente a constatação de que a tendência à consolidação aponta para a possibilidade de certas problemáticas pretéritas não terem sido suficientemente abordadas e resolvidas, demandando, por isso, a sua recorrência através de enunciados menos atuais.

A observação prévia conduziu ao interesse em saber quais são os domínios característicos de cada ano e a nomeá-los, identificando o apogeu e o declínio de certas categorias enunciativas, um cruzamento de dados potencialmente útil para definir as pautas mais ou menos recentes ao longo da década. Essa proposta pode ser acompanhada na tabela dez, a seguir:

Tabela 10: Domínios característicos no discurso da década

Ano	Domínios característicos
2001	Administração; Biblioteconomia; Gestão da Informação
2002	Arquivologia; Biblioteconomia; Ciência da Informação; Ciências Sociais; Comunicação; Direito; Gestão da Informação; Metodologia Científica; Políticas Públicas
2003	Biblioteconomia; Ciências Sociais; Cultura; Demografia; Direito; Educação; Gestão da Informação; Jornalismo; Políticas Públicas;
2004	Administração; Arquitetura; Biblioteconomia; Ciência da Informação; Cultura; Direito; Economia; Ergonomia; Gestão da Informação; Políticas Públicas
2005	Biblioteconomia; Ciência da Informação; Educação; Filosofia; História; Políticas Públicas
2006	Antropologia; Biblioteconomia; Biografia; Ciência da Informação; Comunicação; Demografia; Educação; História; Jornalismo; Metodologia Científica; Políticas Públicas
2007	Biblioteconomia; Cultura; Demografia; História; Metodologia Científica; Políticas Públicas
2008	Biblioteconomia; Biografia; Comunicação; Cultura; Demografia; Economia; Educação; Geografia; História; Inclusão Social; Metodologia Científica; Política; Políticas Públicas; Sociologia; Tecnologia
2009	Biblioteconomia; Cultura; Educação; Geografia; Literatura; Políticas Públicas
2010	Biblioteconomia; Ciência da Informação; Comunicação; Cultura; Demografia; Economia; Educação; Inclusão Social; Inclusão Digital; Política; Políticas Públicas; Sociologia

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa

A tônica do início da década, a julgar pelos dados levantados, encontrava-se na gestão institucional e dos serviços de informação. O ano de 2001 é característico nesse sentido, com diversos temas oriundos dos domínios de Administração e Gestão da Informação; esta última

reaparece nos anos de 2002, 2003 e 2004, tendo novamente no ano mais recente a companhia da Administração. Mas ambas desaparecem como temas a partir de 2005. De tal constatação parece derivar a conclusão de que as questões levantadas por tais domínios não interessam ao mais recente discurso sobre Biblioteca Pública: não só a gestão de bibliotecas, como outras questões ligadas a atividades-meio, que retrocedem nas referências ao longo da década. Cabe, ainda, a observação de que se buscara preencher aquele vácuo de saber com referências mais retrospectivas, como ocorre em 2001.

Conteúdos relacionados à Biblioteconomia aparecem em todos os anos, naqueles em que as referências são predominantemente consolidadas ou novas: uma evidência de pertencimento da área ao seu domínio maior. Já Políticas Públicas, correspondente à segunda recorrência epistêmica mais homogênea (21% do discurso, como referido na figura 1 desta dissertação), tem disposto seus enunciados a partir de 2002, estando presente em todos os anos seguintes.

Dentre outros domínios significativos, desde que entre as referências da década foram introduzidas àquelas próprias à Educação e a Demografia, poucos anos foram aqueles que não levantaram ao menos um tema a algum deles pertencentes; ressaltam-se, assim, outros aspectos dignos de nota, tais como a busca da contextualização das questões próprias às bibliotecas públicas e à formação dos indivíduos, assim como a compreensão das comunidades em que as bibliotecas estão inseridas e a exposição de dados contextos através de estudos de caso particulares.

Uma tendência recente de consolidações e novos temas são perceptíveis nos anos mais recentes. Como exemplos do primeiro caso constam os conteúdos representados como Cultura em seus vários aspectos, a partir de 2007. No tocante a novos temas, parecem típicos os que surgiram em 2008 e 2010, com a adição de referências voltadas aos temas de Inclusão Social e Inclusão Digital, de forma independente de outros domínios aos quais até então eram associados na qualidade de facetas: da Educação, das Políticas Públicas.

Os fenômenos de ordem e de encadeamento do discurso, no entanto, não se limitam aos graus de maturidade ou ao apogeu e declínio de temas. Também a maior ou menor amplitude geográfica na formulação enunciativa pode ser analisada. Para tanto, utilizou-se o índice de isolamento, a porcentagem de referências correspondentes ao mesmo país de publicação do trabalho-fonte. Tal como com relação à maturidade, os diversos níveis com que o índice de isolamento se apresenta possuem vantagens e desvantagens. A distribuição das referências por idioma também contribuiu para caracterizar o fluxo idiomático da literatura científica. Os dados pertinentes podem ser visualizados na tabela onze:

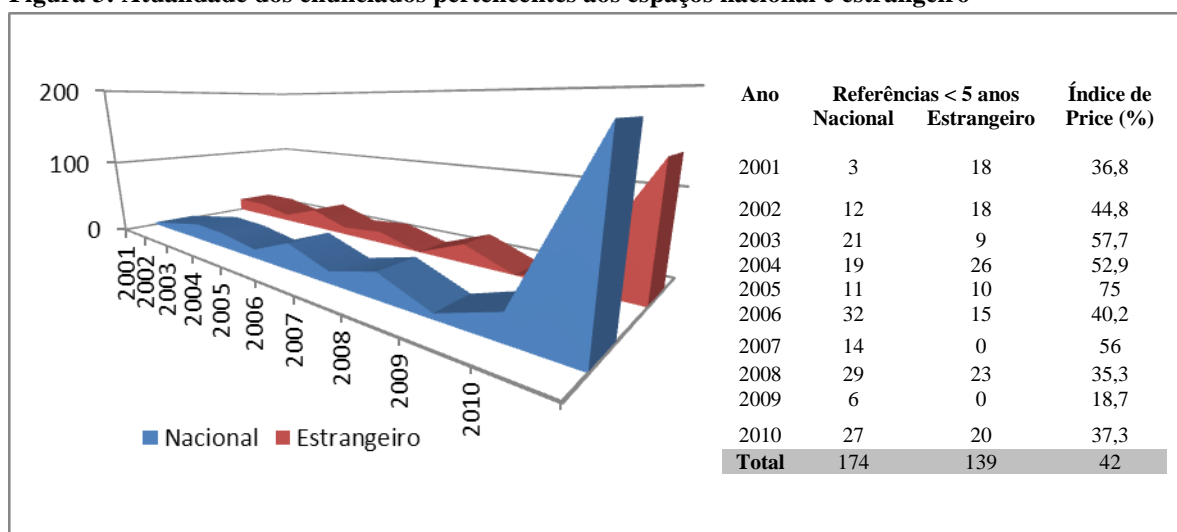
Tabela 11: Porcentagem de isolamento e distribuição das referências por idioma

Ano	Espaços das referências bibliográficas			Idiomas dos documentos referenciados				
	Nacional	Estrangeiro	Índice de isolamento (%)	Catalão	Espanhol	Francês	Inglês	Português
2001	26	31	45,6	—	3	1	26	27
2002	39	28	58,2	—	22	1	5	39
2003	42	10	80,8	—	3	1	5	43
2004	46	39	54,1	—	10	1	28	46
2005	17	11	60,7	—	12	—	—	16
2006	94	23	80,3	—	16	—	2	99
2007	24	1	96	—	—	—	—	25
2008	92	64	59	—	30	3	18	105
2009	30	2	93,7	—	—	—	—	32
2010	63	63	50	2	21	—	40	63
Total	473	272	63,5	2	117	7	124	495

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa

Cabe lembrar que os espaços das referências bibliográficas não correspondem, necessariamente, aos idiomas dos documentos referenciados. Assim é que um artigo escrito em espanhol e publicado em uma revista brasileira somará um ponto ao espaço nacional e outro ponto ao idioma hispânico. Cada um desses indicadores fornece informações distintas: os espaços das referências bibliográficas permitem averiguar o peso da produção editorial nacional como referência na área estudada. Já os idiomas são reveladores das influências mais marcantes, uma vez que não se trata apenas da expressão de uma outra língua, mas de uma outra cultura, visão e tecnologia implícitas nos enunciados de além fronteiras do idioma.

Considerado o discurso da década, há uma primazia ao espaço nacional das referências bibliográficas, embora haja um significativo número contemplando o espaço estrangeiro. Por outro lado, mesmo nos anos em que não há um alto índice de isolamento, ainda assim há uma disparidade significativa em prol do espaço nacional das referências. Essa observação motivou a seguinte questão: um dos espaços apresentaria algum diferencial que motivasse mais a sua escolha? Considerados os dados presentes na pesquisa e os indicadores aqui utilizados, viu-se pertinente cruzar os números de espaço com os de atualidade das referências bibliográficas. Partiu-se para a hipótese de que a disparidade poderia identificar uma tendência à seleção de uma literatura mais clássica ou mais atualizada como fator de motivação. Para confirmar a hipótese, procedeu-se a verificação da atualidade para cada um dos espaços. O resultado pode ser visto na figura 3, acompanhado da quantidade de referências bibliográficas mais recentes (anteriores a cinco anos) dos espaços nacional e estrangeiro:

Figura 3: Atualidade dos enunciados pertencentes aos espaços nacional e estrangeiro

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa

Como ilustrado, o grau de atualidade está relacionado na maioria dos casos a maior quantidade de referências pertencentes ao espaço nacional do discurso. Durante a década, portanto, houve um número superior de referências nacionais atuais. Por conseguinte, estaria o espaço estrangeiro propenso a enunciados mais longevos, enquanto o nacional tenderia à busca de enunciados atuais? Impossível afirmar através dos dados expostos na figura 3, pelos quais tal espaço se mostra apenas menos requisitado em número de atualizações eleitas para a composição do discurso. Assim, um processo semelhante ao efetuado com a distinção de referências por espaço também foi efetuado, mas pelo caminho inverso, buscando a identidade daquele que corresponderia à consolidação, conforme demonstrado na tabela 12:

Tabela 12: Consolidação dos enunciados pertencentes aos espaços nacional e estrangeiro

Ano	Espaço nacional	Espaço estrangeiro	Referências > 5 anos	Índice de consolidação (%)	Número de referências
2001	23	13	(até 1996) : 36	63,2	57
2002	27	10	(até 1997): 37	55,2	67
2003	21	1	(até 1998): 22	42,3	52
2004	27	13	(até 1999): 40	47,1	85
2005	6	1	(até 2000): 7	25	28
2006	62	8	(até 2001): 70	59,8	117
2007	10	1	(até 2002): 11	44	25
2008	63	41	(até 2003): 104	66,6	156
2009	24	2	(até 2004): 26	81,2	32
2010	36	43	(até 2005): 79	62,7	126
Total	299	133	432	58	745

Fonte: Elaboração do autor a partir das referências bibliográficas dos artigos-fonte

Sendo o índice de Price adotado nesta dissertação como um indicador de atualidade, considerou-se a consolidação do discurso como aquele cujas referências datam de mais do que cinco anos. Pelos dados expostos na tabela 12, conclui-se que o espaço nacional também se caracteriza como o de maior quantidade de referências tendentes a uma literatura retrospectiva.

Como pode há um só tempo o espaço nacional abrigar o maior número de enunciados atuais e retrospectivos? O que os números podem dizer acerca do espaço estrangeiro, então? Ora, no tocante à primeira pergunta, deve ser levado em consideração o fato de que o número de referências nacionais supera o de referências do exterior (mais de 1,7 para 1), e, em sua majoritariamente, aumentam as probabilidades de escolhas atuais ou retrospectivas naquele espaço. A resposta para a segunda pergunta complementa a primeira, na medida em que lança pistas não só sobre o que ocorre com o espaço estrangeiro quanto o nacional. Ambos os espaços podem não apenas serem comparados entre si, como dentro de suas fronteiras serem comparadas as grandezas relacionadas às suas respectivas atualidades e consolidações. O espaço estrangeiro é um universo de 272 referências: 139 atualizadas contra 133 na faixa retrospectiva. Já o espaço nacional compõe-se de 473 referências: 174 atualizadas e 299 mais antigas do que cinco anos. O Índice de Price para cada espaço, nesse caso, é de 51,1% para o espaço estrangeiro e 36,8% para o espaço nacional. Daí que as referências estrangeiras da década tendem mais à busca por enunciados atuais do que as referências nacionais.

Há, pois, um paradoxo: o discurso da década possui o maior número de enunciados atuais entre as referências bibliográficas do espaço nacional, mas também possui o maior número de referências retrospectivas nele. Esse fenômeno pode ser interpretado não apenas no tocante a quantidade maior de referências daquele espaço, mas também com relação à proporção entre atualidade e consolidação em seu próprio interior. No espaço estrangeiro, tal proporção é favorável à atualidade, ainda que somente considerado o seu limite. Assim, a função autoral demonstrou a sua preferência em selecionar referências retrospectivas do espaço nacional e sendo mais equilibrada entre atualidade e consolidação quando a escolha recaía sobre textos estrangeiros.

Ainda recorrendo à tabela 11, soube-se que cinco idiomas apareceram no discurso da década, correspondendo ao Catalão (0,3%), Francês (0,9%), Espanhol (15,7%), Inglês (16,6%) e Português (66,4%). Embora a língua portuguesa detenha a hegemonia, é considerável o fato de que um terço das referências utilizadas pertença a algum outro idioma, particularmente àquele de maior proximidade continental e à língua científica internacional.

A revelação da ordem e do encadeamento do discurso estaria incompleta sem a distribuição das referências bibliográficas segundo os seus tipos documentais, como apresentada pela tabela 13:

Tabela 13: Distribuição das referências bibliográficas segundo os seus tipos documentais

Tipos documentais por ano	Anais de eventos	Artigos	Livros	Literatura cinzenta não acadêmica	Trabalhos acadêmicos	Outros	Total
2001	1	22	25	_____	_____	9	57
2002	5	19	22	2	7	12	67
2003	3	18	16	1	_____	14	52
2004	3	26	31	12	2	11	85
2005	_____	8	6	2	1	11	28
2006	1	18	44	14	5	35	117
2007	1	9	8	1	1	5	25
2008	4	50	57	17	8	20	156
2009	1	4	20	2	_____	5	32
2010	18	35	30	20	1	22	126
Total	37	209	259	71	25	144	745

Fonte: Elaboração do autor a partir das referências bibliográficas dos artigos-fonte

Os cinco tipos documentais predominantes foram discriminados em anais de eventos, artigos, livros, literatura cinzenta não acadêmica e trabalhos acadêmicos. A literatura cinzenta não acadêmica compreende os relatórios, normas técnicas e manifestos. Sob a rubrica trabalhos acadêmicos são compreendidos os trabalhos de conclusão de curso de graduação, os trabalhos de conclusão de especialização, dissertações e teses. “Outros”, por fim, denomina um número variado de tipos documentais que abrangem poucos espécimes de cada, muito dispersos para serem quantificados.

Ano após ano, é possível acompanhar ascensão e queda no número de referências, de modo intermitente, crescendo para números de três dígitos, caindo para as dezenas, subindo às centenas. Em geral, os anos pares detêm o maior número de referências; mas não há nada de esotérico no fato. O efeito “gangorra” está relacionado aos anos em que há um maior número de artigos publicados, como pode ser constatado contrapondo-se os dados da tabela 9.

Os livros e os artigos constituem 62,8% das referências bibliográficas. Embora não se tenha distinguido graus de maturidade por tipo documental, é de se supor que os livros e parte da literatura cinzenta contribuíram para a tendência à consolidação do discurso, ainda que em uma porcentagem moderada, como comentado anteriormente. Normalmente a referência a artigos, anais de eventos e trabalhos acadêmicos oferece um valor maior ao trabalho que os

referencia quanto mais recentes se apresentem, embora, eventualmente, possam compôr uma literatura clássica de área; por isso, é possível que a natureza desses tipos documentais tenha constituído significativo empuxo para o crescimento do índice de Price.

Com esses resultados assim descritos, este trabalho cumpriu com os objetivos propostos há alguns meses em seu projeto de dissertação. Resta, agora, antes de declará-lo concluído, traçar algumas considerações finais acerca de sua realização, bem como fazer alguns breves comentários sobre o que foi escrito nesta seção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de tratar as referências bibliográficas como uma formação discursiva passível de análise e a eleger como instrumento de tal análise um método quantitativo correspondia a dúvidas que o próprio Foucault possuía: formações discursivas poderiam ser analisadas? O método quantitativo serviria como instrumento para tal empresa? Mas, por serem dúvidas enunciadas, já prenunciavam a possibilidade de os objetos da interrogação serem atrelados num mesmo projeto de pesquisa exequível. Ei-lo aqui, aliás, em mãos do leitor, não mais como projeto, mas como trabalho finalizado.

Na proposta de Foucault, busca-se “uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência” (2008, p. 149), de modo a “mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (2008, p. 203), dirigido a “um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato” (2008, p. 180). Em suma, “uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador” (2008, p. 180).

A dissertação seguiu as propostas delineadas, na medida em que interrogou o já dito sobre bibliotecas públicas, e sobre esse já dito respondeu como se formaram suas enunciações, revelou as interpositividades em muitos de seus cruzamentos possíveis e comparou dados que evidenciaram a diversidade do discurso analisado. Assim pautada, a pesquisa cumpriu o objetivo geral de analisar como o conjunto de enunciados da prática discursiva sobre Biblioteca Pública na comunicação científica revela suas positivities. A fez identificando o espaço discursivo da Biblioteca Pública na comunicação científica, assinalando seu sistema de formação, caracterizando a ruptura e o descontínuo em sua representação e apresentando os fenômenos de ordem e encadeamento no espaço do discurso em questão. Instrumentalizou esse fazer através de um estudo quantitativo.

Os estudos quantitativos mediados pela Bibliometria permitem à documentação de uma disciplina ou área revelar as características do conjunto de conhecimentos desenvolvidos no domínio ao qual é pertencente. Essa *massa de elementos* de que fala Foucault (2008), organizada pela pesquisa, permitiu apresentar as positivities de uma década do discurso sobre Biblioteca Pública nos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Em tal realização, constatou-se que a Biblioteconomia, tal como a Ciência da Informação, é transdisciplinar: assim o demonstram seus veículos de comunicação científica, todos extrapares. É como interpositividade que se desenvolve a agenda das bibliotecas públicas, ainda que com poucas pautas eleitas pelos profissionais que formulam a *praxis*. A agenda é uma prioridade da academia: tanto no sentido da filiação institucional dos autores-fonte (cerca de 85% dos mesmos) quanto da responsabilidade editorial pelos títulos de periódicos (mais de 76%) nos quais foram publicados os artigos.

Dos 35 periódicos arrolados pela BRAPCI, foram considerados 25 periódicos, 21 deles correntes e 4 inativos na atualidade, que publicaram artigos entre os anos de 2001 a 2010 na temática Biblioteca Pública. Uma década, 38 artigos, 745 referências bibliográficas; eis os enunciados do discurso: 1,1% dos artigos publicados nos periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no período. Aparentemente, o espaço exterior de um *corpus* reduzido; na extensão dos fatos que dele se revelam, a partir de objetivos específicos amparados por indicadores precisos, resultados relevantes surgem na análise.

Os autores-fonte elegeram um referencial diverso em temas e títulos: os acoplamentos bibliográficos remontam a poucas referências em comum (3,6% do total de referências bibliográficas utilizadas), o que demonstra a independência no exercício da função autoral, a amplitude elevada de enunciados, a dispersão em seu conjunto enunciativo a partir de uma formação oriunda de distintos domínios, a transversalidade do discurso. O discurso, enfim, não é redundante, antes se multiplica em referências e nas suas várias aparências de unidade.

O conjunto de enunciados possui limitada variedade idiomática. Curiosamente, não aparecem referências em alemão ou italiano, mas há duas em catalão. Eventualmente, línguas aparentadas ao português, como o catalão e o galego, poderão oferecer boas contribuições ao discurso. Não obstante, do ponto de vista do espaço geográfico, há uma tendência na busca de atualidades a partir de referências estrangeiras, mais do que nas nacionais. Entre outras possibilidades, há de se especular se o espaço estrangeiro estaria completando certas lacunas existentes no espaço nacional, tal como a menor participação da *praxis* na agenda, ao debater as atualidades.

Por decorrer de positivities diversas à Biblioteconomia em um número superior àquela, há uma grande parcela de autonomia de seus saberes, bem como um compromisso muito forte em trazer à agenda os conhecimentos das áreas de políticas públicas, educação, inclusão social, inclusão digital e leitura. A década parece entrecortada por uma linha divisória segundo a qual em seus primeiros anos centravam-se os enunciados relacionados à resolução de suas pautas internas (gestão, níveis decisórios, atividades-meio) para, na segunda

metade, voltar-se às pautas da sociedade (atividades-fim, discussão de seu papel social, serviços à comunidade). A mudança de foco demonstra que o escopo de problemas previamente levantados encontra-se superado em prol de novas questões, sobretudo porque há uma lógica de descontinuidade interior-exterior: consolidaram-se certas demandas internas, e aí transparece a ruptura: o discurso Biblioteca Pública se abre para o seu ambiente social.

Não obstante, os resultados atestam que, enquanto o discurso sobre Bibliotecas Públicas é ínfimo na agenda da Biblioteconomia, há um forte movimento de interiorização de positivities exteriores àquele domínio na composição do discurso, de tal monta que 51% do mesmo é formado por enunciados de outros domínios e disciplinas. Essa constatação deve levar a uma séria reflexão acerca de uma expropriação da teoria biblioteconômica para com o discurso em questão, de um vácuo de consciência que levaria ao desaparecimento de sua unidade temática no âmbito da Biblioteconomia, tornando a temática invisível aos bibliotecários. Alternativamente, a unidade temática já existente poderia constituir enunciados para novos textos, enunciados apropriados por outras categorias pensantes que não oriundas dos que legitimamente participam da *praxis* – entendido sob este termo o trabalho de linha de frente realizado nas bibliotecas públicas.

Outro fator indicial do que se afirma é a gradativa mudança de perspectiva ao longo da década, da substituição de referências voltadas ao conhecimento particular das atividades-meio para as atividades-fim. Numa visão endógena, isso poderia ocorrer porque se desenvolveu na área demandada um corpo de conhecimento autóctone relacionado à gestão e a certas especialidades técnicas, de tal forma que a lacuna por aqueles conhecimentos deixa de existir. Uma possibilidade exógena seria a de que o debate transcende: não só deslocado da *praxis* decisória mais imediata, operacional e tática para uma estratégica, mas deslocando também o controle do discurso. O fato de os veículos de comunicação científica serem extrapares não só indica que há um esforço para pensar complexamente os domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, como abre o espaço para a formulação discursiva de outros grupos de poder não tradicionalmente oriundos daqueles domínios.

A função autoral representativa da *praxis* corresponde a uma parcela mínima daqueles que somam palavras ao discurso sobre as bibliotecas públicas. Dentre as referências bibliográficas é possível encontrar uma relação pequena de anais de eventos, o que demonstra que os objetos e temas trabalhados em fóruns, simpósios e congressos, normalmente o ambiente em que a teoria e a *praxis* poderiam encontrar-se, situam-se a margem das potencialidades de repercussão e retroalimentação do discurso.

Certamente que a demonstração conduzida por este trabalho é preliminar. O estudo das publicações científicas com o intuito de se obter informações sobre o comportamento seguido pelos produtores dos registros daquela temática prolonga-se também pelo discurso extratemático, pelo outros conjuntos de temas publicados que, embora não pertencentes à temática em estudo, são representativos de como o espaço discursivo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação é preenchido. Em outras palavras, há a demanda de estudos visando à investigação de quais são os assuntos mais publicados nos periódicos daqueles domínios, permitindo, assim, a verificação de quais são os focos dos pesquisadores em detrimento à temática Biblioteca Pública.

Outras possibilidades de estudos futuros podem ser conduzidas no sentido de se descobrir em que época a temática aparece como foco ou mais destacadamente, bem como se é possível traçar relações entre a teoria e a *praxis*, com variações da pauta das publicações periódicas segundo a conjuntura histórica e política relacionada à temática. Um caminho para a realização de tais propostas passa por uma complexidade metodológica: o estudo bibliométrico das publicações científicas seria confrontado com o estado da arte visível na literatura da área, com as políticas públicas desenvolvidas no período estudado, com a organização e desenvolvimento de associações profissionais, com a agenda de movimentos de reivindicação e acesso ao livro e à leitura, com a difusão de eventos (fóruns, simpósios, congressos) voltados à temática, com a constituição do conjunto de conhecimentos próprios à temática como disciplina acadêmica, com a sua inclusão como objeto de investigação em grupos de pesquisa.

Mesmo atendo-se a uma dimensão, ao estudo bibliométrico das publicações, desconsideradas outras possibilidades paralelas como as de uma complexidade exemplificada nas linhas anteriores, é possível traçar algumas recomendações. A constatação do baixo número de publicações denuncia uma ausência grave de produção científica relacionada à temática e requer providências paralelas àquelas tomadas com relação à *praxis* institucional; trata-se de fomentar a formação de grupos de pesquisa ligados aos programas de pós-graduação, e, ainda, de incentivar junto aos bibliotecários atuantes nas bibliotecas públicas a reflexão e a produção escrita de relatos de experiência, estudos de caso e investigações. A participação em eventos também é fundamental, e a temática pode e deve ser introduzida como problema pertinente à Sociedade da Informação.

O requerimento de providências, como aqui explícito, não deve ser entendido como um mero desejo para que certos conteúdos sejam veiculados. Na verdade, trata-se de um compromisso voltado à permanência de um discurso, sem o qual é impossível demarcar-se um

lugar de fala e mesmo de constituição de saberes relacionados à Biblioteca Pública. Uma ausência que a relegaria a uma *praxis* sem referência e, portanto, fadada a extinguir-se não só como objeto de pesquisa, como componente da agenda social.

A temática Biblioteca Pública ocupa no espaço discursivo dos domínios propostos – Biblioteconomia e Ciência da Informação – um lugar ínfimo em produções aceitas e disseminadas pelos periódicos científicos. Essa constatação, tornada precisa pelos estudos quantitativos mediados pela Bibliometria, permite não somente à documentação da temática revelar as características do conjunto de conhecimentos desenvolvidos nos domínios ao qual pertence, como abre perspectivas para estudos futuros, como os propostos, aptos a aprofundar a discussão.

REFERÊNCIAS

AHMED, T.; JOHNSON, B.; OPPENHEIM, C; PECK, C. Highly cited old papers and the reasons why they continue to be cited. Part II: the 1953 Watson and Crick article on the structure of DNA. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 61, n.2, p.147-156, 2004.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, set./dez. 1998.

ANDALIA, Rubén Cañedo. Los análisis de citas en la evaluación de los trabajos científicos y las publicaciones seriadas. **ACIMED**, v. 7, n. 1, 1999, p. 30-39.

ANJOS, Julio. **Análise de Referências**. 2006. Disponível em: <<http://sebenta.janjos.com/index.php/Métodos>> Acesso em: 03 jan 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BACON, Francis. **Da Proficiência e o Avanço do Conhecimento Divino e Humano**. Tradução: Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2006.

BARABÁSI, Albert-Laszlo. **Linked: the new science of networks**. Cambridge: Perseus, 2002.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In.: FERREIRA, Sueli M. S.; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de Revistas Científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann e Autores Associados, 2005. P. 123-158.

BARRADAS, Maria Mércia. Prefácio. In.: FERREIRA, Sueli M. S.; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de Revistas Científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann e Autores Associados, 2005. P. 13-16.

BENZE, Benedito Galvão. **Estatística Aplicada a Sistemas de Informações**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BIENAL DO MERCOSUL. Artistas: Irwin NSK. In.: BIENAL DO MERCOSUL, 8., 2011. Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.bienalmercosul.art.br/artista/232>>. Acesso em: 05 jan 2012.

BIOJONE, Mariana Rocha. **Os Periódicos Científicos na Comunicação da Ciência**. São Paulo: Educ, FAPESP, 2003.

BRAMBILLA, Sônia Domingues Santos. **Análise dos Planos de Ensino do Curso de Biblioteconomia da UFRGS: estudo bibliométrico de referências**. 100 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

BRAMBILLA, Sônia Domingues Santos; VANZ, Samile Andréa de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Mapeamento de um artigo produzido na ufrgs: razões das citações recebidas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 195-208, 1º sem. 2006.

BROWN, Jonathan. **Imágenes e Ideas en la Pintura Española del Siglo XVII**. Madrid: Alianza, 1988.

BUFREM, Leilah Santiago. Revistas Científicas: saberes no campo de Ciência da Informação. In.: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 191-213.

BUFREM, Leilah Santiago; ALENCAR, Maria de Cléofas Faggion. Análise de citação das pesquisas em informação do Brasil e Espanha entre 1993-1998. In.: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 19. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000772/01/T120.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2012.

CALLON, M. **La Medición de la Actividad Científica**: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón: Trea, 1995.

CAMPS, Diego et al. **Estudio Bibliométrico de un Volumen de la Revista Archivos de Medicina**. Córdoba (Argentina), 2006. Disponível em: <<http://archivosdemedicina.com>>. Acesso em: 05 jan 2012.

CARRIZO SAINERO, Gloria; RODRIGUEZ-LÁZARO, Antonio Franco; DEL AMO, Pilar Ordás. Historia de las Técnicas Estadísticas Aplicadas a los Estudios de Usuarios. In: **A.H.E.P.E. Historia de la Probabilidad y la Estadística (III)**. Madrid: Delta Publicaciones Universitarias, 2006.

CARTEZANI, Grasiela. **Revistas da Área da Ciência da Informação**: análise das referências citadas nos diferentes períodos da publicação em versões impressa e eletrônica. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.

CASTRO, Edgardo. **El Vocabulario de Michel Foucault**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CHINOY, Ely. **Sociedade**: uma introdução à sociologia. São Paulo: Cultrix, 1969.

CRUZ, Ângelo Antonio Alves Correa da et al. Impacto dos Periódicos Eletrônicos em Bibliotecas Universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio-ago. 2003.

ESCOBAR MELO, Hugo. **Saber, Sujeto y Sociedad**: una década de investigación en psicología. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2006.

FERRATER-MORA, J. **Dicionário de Filosofia**: tomo II. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FERREIRA, Sueli M. S.; TARGINO, Maria das Graças. Preâmbulo. In.: _____ (org.). **Preparação de Revistas Científicas: teoria e prática.** São Paulo: Reichmann e Autores Associados, 2005.

FORMOSINHO, Sebastião. **Nos bastidores da Ciência: vinte anos depois.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **As Palavras e as Coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1967.

_____. _____. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O que é um Autor?** Tradução de Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3. ed. Lisboa: Passagens, 1992.

_____. **O que é um Autor?, de Michel Foucault:** duas traduções para o português. Organizadora: Sônia Queiroz. Belo Horizonte: Fale, UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel et al. **O Homem e o Discurso:** a Arqueologia de Michel Foucault. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. P. 43-66.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública:** administração, organização, serviços. Porto Alegre: ARB, L&PM, 1999.

GARFIELD, Eugene. Can Citation Indexing Be Automated? In.: STEVENS, Mary E. et al. **Statistical Association Methods for Mechanized Documentation.** Washington, D.C.: National Bureau of Standards, 1965.

_____. Historiográficos, Biblioteconomia e a História da Ciência. In.: FONSECA, Edson Nery da. **Bibliometria: teoria e prática.** 9. ed. São Paulo: Cultrix, EDIUSP, 1993.

GIBBONS, Michael et al. **The New Production of Scientific Knowledge.** London: Sage Publications, 1994.

GONÇALVES, Andréia; RAMOS, Lucia Maria S. V. Costa; CASTRO, Regina C. Figueiredo. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação & produção científica:** contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 163-190.

GRAHAM, Stephen. Rumo à Cidade em Tempo Real. 1996. Texto disponível em: <http://www.wisetel.com.br/espaco_de_futuros/vcidade.htm>. Acesso em: 07 mar 2011.

LAND, Gary. **O Desafio do Pós-Modernismo**. 2006. Disponível em: <http://dialogue.adventist.org/articles/08_1_land_pp.htm>. Acesso em: 05 jan 2012.

LECOURT, Dominique. A Arqueologia e o Saber. In.: FOUCAULT, Michel et al. **O Homem e o Discurso: a Arqueologia de Michel Foucault**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. P. 43-66.

LÓPEZ-PIÑERO, J.M.; TERRADA, M.L. Los indicadores bibliométricos y la evaluación de la actividad médico científica: los indicadores de producción, circulación, dispersión, consumo de la información y repercusión. **Medicina Clínica**, Barcelona, v.98, n.4, p. 142-148, 1992.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a Ciência e o Saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAGALHÃES, Francyslene Abreu Costa. **Construção do Saber no Programa de Doutorado em Contabilidade no Brasil: Plataformas Teóricas e Motivações**. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Marisa Bräscher B. Fonte Secundária [conceito]. In.: **Glossário completo de Ciência da Informação**. Brasília: UnB, 2004. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/100/123/sistema/m0039015.htm>>. Acesso em 02 jan. 2012.

MILANESI, Luís. **O que é Biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIRANDA, Tânia. “**Las Meninas**” e Representar, da Obra **As Palavras e as Coisas**. Lisboa: UNL, FCSH, 2005. Disponível em: < <http://tir.com.sapo.pt/foucault.html>>. Acesso em: 05 jan 2012.

MISHRA, R. N.; PANDA, K. C. Citation analysis of doctoral dissertations in LIS accepted by the universities of Orissa and Manipur Till 1993: a comparative study. In.: PRASHER, R. G. (org.). **Library and Information Science: parameters and perspectives**. V.2 New Delhi: Concept, 1997.

MORATO LARA, Jorge. **Análisis de Relaciones Cuantitativas y Lingüísticas en un Entorno Automatizado**. 282 f. Tese (Doutorado em Documentação) – Universidad Carlos III de Madrid. Madrid, 1999.

OKSALA, Johanna. **Como Ler Foucault**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ORTELLADO, Pablo. As Políticas Nacionais de Acesso à Informação Científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.186-195, set. 2008.

OTLET, Paul. O Livro e a Medida: bibliometria. In.: FONSECA, Edson Nery da (org.). **Bibliometria: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, EDIUSP, 1993.

PEREIRA, Duarte Costa. **Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade**. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2007.

POTTER, William Gray. Introduction. **Library Trends**, v. 30, n. 1, p. 5-7, summer 1981.

PULGARÍN, Antonio; CARAPETO, Cristina; COBOS, José M. Análisis bibliométrico de la literatura científica publicada en "Ciencia. Revista hispano-americana de ciencias puras y aplicadas" (1940-1974). **Information Research**, v. 9, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/9-4/paper193.html>>. Acesso em: 05 jan 2012-01-05

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Clara Luz, 2005.

ROCCA, Adriana Beatriz; ARCHUBY, César Orlando; BIBILONI, Aníbal Guillermo. **Analysis of the usage of the scientific serials and determination of its hardcore at the Department of Physics Library, Faculty of Exact Sciences, National University of La Plata: a case of study**, 2009. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2009.

ROLAND, Marie-Claude. Convite aos Pesquisadores para uma Reflexão sobre suas Práticas de Pesquisa. In: VOGT, Carlos (org.). **Cultura Científica: desafios**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2006. P. 56-83.

ROUANET, Sérgio P.; MERQUIOR, José G. Entrevista com Michel Foucault. In.: FOUCAULT, Michel et al. **O Homem e o Discurso: a Arqueologia de Michel Foucault**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. P. 17-42.

RÜDIGER, Francisco. Pensamento histórico contemporâneo: de Weber a Foucault. **Ciência e Letras**, Porto Alegre, n. 18, p. 53-76, maio 1997.

SANCHO, ROSA. Indicadores bibliométricos utilizados en la evaluación de la ciencia y la tecnologia: revisión bibliográfica. In.: INTELIGENCIA Competitiva: documentos de lectura. Barcelona: Fundació per a la Universitat Oberta de Catalunya, 2002. P. 77-106.

SANTAELLA, Lucia. Por uma Semiose do Conceito de Instituição. In.:____. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. P. 147-150.

SANZ CASADO, E. **Manual de Estudios de Usuarios**. Madrid: Pirámide, 1994.

SCHRADER, Alvin M. Teaching Bibliometrics. **Library Trends**, v. 30, n. 1, p. 151-159, summer 1981.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.4, ago. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago09/Art_04.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

SMITH, Linda C. Citation Analysis. **Library Trends**, v. 30, n. 1, p. 83-106, summer 1981.

SOLÍS CABRERA, Francisco Manuel. **El Sistema de I+D en Andalucía dentro del Contexto Nacional y Europeo: una evaluación del plan andaluz de investigación**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, Brasília: INL, 1980.

URBANO SALIDO, Cristóbal. **El Análisis de Citas en Publicaciones de usuarios de bibliotecas universitarias: estudio de las tesis doctorales en Informática de La Universidad Politécnica de Cataluña, 1996-1998**. 254 f. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Universidad de Barcelona. Barcelona, 2000.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Introdução à Ética Filosófica 2**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ZAMBONI, Lilian M. S. **Cientistas, Jornalistas e a Divulgação Científica**. São Paulo: Autores Associados, Fapesp, 2001.